



Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia
Nível: Mestrado

POLÍTICAS RECENTES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: GOIÁS NO CONTEXTO NACIONAL

Weder David de Freitas

Curitiba – PR

2009



Weder David de Freitas

POLÍTICAS RECENTES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: GOIÁS NO CONTEXTO NACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho

Curitiba – PR

2009

Weder David de Freitas

**POLÍTICAS RECENTES DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
GOIÁS NO CONTEXTO NACIONAL**

Dissertação defendida dia _____ de _____ de 2009, no Curso de Mestrado em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná para a obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho – UFPR
(Orientador)

Prof. Dr. Tadeu Alencar Arrais – UFG

Prof. Dr. Marcos Aurélio T. Silveira - UFPR

Para

*Minha mãe Geracina e meus
irmãos Shisley e Wesley,*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Diniz, pelas ricas orientações e conversas desafiadoras.

Ao Luis Carlos Zem, amigo de futebol e sempre disposto para esclarecer e resolver problemas.

Aos amigos de Curitiba, Romário, Eduardo e Robson, que suportaram a minha companhia por um ano.

Aos funcionários da biblioteca do Ministério do Planejamento, que proporcionaram o encontro de rico material sobre o assunto.

Ao Lúcio, gerente da AGDR, pelas conversas e entrevista.

A Sulamita e toda equipe da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás pela atenção dispensada.

Ao professor Adilar Antonio Cigolini e professora Olga Lúcia C. de F. Firkowski pelas instigantes contribuições na qualificação.

Ao professor Tadeu Arrais, por ter aceitado participar da defesa e em especial pela amizade conferida.

Ao professor Marcos Aurélio por fazer parte da banca e pela disciplina ministrada no curso em que contribuiu de maneira significativa para a pesquisa.

Aos companheiros de AGB, Uelinton, Lucas, José Paulo, Ubiratan, sempre com teses.

Aos colegas da Escola Municipal Professor Nadal Sfredo, onde tenho passado boa parte do meu tempo nos últimos anos.

Aos amigos do IESA, do Programa de Educação Tutorial e da Universidade Federal de Goiás.

Aos colegas da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Minaçu, por estarem comigo nesse início de carreira

Aos amigos dos dias e principalmente das noites Denis e Alexander, aprendi que a vida é “bão demais, nossa senhora”.

Ao Nildo Viana, por sempre estar disposto em debater assuntos variados e emprestar os seus livros.

Ao animal mor, Eguimar, pelos navegamentos despreziosos no entanto profundo.

*E agora
que fazer
com essa manhã desabrochada a pássaros?*
(Manoel de Barros)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar as políticas de desenvolvimento regional recentes em nível nacional e estadual. Para a esfera federal foram discutidas duas políticas específicas: os Eixos Nacionais de Integração de Desenvolvimento – ENID – e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. A primeira foi elaborada na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e a segunda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As duas possuem concepções distintas da ação do Estado no território, pois, enquanto os Eixos se pautaram pelo conceito de competitividade e no comércio para o mercado internacional, a PNDR volta à política tradicional das Superintendências, ou seja, uma maior atuação do Estado no território. Entretanto, essas duas políticas não causaram uma mudança significativa no espaço brasileiro, apesar de possuírem grandes pretensões. O ENID teve sua elaboração no fim da década passada e não teve continuidade com a mudança de governo. A PNDR ainda está em implantação e por isso não tem ações ainda consolidadas. Para o território goiano, essas duas políticas elaboraram estratégias específicas. Com os Eixos, Goiás pertencia ao Eixo Araguaia-Tocantins e, de acordo com o programa, tinha grande potencial agropecuário, o que tornaria possível a exportação desses produtos para o mercado exterior. Na PNDR, Goiás aparece com a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Na esfera estadual, as políticas de desenvolvimento regional aparecem somente na elaboração do Plano Plurianual 2000-2003, onde foram selecionadas quatro regiões prioritárias de investimento estatal, as chamadas regiões de planejamento: Norte, Nordeste, Entorno de Brasília e Região Metropolitana de Goiânia. Para a realização da pesquisa, foi necessária uma revisão teórico-metodológica de conceitos fundamentais, como: Estado, Desenvolvimento, Escala, Região e Regionalização. Por fim, acreditamos que a intervenção do Estado no território proporciona uma ligeira diminuição das disparidades regionais, mas não soluciona totalmente o problema em curto e médio prazo.

Palavras Chaves: ENID, PNDR, Desenvolvimento Regional, território goiano.

ABSTRACT

This paper has as its central goal analyzing the recent politics of regional development at national and state levels. Two specific politics have been discussed in the federal sphere: The National Integration of Development Axis – ENID – and The National Politics from Regional Development – PNDR. The first one was elaborated during the management of the president Fernando Henrique Cardoso, and the second one during the management of the president Luiz Inácio Lula da Silva. Both politics have distinct conceptions of the actions from the State on the territory. While the Axis focused on the competitiveness and on the commerce for the international market, the PNDR goes back to traditional politics from the managing areas, that is, a larger performance from the State on the territory. However, these two politics did not cause a significant change in the Brazilian scenery, even though they had big pretensions. ENID had its elaboration at the end of the last decade and did not continue with the change of governments. PNDR is still in its implantation state and therefore do not have any consolidated actions. For the *goiano* territory these two politics elaborated specific strategies. With the Axis, *Goiás* belonged to the Araguaia-Tocantis Axis and, according to the program, it had a great agricultural and livestock potential that it would make it possible to export these products to the exterior market. On the PNDR, *Goiás* appears with the recreation of the Managing Area of Development of the West Center. On the state sphere, the regional development politics appear only on the elaboration of the Pluriannual Plan 2000-2003 where four main state investment regions were selected and called “planning regions”: North, Northeast, the round region of Brasília and Goiânia Metropolitan Area. To do this research it was necessary a theoretical and methodological review of the fundamental concepts, like: State, Development, Scale, Region and Regionalization. Finally, we believe that the state intervention on the territory provides a slight decrease of the regional disparities, but does not solve completely the short and medium term problem.

Key-words: ENID, PNDR, Regional Development, *goiano* territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Brasil e América do Sul: Eixos de Integração Nacional e Continental.....	39
Figura 2: Áreas de influência dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.....	41
Figura 3: Brasil: Divisão Regional – Pierre Denis (1927).....	66
Figura 4: Brasil: Divisão Regional – Betim Pais Leme (1937).....	66
Figura 5: Brasil: Divisão Regional – IBGE (1938).....	67
Figura 6: Brasil: Divisão Regional – Moacir Silva (1939).....	67
Figura 7: Brasil: Divisão Regional – Conselho Técnico de Economia e Finanças (1939).....	68
Figura 8: Brasil: Divisão Regional – IBGE (1935).....	68
Figura 9: Brasil: Divisão Regional – Pedro Pichas Geiger (1967).....	69
Figura 10: Brasil: Divisão Regional – IBGE (1968).....	69
Figura 11: Brasil: Divisão Regional – Roberto Lobato Corrêa (1989).....	70
Figura 12: Brasil: Divisão Regional – Milton Santos (1999).....	70
figura 13 - Capitania de Goiás (1809) divisão de julgados.....	81
figura 14 - Estado de Goiás – década de 1920.....	82
figura 15 – Eixo Araguaia-Tocantins	107
figura 16 – Proposta original dos eixos.....	114
figura 17 – Área de influencia dos eixos propostos.....	117
figura 18 - nível de renda versus nível de variação de PIB 1990/1998.....	126
figura 19 – Regiões de Planejamento de Goiás.....	137
Figura 20 – Estado de Goiás – Regiões de Planejamento.....	146
Figura 21 – Produto Interno Bruto per capita e número de municípios por classe – 2006.....	164
Figura 22 - Intenção de Investimentos por Regiões de Goiás: 2008/2011.....	172

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação das regiões no Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes 1985-2004.....	78
Gráfico 2 - Acréscimo na taxa anual de crescimento (1997-2007).....	119
Gráfico 3 – Destaques da Produção Agrícola.....	155
Gráfico 4 – Participação das Regiões de Planejamento no PIB – Goiás – 2002 – 2006.....	161
Gráfico 5 - Produto Interno Bruto – PIB – per capita (R\$ 1,00), Região de Planejamento Norte Goiano – 2006.....	162
Gráfico 6 - Produto Interno Bruto – PIB – per capita (R\$ 1,00), Região de Planejamento Nordeste Goiano – 2006.....	163
Gráfico 7 - Produto Interno Bruto – PIB – per capita (R\$ 1,00), Região Entorno do DF – 2006.....	163

QUADROS

Quadro 01 - Momentos e Políticas Públicas que influenciaram na modernização do território goiano.....	93
Quadro 02 – Crescimento Populacional de alguns municípios do Entorno do Distrito Federal.....	97
Quadro 03 - Quadro 03 - Conjunto do Eixos – Sistema multi-criterial de abastecimento.....	115
Quadro 04 – Eixo Araguaia-Tocantins Sistema Multi-Criterial de Avaliação...121	
Quadro 05 - Megaindicadores de Desenvolvimento de Goiás: Posição no rank da federação.....	134
Quadro 06 – Municípios das Regiões de Planejamento de Goiás.....	135
Quadro 07 – Regiões de planejamento de Goiás.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção e caracterização de escala segundo Neil Smith.....	48
Tabela 02 – Goiás: Composição da renda interna (percentual).....	89
Tabela 03 – Goiás: área colhida e produção das principais culturas (1000 ha e 100 ton).....	90
Tabela 04 - Número de tratores em Goiás.....	91
Tabela 05 – Dados das regiões de planejamento de Goiás.....	138
Tabela 06 - Índice de Desenvolvimento Econômico, por componentes - 2000 Regiões de Planejamento do Estado de Goiás.....	167
Tabela 07 - Índice de Desenvolvimento Social, por componentes - 2000 Regiões de Planejamento do Estado de Goiás.....	168
Tabela 08 - Índice de Desenvolvimento Econômico, por componentes - 2001 Regiões de Planejamento do Estado de Goiás.....	168
Tabela 09 - Índice de Desenvolvimento Social, por componentes – 2001 Regiões de Planejamento do Estado de Goiás.....	169
Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento Econômico, por componentes - 2006 Regiões de Planejamento do Estado de Goiás.....	169
Tabela 11 - Índice de Desenvolvimento Social, por componentes – 2006 Regiões de Planejamento do Estado de Goiás.....	170
Tabela 12 - Estado de Goiás: Produto Interno Bruto e PIB <i>per capita</i> - 1999, 2003 - 2004.....	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGDR – Agência Goiana de Desenvolvimento Regional
AGETOP - Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas
ANA – Agência Nacional de Águas
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
BNH – Banco Nacional de Habitação
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
CONÁGUA – Consórcio Intermunicipal de Usuários de Recursos Hídricos para Gestão Ambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins
CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento
DENOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENID – Eixos Nacionais de Integração de Desenvolvimento
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNDR – Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDEG – Indicador de Desenvolvimento Econômico de Goiás
IDSG – Indicador de Desenvolvimento Social de Goiás
IFRMF – Indicador da faixa de rendimento da mão-de-obra formal
IGSC – Indicador Geral de Satisfação do Cidadão
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INDUR – Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional
INE – Indicador do nível de educação
INF – Indicador de infra-estrutura
INS – Indicador do nível de saúde
IQMF – Indicador qualificação de mão-de-obra formal
IQUIGO - Indústria Química do Estado de Goiás S/A
IRMP – Indicador de renda municipal per capita
ISB – Indicador da oferta de serviços básicos

ORTN – Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Programa de Integração Nacional
PND – Programa Nacional de Desenvolvimento
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPA - Plano Plurianual
PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o
Desenvolvimento dos Cerrados
PROMOVALE – Programa de Desenvolvimento Integrado dos Vales Pobres de
Minas Gerais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro
REGIC - Região de Influência das Cidades
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SBD – Superintendência de Defesa da Borracha
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -
SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

Resumo.....	07
Abstract.....	08
Lista de Ilustrações	
Figuras.....	09
Gráfico.....	10
Quadro.....	10
Lista de Tabelas.....	11
Lista e Abreviaturas e Siglas.....	12

INTRODUÇÃO.....	16
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

ELEMENTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS: Estado, Escala, Desenvolvimento, Região e Regionalização.....	20
1.1 Palavras iniciais.....	21
1.2 Experiências de Ordenamento do território e o papel do Estado.....	22
1.3 Desenvolvimento e escala nas políticas de desenvolvimento regional.....	37
1.4 Conceito de Região – discussões teóricas.....	53
1.5 Região como ferramenta administração: a Regionalização.....	64
1.6 Região: uma questão.....	71
1.7 Concluindo.....	74

CAPÍTULO II

POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O TERRITÓRIO GOIANO: A formação desigual de Goiás, os ENID's e a PNDR.....	76
2.1 Diferença de ocupação no território goiano: mineração, atividade agropastoril, rodovias e estrada de ferro.....	77
2.2 Década de 30, Marcha para Oeste, nacionalismo, Goiânia e Brasília.....	84

2.3 Os eixos nacionais de integração e desenvolvimento – O retorno do debate do planejamento regional no Brasil.....	100
2.4 O Eixo Araguaia – Tocantins.....	121
2.5 A Política Nacional de Desenvolvimento Regional.....	124

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS: Os órgãos de Desenvolvimento Regional.....	129
---	-----

3.1 Planejamento e Desenvolvimento Regional no Goiás recente.....	130
3.2 Os órgãos de Planejamento de Goiás.....	149
3.3 Estrutura e perspectiva das Regiões de Planejamento de Goiás.....	167

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
----------------------------------	------------

Referências Bibliográficas.....	177
--	------------

Anexos.....	185
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

No Brasil recente, que políticas de desenvolvimento regional foram elaboradas em nível federal? Essas políticas possuem uma vinculação com a visão de Estado de quem está no governo? Como Goiás está inserido nessa visão macro de desenvolvimento do Brasil? Qual a política regional adotada para o Estado de Goiás? Essas são as perguntas que nortearam a elaboração deste trabalho.

Depois de algum tempo sem uma nítida preocupação com o desenvolvimento regional, os Estados da Federação e o governo federal vêm, desde a última década, elaborando planos para diminuir as desigualdades regionais em seus territórios. Para tanto, as concepções variam em dois sentidos: primeiro, na concepção de intervenção por parte do poder público e segundo, pelo contexto histórico do momento.

Estamos hoje vivendo em um momento de solucionar problemas acumulados em diversos períodos da história brasileira. Esses problemas estão relacionados com a distribuição desigual da infra-estrutura e do capital em diferentes áreas do planeta e também no Brasil. Para reduzir os desníveis sociais encontrados entre as regiões, alguns caminhos têm sido tomados. Alguns defendem que é necessário dar competitividade para os lugares deprimidos e assim eles vão, lentamente, se inserindo ao mercado e se desenvolvendo. Outros acreditam na maior intervenção do Estado no território, ou seja, é necessário, nessa concepção, que o poder público elabore programas especiais para promover o crescimento econômico das áreas mais debilitadas.

Podemos notar que, na história recente do país, essas duas concepções estavam presentes e ainda estão. No entanto, as políticas de desenvolvimento regional dos últimos quinze anos têm deixando muito a desejar quanto à sua aplicabilidade.

Quando relatamos as políticas dos últimos quinze anos, nos referimos na verdade às políticas de desenvolvimento regional que ressurgiram depois de alguns períodos esquecidas nos planos governamentais.

A literatura atual na Geografia, na Economia e na Sociologia tem exposto algumas concepções de planejamento regional, o debate é intenso e proveitoso. Entretanto, não há uma apresentação recente de plano brasileiro e principalmente goiano. Por isso esse trabalho se encaixa na perspectiva de apresentar, discutir e analisar planos em escalas diferentes: federal e estadual.

Por isso, o objetivo central é entender como as políticas de desenvolvimento regional estão se reformulando nos últimos anos. Para tanto é necessário realizar uma revisão histórica, mesmo que rápida, para situar o período atual. Assim observamos a segunda metade do século XX como marco na elaboração de planos de desenvolvimento regional no Brasil. Foi nessa época que surgiram os grandes projetos de intervenção do Estado no território, para diminuir as desigualdades regionais.

Aqui devemos ressaltar o entendimento sobre o conceito de território. Segundo Castro (2005) o território pode ser entendido de várias formas, mas a ligação com o poder do Estado é o aspecto jurídico do termo, assim:

Território é a base simbólica da sociedade. Segundo o Dicionário Houaiss, termo jurídico: extensão ou base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce a sua soberania e que compreende todo o solo ocupado pela nação, inclusive ilhas que lhe pertencem, rios, lagos, mares interiores, águas territoriais, golfos, baías, portos e também a faixa do mar exterior que lhe banha a costa e que constitui suas águas territoriais, além do espaço aéreo correspondente ao próprio território. (p. 290)

Nesse sentido, o termo região pode estar próximo ao território, principalmente relacionado ao sentido de poder e disputa que há dentro deste. Castro (2005) ressalta o seguinte sobre esse conceito.

Região é um território, e como tal reconhecido por seus habitantes através dos símbolos identitários mais variados. Nem todo território pode ser chamado de região, o que não quer dizer que não existam territórios reconhecidos como tal. Enquanto representação da realidade, a região faz parte do imaginário social, mas ela é também um espaço de disputa e de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses territoriais. Ambos constroem, a partir dela, um conjunto de idéias e

conceitos que são reassimilados coletivamente como identidade. (p. 193)

Desse modo, quando expomos sobre o território nacional e o território goiano, falamos sob o aspecto jurídico de entendimento. Por isso, o território é o local de poder, defesa e intervenção por parte dos governos, tanto na escala federal, quanto estadual.

Se o território é a base geográfica do Estado, e por isso deve ser defendido, a região é o recorte desse território para uma melhor administração. Por isso, apesar das políticas pensarem em uma escala nacional ou das unidades federativas, é a partir das regiões que há ação.

O trabalho começa, assim, por discutir os conceitos que são relevantes para o entendimento das políticas desenvolvidas há nível regional: escala, desenvolvimento, região e regionalização. Escala e desenvolvimento, são noções relativamente novas na discussão do planejamento, a primeira muito mais que a segunda. Os fenômenos analisados em escalas diferentes devem ser entendidos diferentemente, por isso, políticas em nível federal e estadual devem ser entendidas diferentemente. Desenvolvimento, apesar de ser o cerne de todas as políticas adotadas e implantadas pelo Estado, está relacionado à concepção capitalista ocidentalizada de crescimento econômico, o que, apesar disso, não diminui a importância de mensurar dados estatísticos para estabelecer avanços e retrocessos. Caso a sociedade estivesse em outro modo de produção, aí sim as mensurações e o conceito de desenvolvimento poderiam ser outros. No entanto, a exposição sobre o assunto serve com uma demonstração de que esse termo deve ser debatido constantemente.

Ainda na primeira parte, ressaltamos a região como categoria central do trabalho, já que é o recorte do território para administração do Estado. A Geografia, ao longo de sua história, muitas vezes se confundia com o próprio estudo regional, visto que a descrição e a análise das regiões eram o principal método de elaboração de trabalhos geográficos. A regionalização é, a partir da administração estatal, um instrumento de implantação de ações no território. Esses dois termos são tratados no capítulo inicial, ressaltando-se a importância de considerá-los para a elaboração e aplicação de políticas regionais.

No segundo momento, Goiás¹ entra em foco. Historicamente, o território goiano teve um povoamento desigual assim como os elementos essenciais para o seu desenvolvimento, como a infra-estrutura. Analisando esses aspectos históricos entendemos que o desenvolvimento econômico goiano está ligado diretamente com o contexto nacional de cada época e a fatores de localização geográfica. Por isso, as regiões ligadas à área dinâmica da economia nacional, o Sudeste, tiveram um desenvolvimento econômico maior que as ligadas à região Norte do país. Esse foi um dos fatores do desenvolvimento desigual de Goiás, entre outros que também foram analisados.

Continuando no segundo capítulo, estabelecemos também um entendimento dos planos nacionais de desenvolvimento regional nos últimos quinze anos. Dois são relatados: O primeiro refere-se aos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) elaborado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e, o segundo refere-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estaremos sempre relacionando essas políticas com o Estado de Goiás.

Para o terceiro e último capítulo, ressaltaremos as políticas de desenvolvimento regional elaboradas pelo Estado de Goiás nesses últimos anos. Para essa parte destacaremos os órgãos de planejamento de Goiás, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) e Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR).

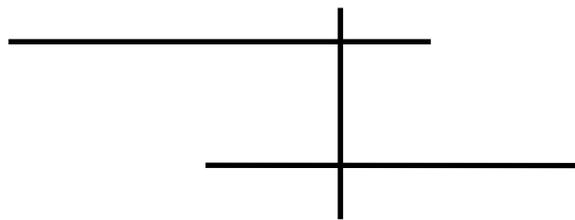
Entendemos que o levantamento feito através de pesquisa bibliográfica e documental, análise de dados estatísticos e entrevistas foi útil para explicar o momento atual de elaboração dos projetos regionais, bem como dar base para a execução do trabalho.

¹ Quando falarmos de Goiás, é importante ressaltar que, até 1989, o Estado era formado pelos atuais territórios de Goiás e de Tocantins.

CAPÍTULO I

ELEMENTOS TEÓRICOS CONCEITURAIS:

Estado, Escala, Desenvolvimento, Região e Regionalização



1.1 – Palavras iniciais

Neste capítulo serão expostos alguns conceitos que são considerados relevantes para um suporte teórico do trabalho. São conceitos que de alguma forma estão inseridos na dinâmica espacial, influenciam e auxiliam o entendimento das políticas de desenvolvimento regional. A compreensão do Estado e do papel que exerce no Ordenamento Territorial, das várias facetas do conceito de desenvolvimento, de escala, bem como da região enquanto conceito fundamental da Geografia, e sua aplicação no planejamento fornecem subsídio para discorrer sobre um tema que em alguns períodos foi muito debatido e, em outros, esquecido.

O Estado é aqui discutido em seu caráter articulador e promotor de políticas públicas, dentre elas, as políticas de desenvolvimento regional.

Desenvolvimento e Escala também são conceitos que versam uma apresentação. Faz-se necessário apresentar o debate que há entre esses dois termos bem como a importância deles para entender as políticas regionais. Desenvolvimento está de certa forma inserido na discussão econômica há algum tempo, embora algumas de suas facetas tenham sido deixadas de fora deste debate. Escala é outro conceito que de entrelinhar está presente em todas as políticas de intervenção territorial do Estado. Nesse sentido, diferenciamos o entendimento de escala cartográfica de escala geográfica, pois, os fenômenos ocorridos em escalas diferentes, devem ser analisados diferentemente. É isto o que acontece com as políticas com projeções nacionais, como no caso dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – a volta das Superintendências de Desenvolvimento Regional – e também as políticas intra-regionais e intra-estaduais, como por exemplo, as regiões de planejamento da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. Ou seja, são

conceitos que colaboram para o entendimento da dinâmica das políticas públicas adotadas pelo Estado.

Por fim, Região e Regionalização fornecem a espacialização e os efeitos de uma intervenção territorial. Região, como conceito central de várias pesquisas geográficas, em várias escolas da Geografia, é sem dúvida, o suporte teórico mais evidente em uma política regional. Os fenômenos sociais próprios, de certa forma, homogeneizados num espaço específico são definidos como região. Entretanto, o debate vai além desses aspectos considerando que a região passou por intensas discussões em sua trajetória por essa ciência. Tentamos aqui, resgatar a importância do debate regional e caracterizá-lo no seu momento histórico. Regionalização é tratado aqui nos moldes do planejamento, caracterizado como instrumento de intervenção articulada no espaço. Por isso, é nas palavras de Ribeiro (2004), uma ferramenta.

É certo que a profundidade do debate pode ter sido quebrada. Entretanto a apresentação das discussões e as pautas colocadas sobre esses conceitos nos auxiliaram a perceber melhor o objeto desse estudo: as políticas de desenvolvimento regional recentes, nas escalas do Estado-Nação e do território goiano.

1.2 Experiências de Ordenamento do território e o papel do Estado.

Não se pode deixar de falar da instituição Estado² quando pensamos em políticas de desenvolvimento, seja ela regional, ambiental, econômica, ou qualquer outra. Pois o Estado é o grande propulsor e implantador dessas políticas. Segundo Carnoy,

O Estado parece deter a chave para o desenvolvimento econômico, para a segurança social, para a liberdade individual e, através da

² Para maior aprofundamento sobre o assunto consultar:

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma Teoria Geral da Política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Althusser, Louis Pierre. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: 1985

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 6 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

“sofisticação” crescente das armas para a própria vida e a morte.
(1988, p. 9)

Segundo Carnoy (1988), podemos dividir, inicialmente, a teoria do Estado em: Doutrina Clássica, Doutrina Liberal e Marxista. Dentre os diversos autores dessas correntes vamos ressaltar alguns expoentes dentro de cada doutrina.

De forma geral, na doutrina clássica, Hobbes destaca a função do Estado como protetora para se evitar guerras, Locke enfatiza o papel do Estado em proteger a propriedade privada e Rousseau argumenta a necessidade de um estreitamento econômico para os indivíduos. Nota-se que na doutrina clássica, apesar de divergirem em algumas concepções, os pensadores concordam no fundamental: o Estado é indispensável para controlar os conflitos gerados pelos próprios indivíduos que ali vivem.

Na doutrina liberal, o grande nome é Adam Smith. Ele vai influenciar de maneira muito direta os pensamentos e a constituição das políticas públicas de vários governos. De início, ele acredita, assim como os pensadores da doutrina clássica, que o ser humano possui um estado de natureza, só que ao contrário deles, Smith coloca que o homem tem o impulso pela necessidade, ou em alguns casos, pelo desejo. Essa necessidade individual é o que dá impulso para a descoberta e a inovação, ou seja, a evolução do homem está pautada nesta necessidade de sempre melhorar as suas condições de vida. Essa idéia de desenvolvimento individual não vai muito além do que já havia colocado Locke quanto à inserção individual. O que acrescenta Smith é que esse ganho econômico será bom não só para o indivíduo, mas para toda a sociedade, visto que, se houver o ganho individual, haverá também o ganho coletivo, já que o impulso se dá de maneira geral na sociedade.

O marxismo³ tornou-se, desde sua gênese, uma espécie de panacéia. Todos os males sociais poderiam ser remediados por essa teoria.

³ Quando aqui tratamos de marxismo, estamos nos referindo a toda e qualquer teoria que parte das obras de Marx. É importante ressaltar que nem todas essas teorias são efetivamente fidedignas às obras desse autor. Pelo contrário, são poucas as obras que podem ser consideradas realmente marxistas, mas para não causar confusão, as obras baseadas em Marx são aqui consideradas marxistas. Quando formos relatar sobre a posição de marxistas distintos, colocaremos sempre um adjetivo a frente da palavra marxista. Assim há os marxistas ortodoxos, os heterodoxos, os marxistas-leninista, o marxismo conselhistas, dentre outros.

Ela acabou tornando-se uma espécie de receita de bolo, era apenas segui-la e pronto, estaríamos em pouco tempo com uma sociedade comunista. Mas nem tudo é tão simples como parece. Essa corrente do pensamento científico ficou marcada, não necessariamente pelas obras de Marx, mas, e em uma escala bem maior, pelas interpretações que seguiram de seus livros, artigos, manifestos, etc.

Para Marx, ao contrário dos outros pensadores mencionados, a sociedade é fruto das relações históricas e materiais que ela possui, daí o seu método ser denominado de materialismo histórico e dialético. Nesse sentido, não é o indivíduo que produz a sociedade, mas o contrário, a sociedade que produz e molda o indivíduo, e a sociedade é pautada no seu modo de produção. Não é diferente então a concepção de Estado, pois, são as relações de produção, portanto, a sociedade, que define o Estado, assim, cada sociedade tem o Estado que é reflexo de si mesma.

Trazendo esse debate para o âmbito regional, mais precisamente para as políticas que visam desenvolver as regiões, percebe-se que a transferência de renda para as regiões mais carentes, ou seja, para a diminuição das disparidades regionais, de certo modo também é uma política para o fortalecimento do aparelho estatal, já que este, de acordo com Rousseau, deve diminuir os conflitos, sendo necessário estreitar economicamente os indivíduos da sociedade, tornando-os nem pessoas muito ricas, nem muitos pobres. A redução das desigualdades regionais deve partir de dois aspectos básicos: primeiro, melhorar as condições sociais das pessoas que vivem nas regiões menos desenvolvidas e, segundo, dar estabilidade política ao país.

A disparidade regional pode gerar conflitos internos e diminuir o poder estatal. Segundo Oliveira (1981), quando analisa o tema central de sua obra, a interferência na região nordeste era indispensável para que o pacto federativo não sofresse nenhum ataque e até quem sabe um separatismo ali tivesse força.

Este trabalho centra suas possibilidades de compreensão e desvendamento da emergência de um padrão “planejado”, por oposição aos espontâneos, de condução e orientação das atividades econômicas, no método dialético. O padrão “planejado” não é, desse ponto de vista, senão uma forma transformadora do conflito social, e suas adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade

é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos. O planejamento não é encarado, portanto, apenas como uma técnica de alocação de recursos, em qualquer nível, nem como uma panacéia; escapa, pois, a este trabalho a discussão muitas vezes bizantina sobre a “neutralidade” do planejamento e seu oposto, sobre seu caráter “revolucionário”. (p. 23)

Na concepção do autor, o planejamento não é um instrumento neutro de intervenção estatal. Ele é um instrumento que aponta para certas preocupações e certos arranjos espaciais dentro de um grau superior de influência. Para tanto, o principal ente a planejar as ações no território é o Estado, visto que o descontentamento e as grandes disparidades espaciais, podem em certa medida causar conflitos graves dentro do território nacional. A interferência do Estado conforme a citação acima é fundamental para manter o equilíbrio do país, uma vez que um grupo descontente poderia em certo ponto reivindicar um separatismo.

Dentre essas análises feitas sobre a configuração do Estado, abordado desde a doutrina clássica com Hobbes, Locke e Rousseau, em suas concepções do estado de natureza do homem, passando pelo liberalismo smithiano, até o marxismo, grandes foram as contribuições de vários pensadores e autores para o amadurecimento e definição de Estado. Por definição o conceito de Estado é complexo. O que fica dessa análise é a certeza da mudança das políticas públicas conforme o governo. No Brasil há certa alteração na concepção de Estado já na década de 1990, numa perspectiva, digamos, mais liberal.

A discussão a respeito do Estado no Brasil, mais precisamente das funções exercidas por ele, tem maior fôlego nos anos 1990. Nesse período se discute uma reformulação, ou melhor, uma reforma no Estado Brasileiro. No entanto, os debates não saíram da perspectiva administrativa de governo, sem dar qualquer ênfase nos cenários do sistema capitalista, conforme destaca Trotta (2004),

Destaca-se desde logo que o debate ficou restrito ao âmbito de como tornar o Estado efetivo sem com isso mostrar a sua natureza, que surge necessariamente como uma condição do capitalismo enquanto modo de produção a determinar as condições objetivas dos indivíduos. Pode parecer anacrônico pensar a partir de tal premissa, no entanto, a relação dos fatos ratifica o entrelaçamento da gênese do Estado moderno ao desenvolvimento do capitalismo. Tornar a

discussão do Estado independente da discussão do processo capitalista de produção é o mesmo que discutir instituições políticas como criação espontânea, longe, portanto, do trabalho de mãos e interesses humanos.

Todas as implicações do aparelho estatal são vistas através das políticas que ele gera. Tratando-se de ordenamento do território, temos assim as políticas públicas, que organizam o território. No Brasil, o Estado, através das políticas públicas, alterou significativamente o espaço nacional. Abordaremos mais adiante algumas políticas públicas implantadas pelo Estado brasileiro ao longo de sua história, mostrando o recorte regional usado nessas políticas. Sendo o interesse maior deste trabalho analisar as políticas de desenvolvimento regional.

No Brasil, um marco da intervenção em larga escala do aparelho estatal foi na economia da borracha e a transferência de mão-de-obra da região nordeste para a região norte do país. Essa é a grande política que marca uma intervenção mais intensa no território.

Alguns autores, como Mendes (2000), consideram que essa política foi a primeira política de desenvolvimento regional implantada pelo Estado brasileiro:

O que quero dizer, agora, num ângulo mais diretamente com o nosso tema, é que a Amazônia foi talvez a região brasileira onde primeiro se procurou exercer uma ação de estado com um objetivo claro de promover o seu desenvolvimento, e não apenas a sua ocupação ou a exploração de seus recursos naturais. (p. 213)

Depois de um período áureo da economia borracheira no fim do século XIX e início do século XX, a região Amazônica sofreu, por diversos motivos, entre os quais a concorrência com o látex asiático, uma grande perda nas exportações do seu produto. Em dados, a produção que chegava a 42 mil toneladas de borracha seca em 1912 passa para menos de 6 mil toneladas nas duas décadas seguintes. Todo esse desaquecimento da atividade causou um desarranjo econômico na região e, por isso, o Estado interveio com a criação da Superintendência de Defesa da Borracha – SBD. Essa superintendência não vingou, mas foi sem dúvida uma preocupação do Estado com o desenvolvimento de uma parte do território, no caso, a Amazônia.

No entanto, com a segunda grande guerra, a borracha se tornaria um produto importante para a economia nacional. Os países Aliados (França, Inglaterra, Estados Unidos e posteriormente a União Soviética) necessitavam do produto para aplicação em combate visto que o Japão havia tomado o controle da produção asiática. Assim, o Brasil assinou acordos com os Estados Unidos para o fornecimento de borracha, o que resultou em uma retomada da economia borracheira e do desenvolvimento da região. Aconteceu nessa época o mesmo que no período áureo desta economia, uma transferência de mão-de-obra do Nordeste para a Amazônia, em proporções menores que a anterior, mas em número significativo. Estima-se que entre 30 a 50 mil trabalhadores transferiram-se para o extrativismo do látex. Sem dúvida, este foi um momento de crescimento da econômica local, todavia, curto como a participação do Brasil na guerra. Já em 1947, os Estados Unidos não se comprometia a comprar mais borracha do Brasil, já que a borracha do Extremo Oriente estava no mercado mundial novamente, considerando que o domínio japonês da região havia encerrado. Com o mercado mundial de borracha voltando ao normal, o produto brasileiro teve uma queda considerável e a crise voltou a região.

O Estado, nesse contexto, teve que novamente interferir com políticas de valorização da região. Criou-se, em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA. Esta foi a segunda ênfase para a região, a primeira foi a defesa da Amazônia e a terceira viria a ser o desenvolvimento, com a criação do Banco de Crédito da Amazônia, que posteriormente veio a ser o Banco da Amazônia S/A. Foi nessa ocasião que surgiu também a Zona Franca de Manaus, em decreto de 1967.

Essa política foi uma grande intervenção do Estado no território, principalmente para garantir um desenvolvimento, mesmo que mínimo, para a região. Também no início do século XX o Estado interfere de maneira grandiosa em outra economia, a do café. Agora, será que podemos chamar essas políticas de desenvolvimento regional? Entraremos nessa questão mais adiante.

O Estado interveio também na economia cafeeira, depois da grande crise do final da década de 1920, ao comprar vultuosas sacas de café para manter o preço do produto. Essa foi sem dúvida uma grande interferência,

tanto na área da economia, como também no espaço brasileiro, incluindo as relações de trabalho. Grandes plantações de café tiveram que ser substituídas por outras culturas e o investimento que em grande parte na época era investido na agricultura passou, aos poucos a ser também investido em industrialização, mesmo que ainda incipiente.

Não podemos deixar aqui de relatar a experiência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Essa foi sem dúvida o mais audacioso plano de desenvolvimento regional do Brasil. Apesar das ações do Estado serem bastantes presentes, desde início do século XIX, constatado pela criação de alguns órgãos específicos para essa região, como: o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DENOCS) em 1919, a Companhia dos Vales dos Rios São Francisco em 1940 e Parnaíba e o Banco do Nordeste em 1952, a criação da Superintendência tinha como objetivo desenvolver a região Nordeste dando ênfase ao problema econômico e não ficar restrito a solucionar problemas da seca.

A SUDENE surge do diagnóstico realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a liderança do economista Celso Furtado. Nesse documento o grupo elabora uma proposta para criação de um órgão de desenvolvimento que tivesse como tema central: A industrialização, através da concessão de incentivos fiscais e crédito subsidiado para a instalação de indústrias que tinha como principais produtos as matérias primas locais; a agropecuária, com a realização de uma ampla reforma agrária e a introdução de espécies xerófilas de alta rentabilidade. (CAVALCANTI s/d).

Posterior a esse estudo é criado em 1959 pela lei número 3.692 de 15 de dezembro do mesmo ano a SUDENE. Ela teve pouco apoio da bancada nordestina na Câmara, e um grande apoio dos parlamentares do Centro-Sul, conforme estabelece Oliveira (1981).

Constitui para muitos observadores um mistério que os representantes parlamentares do Nordeste tenham-se constituído, na verdade, na mais formidável oposição à criação do novo organismo e que, pelo contrário, o apoio lhes tenha sido dado principalmente pelos parlamentares do Centro-Sul, aliados a poucos e expressivos congressistas mais ligados à burguesia industrial nordestina. O mistério permanece apenas para quem não analisou devidamente o conflito de classes do Nordeste, o processo de expansão do capitalismo no Centro-Sul e o decorrente posicionamento das classes

sociais e de grupos para os quais a criação do novo organismo poderia representar a morte ou a vida. (p.116)

Na verdade, o novo órgão era, a primeira vista, uma ameaça para a hegemonia das oligarquias agrárias populistas, como nos faz entender o autor. Por isso a resistência para a implantação da SUDENE.

Num primeiro momento essa preocupação pode soar como verdadeira, pois, a marca da ação planejada dos seus programas indicava um rompimento da questão nordeste ligado apenas a seca e pensava em outros aspectos, inclusive numa reforma agrária profunda. No entanto, essa fase da superintendência foi rápida, podemos indicar esse período quando estava na presidência o economista Celso Furtado, de 1959 até 1964.

Depois desse período, sobe ao poder o governo militar e com esse governo há um remodelamento da superintendência, travas os investimentos até então realizados para reforma agrária, os incentivos fiscais para instalação de empresas concedidas apenas para grupos nacionais estende-se também para grupos internacionais e a SUDENE perde autonomia quando passa a ser vinculada ao recém criado Ministério do Planejamento, segundo Carvalho (1985, p. 82) “a Sudene passou a ser uma mera instituição repassadora de recursos destinados a projetos pensados pelos ministérios do Interior e do Planejamento”.

A Superintendência esteve em funcionamento até 2001, quando, sob inúmeras denúncias de fraudes e corrupção foi extinta.

A partir do final do segundo quartel do século XX até a década de 1980 surge o que muitos autores chamam de Nacional-Desenvolvimentismo, ou seja, uma participação maciça do Estado para o desenvolvimento econômico do país que se pautava, segundo Diniz Filho (2000) em: a) Política de substituição de importação, através de um fomento a indústria nacional (a partir de 1965, a promoção de exportações assumiu igualmente um papel importante); b) Integração do território nacional, através de uma política da ocupação dos “espaços vazios” do país, como fica claro na chamada Marcha para Oeste (ocupação demográfica do Centro Oeste brasileiro) e da consolidação industrial da Zona Franca de Manaus, na ocupação de parte da Amazônia; c) Forte atuação do Estado, que comandava toda essa política de atuação e intervenção no território, através de uma centralização e de seu financiamento.

Essas políticas tinham primeiramente como base a integração do mercado doméstico.

Sem dúvida, o grande marco desse Estado Nacional-Desenvolvimentista foram as décadas de 1960 e 1970. Esse foi o período em que houve um maior número de projetos para o desenvolvimento econômico do país. Então ocorreu o chamado “milagre econômico” com crescimento considerável da economia. A organização feita pelo Estado deu condições para um crescimento significativo do país através dos financiamentos, como por exemplo: a contratação de empréstimo em moeda estrangeira, a correção monetária, através da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a caderneta de poupança, o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Nacional de Crédito Econômico. Todos esses programas e instituições ajudaram de forma significativa o financiamento para o crescimento econômico do país. Essa organização do Estado para financiamento do mercado interno resultou em grande poder de compra para parte da população. Por outro lado, o Estado também se organizou para investir em áreas que impulsionavam a substituição de importações. O pesado investimento no setor energético gerou benefícios para a indústria de equipamentos, a indústria de material elétrico, da construção civil e de engenharias (Diniz Filho, 2000).

No início da década de 1970, já com algum tempo de governo militarizado no país, surgiu uma das políticas de maior relevância para a história recente do Brasil, a saber, o Programa Nacional de Desenvolvimento (PND). O primeiro PND foi instituído durante os anos de 1972 a 1974 e tinha como objetivo a competição capaz de assegurar inserção no mercado internacional e a integração entre as diversas esferas da sociedade: entre governo e setor privado, União e Unidades Federativas, regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento. Nessa época, os grandes projetos apareceram na pauta do governo federal, dentre os mais importantes: siderurgia, petroquímica, construção naval, energia elétrica e extração mineral.

Na área das políticas setoriais, o I PND atribuía posição estratégica ao setor de bens de capital enquanto instrumento de difusão tecnológica, prevendo a execução de grandes projetos estatais nos setores de siderurgia, petroquímica, construção naval (supergraneleiros), energia hidrelétrica e extração mineral. Tais

projetos seriam complementados pelos programas federais de financiamento das empresas privadas abrangendo compras de bens de capital produzidos no país, projetos de expansão da capacidade produtiva e operações de fusão e reorganização técnica e administrativa. No intuito de construir no país uma estrutura industrial condizente com os padrões de competição internacional e dotada de efetiva capacidade de inovação, o Plano previa a execução de uma política de tecnologia industrial, apoiada na construção de centros de tecnologia ou de fundações de pesquisas. Já quanto ao setor agropecuário, o crescimento do produto deveria ser assegurado pela utilização do sistema de incentivos fiscais e financeiros que havia sido constituído nos primeiros anos do regime militar, pela disseminação do uso de insumos modernos no Centro-Sul e no Nordeste e pela implementação de um amplo programa de pesquisa agrícola. (DINIZ FILHO, 2000, p. 66)

A intenção política era inserir o Brasil no mercado internacional, mas sem se descuidar dos problemas e das demandas internas do país. Assim, era necessário criar pólos industriais que não fossem na região Sudeste do país; maior integração nacional nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste e; com Programa de Integração Nacional (PIN), estimular a migração de trabalhadores da região Nordeste para a região Amazônica.

A grande participação do Estado nessa política e também no “milagre econômico” desenvolveu boas bases para o desenvolvimento da economia nacional. No entanto, esse padrão intervencionista não foi substituído por investimentos e gestão da iniciativa privada, o que caracterizou recessão nos anos subseqüentes, como salienta Diniz Filho (2000, p. 67)

Nesse sentido, observa-se que o Estado ocupava posição basilar dentro da estratégia de desenvolvimento implementada na fase do “milagre”, atuando através de vultosos investimentos das empresas estatais na indústria de bens de produção e nas redes de infraestrutura, além de outras políticas de promoção do crescimento intensamente utilizadas à época, tais como diversos programas de incentivos fiscais e subsídios e da concessão de financiamento à empresas privadas, sobretudo para investimentos em capital fixo. Sob esse ponto de vista, a reforma financeira dos anos 1964-67 e a implantação do I PND não alteraram o padrão de financiamento gestado no Brasil desde a década de 30, na medida em que não foram capazes de estabelecer um sistema privado de bancos de investimento que pudesse substituir o Estado na função de principal financiador dos investimentos de longo prazo.

Já no fim da década de 1970, mais precisamente entre os anos de 1975 e 1979, o governo lança e executa o II PND. O programa agora tinha a função de aumentar a intervenção do país no comércio internacional e assim gerar divisas para o Brasil. Os setores que mereceram maiores investimentos foram:

indústria de equipamento, petroquímica e siderurgia, bem como uma reestruturação da matriz energética nacional. Pelos setores de investimentos pautados no programa, fica claro que, além de aumentar a participação no mercado internacional, o programa também tinha o objetivo de consolidar a substituição de importações. A agropecuária também teve grande importância dentro do programa, já que ocupava duas funções relevantes para as pretensões do Estado: gerar produtos para exportação e ocupar as áreas menos povoadas do território nacional. No cerrado, por exemplo, programas como Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) foram de suma relevância para a consolidação do Centro Oeste como grande produtor de produtos agropecuários.

O POLOCENTRO foi o programa que, dentro do I PND, exerceu grande influência para a ocupação do cerrado e modernização da agropecuária, visto que novas tecnologias para aperfeiçoamento e melhoramento da produtividade estavam sendo pesquisadas, uma vez que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) havia sido criada, e com ela o papel de desenvolvimento da agropecuária do país, inclusive no cerrado. Isso se dá num contexto internacional muito propício, considerando que pouco tempo antes já se lançara a Revolução Verde, o que resultaria no fim da fome no mundo, segundo a ideologia proposta por esse programa. O POLOCENTRO, segundo Silva (2000), teve os seus investimentos nas seguintes áreas: armazenamento, energia, assistência, pesquisa, transporte, crédito rural, mecanização e utilização maciça de corretivos agrícolas.

Depois desse programa, outro, que influenciou de maneira direta e modificou a economia do cerrado, foi o PRODECER. Esse programa substituiu o anterior, POLOCENTRO, só que com outras características. Primeiro, ele é um programa que recebe recursos de dois governos: o brasileiro e o japonês. Além disso, ele era coordenado por uma empresa mista de capital privado e público – japonês e brasileiro – que tinha por objetivo dar assistência ao projeto. Mas qual o interesse do governo do Japão em incentivar a agropecuária no Cerrado? Segundo Osada (s/d):

A necessidade de promover a agricultura em terras tão distantes foi incentivada, principalmente, por uma medida adotada em 1973 pelo então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, que decretou o embargo provisório das exportações de grãos e farelos (a medida visava a garantia do abastecimento interno). Para o Japão, a medida foi extremamente prejudicial já que o país dependia exclusivamente das exportações americanas. Para sanar parte do problema de abastecimento, iniciaram-se as discussões de programas de parceria agrícola entre o Brasil e o Japão.

Esses dois programas aconteceram numa época de pensamento institucional, promovida pelo Estado, para o aumento da produtividade agropecuária, pautada no contexto da Revolução Verde de anos anteriores. Segundo Silva (2000, p. 34): "A atuação do Estado no desenvolvimento de pesquisas e projetos de infra-estrutura permitiu o emprego das técnicas de correção e adubação química dos solos, além das práticas de seleção de variedades de grãos e pastagens, contribuindo para a implantação de sistemas de cultivo intenso no Cerrado".

É preciso destacar que o POLOCENTRO se concentrou no bojo do I PND e o PRODECER no II PND. O segundo programa já estava inserido numa lógica maior de abertura da economia nacional.

Os vetores principais do II PND eram: desconcentração industrial, através de criação de pólos industriais que não estivessem na região sudeste e sul do país; diminuir a disparidade que se encontrava entre a região nordeste do país e as demais, através de programas que fomentassem a industrialização da região e; colonização das regiões com densidades demográficas menores, ou seja, as regiões Norte e Centro Oeste. Os resultados do programa foram até certo ponto satisfatórios. No entanto, segundo Diniz Filho (2000) "À luz dos desdobramentos posteriores da história brasileira, entretanto, chegou-se a certo grau de endogeneização do movimento de acumulação de capital do país, tal êxito não foi suficiente para estabelecer uma dinâmica de crescimento auto-sustentada nos mesmos moldes dos países capitalistas avançados" (p.73). E, portanto, "A dinâmica da economia exibiu uma tendência à desaceleração, visto que a taxa média anual de expansão do PIB baixou de 8,3% no triênio 1973-1976, para 6,2% desse último ano até 1980. Basicamente, isso se deveu a retração dos investimentos privados nacionais e estrangeiros (numa conjuntura em que se combinavam a crise internacional com a reversão cíclica das taxas de crescimento da

economia brasileira) e ao naufrágio do ‘método gradualista’ de controle da inflação preconizado no II PND”. (p. 74). Por motivos semelhantes aos do I PND, o segundo não foi capaz de repassar à iniciativa privada a função de financiamento dos investimentos de longo prazo. A concentração nas mãos do Estado foi, de certo modo, prejudicial para a implementação a longo prazo de uma modernização econômica mais competitiva, inclusive no mercado internacional.

Essas duas políticas, sem dúvida, marcaram a intervenção do Estado no território nesse período e, até certo ponto, lograram êxito. O período subsequente, ou seja, a década de 1980, foi chamada de “década perdida”, pois a reestruturação política também afetou de maneira fundamental a economia do país.

O endividamento, por conta do financiamento externo da economia, causou conseqüências significativas durante a década de 1980. O Estado desenvolvimentista se esgotou, diminuindo consideravelmente a participação estatal na organização e na promoção do território. Isso não significa dizer que o papel do Estado não se deu de forma intervencionista. Pode-se dizer que o papel de financiar os grandes projetos ficou defasado, mas ele ainda controlava o território através de políticas próprias e da legislação, mesmo que esse controle ocorresse apenas aparentemente.

O Brasil, assim como os demais países em desenvolvimento, passou a sofrer as conseqüências da inversão dos fluxos de capital internacional ocorrida a partir da crise dos anos 1979-82, manifesta em elevadas saídas de recursos desses países, sob a forma do repatriamento de lucros e do pagamento dos serviços e juros da dívida. (DINIZ FILHO, 2000, p. 84)

Esses foram, sem dúvida, os maiores programas de intervenção do Estado no território até a década de 1980⁴. Já nos anos 1990, surgiu uma nova visão de política de planejamento e desenvolvimento do território.

O importante a ser destacado é que, apesar de serem profundas as mudanças no ordenamento do território, essas políticas não podem ser caracterizadas por políticas de desenvolvimento regional nos moldes de um projeto para a Nação. Para tanto, só ressaltamos que em nenhuma dessas

⁴ Não iremos nos ocupar aqui do III Plano Nacional de Desenvolvimento e do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, visto que não chegaram a efetivar-se.

políticas acima citadas era evidente uma questão nacional para solucionar, ou seja, não havia uma questão regional com visão estratégica para o Brasil, que seria uma política específica para minimizar a disparidade que se encontrava com relação ao restante do país, também caracterizada pela transferência de renda de uma região mais desenvolvida para outra com menor desenvolvimento.

No início da década de 1990, depois do esgotamento do Nacional-Desenvolvimentismo, surgiram algumas políticas pontuais para o equilíbrio econômico do território, que se caracterizava muito mais por uma gestão territorial com investimentos em áreas deprimidas, que em uma questão regional. Vamos aqui pontuar algumas que a nosso ver são relevantes para caracterizar uma intervenção do Estado no território.

Segundo Diniz Filho (s/d), algumas características do modelo que se esgotou e que conseqüentemente influenciou as políticas posteriores foram: a) a centralização do poder nos órgãos federais; b) grande número de ações sob responsabilidade do governo federal; c) centralização de recurso na união e; d) Fragilidade relativa do Estado às demandas do setor privado. Todos esses vetores contribuíram para um desarranjo das políticas, já que elas estavam todas ligadas a União, inclusive na sua execução, sem levar em conta os atores locais, o que é um erro de estratégia. Soma-se a isso também a pouca capacidade que o governo do início dos anos de 1990 detinha para investimento. Era esse o contexto com o qual se depararam os gestores e governantes do começo da última década.

Era necessário, além de mudar todos os vetores já citados, e que centralizavam demasiadamente o poder nas mãos da união, necessitava de outras premissas, já que era importante inserir o país no mercado internacional, por conseguinte, aumentar as exportações. Para tanto, os princípios básicos para o planejamento regional deveriam ser: o desenvolvimento sustentável e a competitividade sistêmica. O desenvolvimento sustentável, agora é visto como “lei”, e por isso não pode, em nenhuma hipótese, estar fora do planejamento, da organização, da execução e da gestão de nenhuma política, seja ela regional, setorial, urbana, etc. Economicamente, em um Estado que não possui grandes condições de investimento no território, como no período nacional-desenvolvimentista, deve-se pautar na competição e por isso é necessário

recursos naturais e mão-de-obra barata, além de qualificada, visto que a competitividade da região vai além das fronteiras nacionais do Estado-Nação; a escala de sua inserção é internacional.

Foram essas as circunstâncias dos anos de 1990. Até meados dessa década, as políticas para o desenvolvimento econômico do território eram bem localizadas, apenas com projetos pontuais. Aquelas grandes políticas de desenvolvimento das regiões, que tinham no centro as superintendências, já não eram mais utilizadas. Isso ficou evidente no desmonte que as agências sofreram nesse período e a extinção de várias delas, inclusive a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que era a principal e o mais importante órgão de desenvolvimento regional do Brasil foi extinta. Diniz Filho (s/d) identifica alguns programas: Projeto Áridas, no Nordeste; Projeto Ceres no Centro-Oeste/Norte; Promovale (Programa de Desenvolvimento Integrado dos Vales Pobres de Minas Gerais) e; Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco. Sendo os dois últimos na escala sub-estadual. Dentre os programas políticos da década de 1990, um em especial chama mais a atenção: a proposta de planejamento regional discutida pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

A proposta da CNI, segundo Diniz Filho (s/d) era criar um fórum de discussão acerca dos problemas regionais do Brasil, ou seja, discutir a questão regional brasileira. Nessa proposta, haveria um Conselho de Políticas Públicas de diversos segmentos da sociedade para debater e gerenciar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). É interessante notar que na época em que o Estado teve um poder de investimento baixo, a iniciativa do empresariado tomou as rédeas e gerou uma discussão sobre o país. Este foi um projeto que há muito não se via.

Nos anos de 1990, voltou-se a discutir a questão do planejamento regional no Brasil. Instituíram-se, no governo Fernando Henrique Cardoso, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Estaremos aprofundando esse programa mais adiante. Apesar de algumas críticas, que a nosso ver são salutares, essa política teve um papel fundamental para o país: proporcionar o debate acerca do planejamento regional na escala nacional. Seria isso a volta de pensar um projeto de nação? Mas tarde tentaremos responder a essa questão.

As políticas de ordenamento do território implantadas ao longo dos últimos anos pelo governo são distintas tanto no que diz respeito a escala de atuação quanto aos financiamentos. É importante ressaltar que a escala vai da noção das regiões administrativas até espaços pontuais em Unidades da Federação. Às vezes, com mais investimentos e outras com incentivos. O que fica é que o Estado tem, ainda, o poder de intervir no território e ordená-lo, seja para o fim que desejar.

1.3 Desenvolvimento e escala nas políticas de desenvolvimento regional.

O intuito aqui é refletir como o conceito de desenvolvimento e escala geográfica podem contribuir para entendermos as políticas de desenvolvimento regional, entre elas os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – ENID – do presidente Fernando Henrique Cardoso e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR - do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desejamos também entender como o governo de Goiás estabelece as políticas que ordenam o território e mais precisamente as políticas de desenvolvimento regional dentro do território goiano. Para tanto, será necessário primeiramente compreender de que forma ocorre a política de desenvolvimento regional nesses governos, sempre ressaltando o papel do Estado no ordenamento e intervenção do território. Em seguida discorrer acerca dos conceitos de escala geográfica e de desenvolvimento, que a primeira vista parecem simples e despretensiosos, mas que estão carregados de conotações. O primeiro, apesar de ser confundido com a escala cartográfica contribui grandemente para o entendimento do espaço geográfico. O segundo possui uma forte carga ideológica. Por fim, tentaremos refletir como essas políticas poderiam levar em considerações tais conceitos.

É o Estado que regulamenta e ordena o território, ou seja, é ele que propõe e executa as políticas de desenvolvimento para o país, lembrando que o termo desenvolvimento será discutido mais adiante. Algumas das políticas que analisaremos com mais profundidade são os ENID e a PNDR.

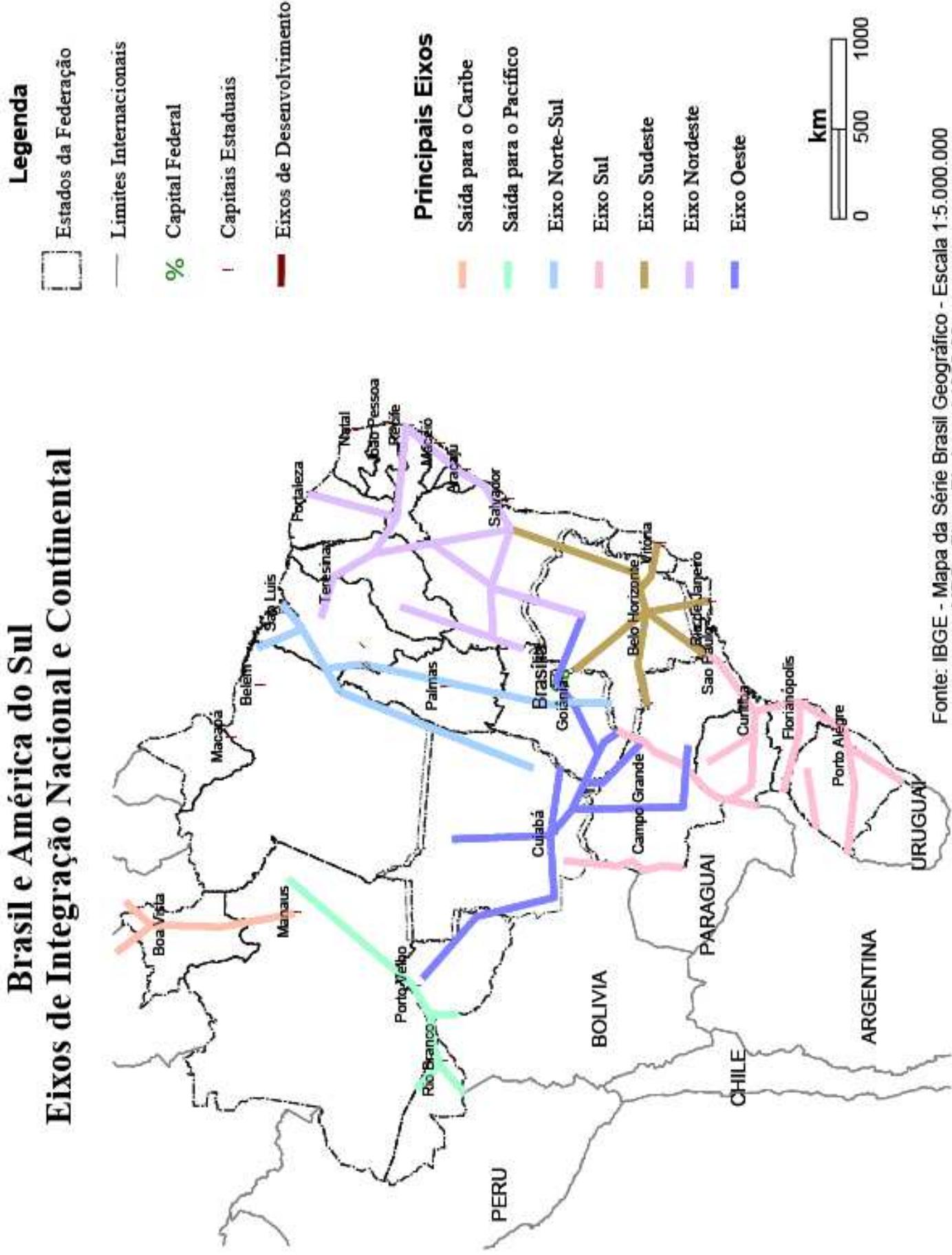
Depois de certo período sem nenhuma política que pudesse pensar o Brasil de forma ampla, em meados dos anos 1990, por conta da reeleição do

então presidente Fernando Henrique, surgiram os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ver figuras 01 e 02), considerados na época o grande projeto do país, visto que pensavam o nacional, através do regional, ou dos eixos. Nessa época, a visão da participação do Estado no desenvolvimento econômico do país segundo o Programa Avança Brasil (1996) era: Privatizar e dar concessão de alguns serviços prestados pelo Estado; Estado atuante e vigoroso – principalmente na fiscalização; Consolidar as Agências reguladoras – defesa do consumidor. Nesse sentido,

Cabe ao Estado identificar gargalos da infra-estrutura e novas oportunidades de investimentos; definir eixos de desenvolvimento para integrar o país, estruturar novas bases de cooperação com os países vizinhos; ampliar a presença já crescente da economia nacional nos mercados externos; criar condições para estimular setores emergentes ou socialmente estratégicos. (p. 59)

Brasil e América do Sul

Eixos de Integração Nacional e Continental



Fonte: IBGE - Mapa da Série Brasil Geográfico - Escala 1:5.000.000
MPO - Plano Plurianual 1996-99

Figura 1

Como se observa a figura 1 – Brasil e América do Sul: Eixos de Integração Nacional e Continental. A grande prioridade da política adotada pelos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento era a consolidação da integração econômica do país com o exterior. As diversas áreas de produção do Brasil de alguma forma estão ligadas com o mercado internacional. Alguns voltados para regiões do próprio continente americano, em especial a América do Sul, como por exemplo, os Eixos: Saída para o Caribe, Saída para o Pacífico, o Eixo Oeste e o Eixo Sul. Os dois últimos participam também nas saídas pelo Atlântico, já que se encontram em regiões que produzem produtos para exportação, como por exemplo, a soja e a carne. Todos os outros eixos estão de alguma forma ligados com o mercado externo através da infraestrutura de transporte. É evidente que o objetivo é potencializar o escoamento da produção, ou seja, diminuir os custos e ser mais competitivo no mercado internacional.

Todos os eixos, têm uma zona de influência, assim como uma bacia hidrográfica possui um curso principal e seus afluentes. Os eixos também possuem uma via principal, no caso, a infra-estrutura de transportes, bem como estruturas secundárias que são ligadas até o eixo principal, num arranjo logístico multimodal.

Essas zonas de influência proporcionaram uma regionalização diferenciada no território nacional, conforme pode ser observado na figura 02 – Áreas de Influência dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Essa regionalização acabou por caracterizar uma política de desenvolvimento regional, não nos moldes tradicionais, mas uma nova regionalização para pensar o país. Foram caracterizadas nove regiões que não obedeciam aos limites das Unidades Federativas e tinham muito pouco, ou quase nada, a ver com qualquer outra regionalização estipulada para o país. Além disso, essas áreas de influência também não eram contínuas. Basta observar o caso do Arco Norte, que se encontra em dois Estados da Federação sem ligação territorial nenhuma – Roraima e Amapá.

Áreas de Influência dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

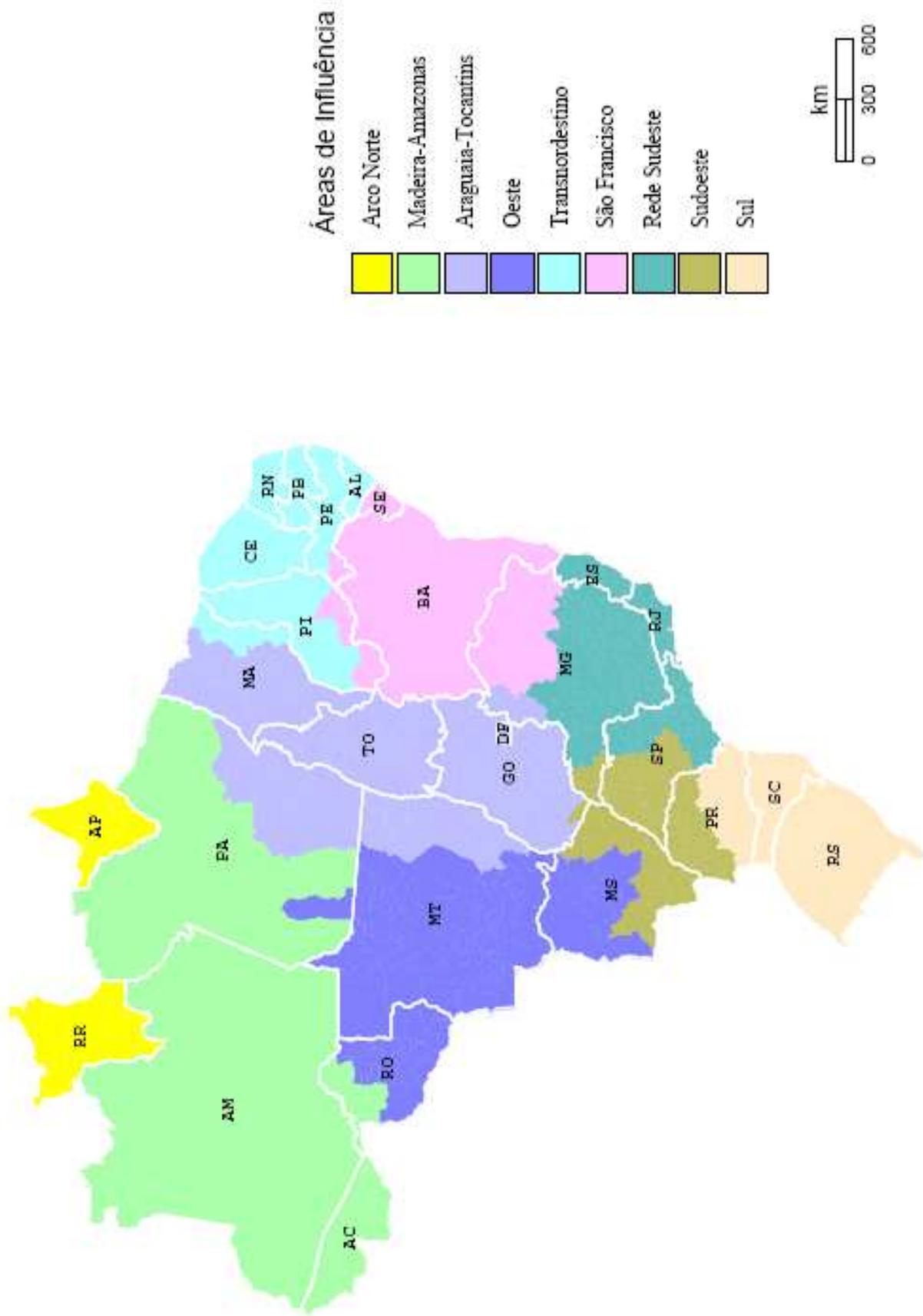


Figura 2

Fonte: IBGE - Mapa da Série Brasil Geográfico - Escala 1:5.000.000
Relatórios do Consórcio Brasileira

Goiás encontra-se na área de influência do Araguaia-Tocantins constituído pelo Eixo Norte-Sul. A ligação dessa região é com o porto de São Luís. O motivo disso estava relacionado ao projeto de construção da hidrovía Araguaia-Tocantins que era prevista e seria uma forma de diminuir as despesas com o transporte dos produtos que se encontravam naquele local, ou seja, os gêneros alimentícios, como carne e soja, assim como produtos minerais, que estavam na pauta de exportação do Estado, e poderiam, dessa maneira, serem mais competitivos no mercado internacional.

Essa política, apesar do mérito de abordar novamente a discussão do planejamento regional no país, foi questionada quanto a sua relação como característica de uma política de desenvolvimento regional. Havia também uma concepção de Estado por parte do grupo que dirigia o país no momento. A função do Estado, como já salientando anteriormente, era identificar novas oportunidades de investimento e dar a infra-estrutura necessária para esse investimento que seria da iniciativa privada. Como na política tudo é efêmero, os grupos que se apropriam do poder de estado também perdem eleições. Assim mudam as concepções de Estado e ao sofrerem essas mudanças, pela chegada de outro grupo ao poder, as políticas públicas também sofrem alterações. Foi o que ocorreu com as eleições que empossaram o novo governo brasileiro em 2002.

Com a chegada ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a concepção de política de desenvolvimento regional que até então vinha sendo executada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso mudou. Saíram de cena os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e voltaram as Superintendências de Desenvolvimento, que haviam sido extintas no governo anterior. Conforme explicado por Arrais (2005, p. 02)

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, teoricamente, outra orientação de política regional é construída, deixando de lado os "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento". Resgatando compromissos de campanha, o Governo Lula propõe a refundação, em bases distintas, tanto da SUDENE quanto da SUDAM. A primeira tem como justificativa o grande fosso que separa o nordeste, na relação PIB/população do resto do país, somando-se a dívida histórica que o país tem com a população dessa região. Com a SUDAM o motivo é também de ordem geopolítica, dado sua importância ecológica, além do fato de constituir-se numa imensa fronteira seca, onde a presença do Estado é imprescindível.

A principal mudança que pode ser evidenciada até o momento é a diferenciação da regionalização do território das duas políticas. Enquanto os Eixos recortam todo o território brasileiro e determina funções ou vocações para cada área, a PNDR apenas retoma as Superintendências e prioriza três regiões: o Nordeste, o Sudeste e o Centro Oeste. Portanto, a nova política de desenvolvimento regional instituída no governo Lula apenas retoma a tradicional política regional que teve a SUDENE como marco inicial no fim da década de 1950.

Essa nova política tem em seus objetivos, assim como todas as políticas que pensam a região, a minimização das disparidades regionais, segundo as palavras do então Ministro da Integração Nacional Ciro Gomes (2003).

A Política está voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. O ponto central da estratégia é valorizar a magnífica diversidade regional do país. Diversidade essa que se desdobra em múltiplas dimensões - ambiental, socioeconômica e cultural, - e é capaz de servir de base a um desenvolvimento incluyente e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa.

É evidente que as bases da política de desenvolvimento regional mudam consideravelmente de um governo para outro, neste caso do Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso para o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nessa nova política, as bases regionais e o modelo de desenvolvimento tornaram-se mais próximos das políticas de desenvolvimento regional tradicional, pois os seus objetivos estão mais ligados ao desenvolvimento econômico das regiões que historicamente necessitam de mais apoio do Estado, quando analisado a relação PIB/*per capita*. Nesse sentido, o objeto dessa nova política é segundo Araújo e Galvão (2004, p. 31) citando o PNDR:

O objeto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR são as profundas desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre unidades territoriais ou regionais. Os diferentes potenciais de desenvolvimento das diversas sub-regiões, que refletem a diversidade social, econômica, ambiental e cultural presente no País, são a matéria-prima das políticas regionais. É para atuar nessas duas direções, de forma clara e direta, que se justifica a

existência da PNDR. Atuar nos territórios que interessam menos aos agentes de mercado, valorizando suas diversidades, configura-se como uma estratégia para a redução das desigualdades. Ou seja, desigualdade de renda, na sua expressão territorial, decorrente da ausência e/ou estagnação da atividade econômica é o que interessa a esta política; reduzi-la ajuda a construir um país de todas as regiões e não apenas de algumas.

Em Goiás, houve certo abandono das políticas que tratavam das disparidades regionais na década de 1990. Como acontece na maioria das vezes, as ações em nível nacional são acompanhadas, de forma tardia, pelos Estados. Foi exatamente o que ocorreu com o Plano Plurianual (PPA). Embora o governo federal tenha instituído o PPA nos primeiros anos da década de 1990, o governo estadual preocupou-se com tal instrumento apenas no fim da mesma década, conforme mensagem do então governador Marconi Perillo para apreciação do documento na Assembléia Legislativa.

Embora previsto na constituição do Estado de Goiás desde 1989, é a primeira vez no Estado que se toma a iniciativa de preparar um documento desse porte porque entende o Governo ser necessária a conquista de novos caminhos na luta pelo desenvolvimento econômico e social do povo goiano, primordial para a construção de uma sociedade justa e politicamente aberta. (PPA 2000-2003, p. 19).

Foi neste mesmo documento que a preocupação para um pensar regional do Estado começou a se fazer presente. Elegeram-se quatro regiões prioritárias para investimento público – Região Metropolitana de Goiânia, Entorno do Distrito Federal, Nordeste Goiano e Norte Goiano. Também nesse período criou-se a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional – AGDR. Estaremos relatando melhor essa política de desenvolvimento regional quando fomos abordarmos especificamente o Estado de Goiás e suas políticas públicas regionais.

Depois de um breve relato sobre os Eixos Nacionais e Integração e Desenvolvimento, sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, bem como a respeito das políticas incorporadas nos território goiano, através da análise regional, faz-se necessário expor agora o que entende-se por escala geográfica.

A escala geográfica, ao contrário do que muitos pensam, é completamente diferente da escala cartográfica. A geográfica é socialmente

produzida, como explica González (2005 p. 11). “El primer principio, como ya hemos adelantado, es que las escalas no están ontológicamente dadas de antemano, sino que son constructos sociales.” E continua (p. 12) “... las escalas no existen en uma especie de limbo previo a la interacción social, esperando a ser utilizadas em las relaciones sociales sino que son la própria expresión de estas relaciones”.

De acordo com Castro (1992, p.21), “É cada vez mais evidente que a escala é um problema não apenas dimensional, mas profundamente fenomenal o que implica em importantes conseqüências no desenvolvimento mesmo da ciência moderna”. Para a Geografia é fundamental diferenciar e, sobretudo, entender a questão escalar.

Dimensional é a escala cartográfica, pois ela estabelece referência a questões de ordem matemática, de proporção. Em outras palavras, a escala cartográfica é definida pela representação em papel de uma realidade, tendo como indicativo uma linguagem de grandeza. Dessa forma, quanto maior o espaço a ser trabalhado, menor terá que ser a escala, e quando maior o fenômeno a ser trabalhado, maior será a escala.

Fenomenal é a escala geográfica, pois essa é definida por e a partir do fenômeno a ser analisado. Nada impede que esse fenômeno seja mapeado, no entanto, as proporções aqui não serão as matemáticas, e sim as de influência, por isso é necessário relacionar a escala geográfica ao poder, assim como ao social.

Primeiramente a construção da escala geográfica é um meio primário mediante o qual “ocorre” a diferenciação espacial. Em segundo lugar, uma compreensão da escala geográfica poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferença espacial. Em terceiro lugar, a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. Por fim, a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa. (SMITH, 2000, p. 139)

Entender a escala como uma construção social implica em estabelecer que elas se dêem a partir de relações de poder e que essas relações de poder são relações de classes. Independentemente da escala, seja ela corporal, da casa, da comunidade, da cidade, da região, da nação e do globo, elas são em sua essência relações de classes. Algumas mais

perceptíveis que outras. Por exemplo, na escala da nação, onde a produção econômica é evidentemente mais presente, essas relações são também mais perceptíveis. Por outro lado, embora essas relações existam na escala do corpo, são menos perceptíveis.

Se entendermos que ela é socialmente produzida, então não podemos delimitar hierarquia de importância, pois, elas são, dependendo do contexto, híbridas.

Em se tratando de políticas de desenvolvimento regional, temos aí duas escalas já definidas. A primeira é a do Estado-Nação, o que resulta em uma relação de poder do Estado com o ordenamento territorial, já que esse ente deve regular as relações de classes e isso significa diminuir os abismos regionais existentes, uma vez que poderiam gerar o enfraquecimento do pacto federativo, ou seja, poderiam ser causa de separatismos. A segunda escala de análise é a região, nesse sentido como uma escala de intervenção territorial, local diferenciado de atuação política e econômica do Estado. Devemos aqui salientar que a escala regional pode ter proporções territoriais, sendo as macrorregiões brasileiras – Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro Oeste – até microrregiões regiões do estado de Goiás. O importante é que a definição possa compreender que é nesta escala onde a percepção econômica e de planejamento é vista.

Smith (2000) salienta a respeito das escalas de região e nação o seguinte:

- Região: “Lugar da produção econômica, a escala regional está intimamente ligada aos ritmos mais amplos da economia nacional e global e a identidade regional é construída de forma desproporcional em torno de tipos de trabalho ali desenvolvidos. A região pode ser concebida como uma rede concentrada de conexões econômicas entre produtores, fornecedores, distribuidores e uma miríade de atividades ancilares, todas situadas em localizações urbanas ou rurais específicas – ‘conjuntos de produção’, nos termos de Scott⁵” (p. 151)

- Nação: “Embora represente uma divisão do mercado mundial, a escala nacional é primariamente uma construção política, o lugar do poder estatal” (p. 153)

⁵ SCOTT, Allen J. *New industrial spaces*. Londres: s. ed. 1988.

Como podemos perceber, essas duas escalas estão de algum modo ligadas a outro tipo de escala, a global. E principalmente no atual estágio de desenvolvimento capitalista que nos encontramos, a escala global tem muito a influenciar as outras escalas, assim como o papel do Estado para atender os interesses globais também é relevante para o entendimento da realidade atual.

Seguindo Smith (2000), Gómez (s/d) faz uma boa síntese das análises escalares, que assim são postas.

Tabela 1 - Produção e caracterização de escala segundo Neil Smith

	CORPO	CASA	COMUNIDADE	ESPAÇO URBANO	REGIÃO	NAÇÃO	FRONTEIRAS GLOBAIS
Identidade	Local físico, primário	Lugar de reprodução familiar e pessoal	Lugar de reprodução social	Esfera diária do mercado de trabalho	Lugar de reprodução econômica	Divisão do mercado mundial	Construção da circulação de capital
Fronteira Interna	+ Classe - Gênero	Gênero, Classe, idade, função social	Classe, etnia, raça	Mercado imobiliário e zoneamento	Divisão social do trabalho	Etnia, raça, religião, região	Desenvolvimento econômico desigual
Fronteiras	Segundo o gênero	Externamente: segundo cultura. Internamente: segundo gênero.	Fronteiras pouco definida.	Jornada diária de trabalho	Definida pela cooperação intraclasse e a competição interclasse	Fruto de guerras, tratados... porosidade econômica	Mudam com o tempo (Império Romano, conquista espacial)
Possibilidades Políticas de Resistências	Feminismo Doméstico, gays-lésbicas, veículo dos sem teto.	Base da luta e da mobilidade política	Reconhecimento político da identidade social	Organização política dos trabalhadores com moradia degradada	Luta de classe	Dificuldades para a classe trabalhadora	Anti-imperialismo feministas, ecologistas

Fonte: SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica . IN: ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas:Papirus, 2000.
Organização: Jorge R. Montenegro Gómez, 2004.

De acordo com o quadro apresentado, existem sete locais de produção escalar: corpo, casa, comunidade, espaço urbano, região, nação e fronteiras globais. É na escala da região que se dá a reprodução econômica e também as possibilidades de resistência pela luta de classes. Na escala da nação, existe a divisão do mercado mundial e a expressão da política partidária. A nação pode ser entendida como local de disputa. Disputa dos partidos políticos para acesso ao poder. Enquanto a região deve ser compreendida como espaço privilegiado das ações planejadas do Estado no território.

Segundo Smith (2000) raça e gênero são ligadas as classes, nesse sentido estabelece:

É evidente que as questões de gênero e raça estão intimamente entrelaçadas a da classe, como acontece quanto os padrões deliberadamente situam suas instalações em lugares onde a força de trabalho feminina ou branca está à disposição, mas essas diferenças sociais não são definidas na escala regional. A cooperação intraclasses realça a competição interclasses, e a organização espacial de cooperação e da competição entre classes contribui de modo fundamental pra a definição das fronteiras regionais.(p. 153)

As escalas da nação e da região fazem sentido quando tratamos do fenômeno político partidário e econômico, pois é a partir desses dois níveis de análises que podemos compreender as políticas de desenvolvimento do país.

Outra característica das políticas de ordenamento territorial é usar sem muito critério o termo desenvolvimento. É essencial que ele seja mais bem discutido, afinal é um conceito muito difundido. Iremos nos pautar em compreender melhor o que significa essa expressão.

Essas políticas têm em sua meta uma palavra chave: “desenvolvimento”. Para trabalhar em qualquer escala, as políticas estatais tem como pano de fundo sempre o desenvolvimento, seja ele humano, econômico ou político. Assim, é necessário analisar o termo, já que se tornou uma panacéia para as políticas estatais⁶.

O desenvolvimento, naquilo que Said (2007) chama de “geografia imaginativa”, é uma expressão de cunho bastante ocidental:

⁶ Em muitas dessas políticas a própria palavra “desenvolvimento” vem como nome forte de ação, basta ver as Política Nacional de **Desenvolvimento** Regional; Política de **Desenvolvimento do** Turismo; **Desenvolvimento** Territorial Rural; e muitas outras.

Um grupo de pessoas vivendo em alguns acres de terra estabelecerá fronteiras entre a sua terra e seus arredores imediatos e o território mais além, a que dão o nome de “a terra dos bárbaros”. Em outras palavras, essa prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é “o nosso”, e um espaço não familiar além do “nosso”, que é “o deles”, e um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra “arbitrário” nesse ponto, porque a geografia imaginativa da variedade “nossa terra – terra bárbara” não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. Basta que “nós” tracemos essas fronteiras em nossas mentes; “eles” se tornam “eles” de acordo com as demarcações, e tanto o seu território como a sua mentalidade são designados como diferentes dos “nossos”. (p. 91)

Apesar de nesse trabalho o autor se referir a identidade, essa passagem mostra bem como é visto o outro, afinal o modelo de desenvolvimento também é, em certa medida, um padrão comparativo de outros modelos. Esse outro é visto com os padrões adquiridos historicamente e espacialmente. Assim o padrão “nosso” ocidentalizado de costumes, crenças, hábitos e religião é diferente dos padrões dos “outros” orientalizados. O que deve se destacar não é a diferença, visto que as culturas são bem distintas de acordo com as suas espacialidades, mas é a imposição de uma cultura, de um modo de vida de uma comunidade para outra.

Daí, temos que entender um pouco sobre o desenvolvimento, e principalmente sobre o ocidental. Não que a palavra surja no ocidente e se espalhe pelo mundo, mas sim que o modelo de desenvolvimento posto pelo mundo hoje é um modelo ocidentalizado, mas precisamente, um modelo Euro-Estadunidense. Ou seja, é baseado no consumismo e na super-produção. Segundo Esteva (1999) este modelo foi imposto principalmente depois da segunda grande guerra pelos Estados Unidos com o presidente Truman.

Também autores como Celso Furtado nos alertavam que os parâmetros de desenvolvimento ocorrido em países desenvolvidos ocidentais não poderiam ser os mesmo dos países subdesenvolvidos.

A industrialização das economias onde se inicia um processo de modernização tende a enfrentar uma dupla dificuldade: se as indústrias locais continuam produzindo a primeira cesta⁷ de bens (indústria com efeitos fracos de encadeamento) e a segunda tem que

⁷ O autor divide a mercadorias produzidas pelas indústrias em duas cestas: a primeira cesta são produtos que atendem a população de média e baixa renda e a segunda são produtos que atendem a população com poder aquisitivo elevado.

ser importada, o país nunca lançará o ponto necessário para formar um sistema industrial, e se as indústrias locais voltam-se para a produção da segunda cesta de bens, pode ocorrer rendimentos decrescentes, em razão do tamanho do mercado local. Alguns países com grande dimensões demográficas e um setor exportador altamente rentável conseguiram superar estes obstáculos: este foi o caso do Brasil. Isto não significa que o capitalismo industrial pode operar no Brasil segundo as regras que prevalecem numa economia desenvolvida. Nesta, a expansão da produção significa aumento paralelo do custo da força de trabalho, isto é, do valor acrescentado pelo trabalho no processo de produção. E porquanto a procura é gerada principalmente por pagamentos ao trabalho, a expansão da procura tende a seguir o crescimento da produção. Nas economias subdesenvolvidas, o valor acrescentado pelo trabalho tende a declinar em termos relativos, durante as fases de expansão. (FURTADO, p. 100)

Para esse autor era necessário repensar os padrões de desenvolvimento, que nos países desenvolvidos eram medidos principalmente pelo grau de modernização e industrialização. Mas o termo desenvolvimento também esteve na pauta de outras ciências.

Em Biologia, o termo desenvolvimento quer dizer evoluído, ou seja, quando uma planta ou animal passa de um estágio a outro, muitas das vezes adaptando-se ao ambiente. Houve uma transferência do termo para o social, assim como muitos outros termos que vieram da Biologia, principalmente na época em que o positivismo era o método hegemônico.

Nesse sentido, naturaliza-se o termo e não há um questionamento do que ele realmente significa. Não se tem o cuidado de perceber que ele está carregado de ideologia, não uma ideologia qualquer, mas sim uma ideologia ocidentalizada. Por isso a grande questão das políticas é o desenvolvimento, ou seja, é a evolução, a superação, o crescimento, o progresso e a maturação. Assim, dizer que o Iraque ou os muçulmanos necessitam de desenvolvimento não é nada mais que querer uma homogeneização cultural do espaço global, mas precisamente uma padronização da economia global, mas esquecendo-se de que essa homogeneização tem um modelo, que é o Estadunidense⁸.

Assim, fica estabelecido o padrão de desenvolvimento que deve ser seguido e, mais, aquilo que não é desenvolvido é subdesenvolvido. Nesse

⁸ Não estamos afirmando que exista outro modo de produção nos países muçulmanos. Mas que os padrões de desenvolvimento do capitalismo ocidental, estadunidense, é difundido como o melhor. Basta observar, por exemplo, o Irã nas décadas de 1950 a 1960, onde os valores ocidentais entram de forma bastante forte naquele país e ele foi visto como um país mais desenvolvido, naquela época, que seus vizinhos muçulmanos.

sentido, segundo Porto-Gonçalves (2006), a cidade e a indústria são conotações de desenvolvimento, enquanto que o campo e a agricultura, são o oposto, ou seja, subdesenvolvidos.

Cria-se esse discurso e há uma naturalização sem nenhum questionamento mais intensivo dele. Mas entendemos que deve haver uma desconstrução e uma reavaliação do termo. Temos que parar de naturalizar tudo com muita facilidade e começar a questionar de forma mais precisa o que realmente as coisas significam. A idéia não é abandonar o termo, mas sim retificá-lo.

Para uma política de desenvolvimento regional, é extremamente importante que o conceito de escala e desenvolvimento sejam trabalhados. No caso da escala, é interessante ressaltar a sua não hierarquização e definir como a Nação e a Região são *locus* da ação. Mas sempre pensar que a intenção de qualquer política de intervenção territorial deve ser a escala do corpo num saltar de escalas, pois é nele a morada da vida.

Já o desenvolvimento deve ser reinterpretado, deixando de lado as fáceis conotações de crescimento e progresso para levar em conta a real necessidade de intervenção e conseqüentemente a diminuição da pobreza e valorização da cidadania plena e da verdadeira democracia.

Uma opção é o que Amartya Sen (2000) chama de desenvolvimento como liberdade. Esse autor destaca,

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez a maioria. (p. 18)

E conclui que,

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão) ajudam a promover a segurança econômica. (p.25)

Pensar o desenvolvimento de forma estereotipada, ou seja, com os padrões a que a sociedade ocidental está acostumada, pode ser normal para os países que possuem essa cultura. Quando se trata de uma política de desenvolvimento territorial, há uma necessidade da participação popular nas decisões do que é realmente importante para ser adotado.

Compreendendo que as políticas em análise possuem um recorte específico, a região. Faz-se necessário visualizar e entrar no debate que se engendra na ciência geográfica. De antemão, já se pode dizer que é impossível uma conciliação na definição de região. Mas é no debate que o conhecimento evolui ou, ao menos, posições são colocadas e discutidas. Esse conceito é um daqueles que nasceram com a Geografia e foi também sendo modificado com o passar do tempo e de acordo com uma variedade de fatores. Tentaremos demonstrar como o debate de região é historicamente construído bem como a importância para uma política de ordenamento do território.

1.4 Conceito de Região – discussões teóricas

Cada período passado possui uma Geografia “presente”, e o estudo comparativo das diferentes geografias através de sucessivos períodos de tempo oferece um quadro da geografia em mudança, de uma determinada área.

Richard Hartshorne

Existiu e ainda existe na Geografia um grande debate acerca do conceito de região. Esse debate foi e é pautado especificamente por alguns elementos: o contexto histórico do conhecimento geográfico, a corrente do pensamento científico em vigor e o que chamaremos de questão política. Antes, entretanto, é necessário distinguir o que se entende por conhecimento geográfico e também diferenciar esse conhecimento da institucionalização da Geografia. Esse é um alerta importante feito por Lencioni (2003). “Dessa forma, vale repetir que é importante distinguir, logo de início, Geografia e conhecimento geográfico. O conhecimento geográfico não pode ser reduzido ao momento da institucionalização da Geografia”. (p.22). Nessa passagem, a autora adverte que, apesar da ciência geográfica ter sido institucionalizada no século XIX, a sua prática e os seus conhecimentos são de tempos remotos.

Assim, grandes foram os denominados geógrafos do passado, como Heródoto, Estrabão, Erastóstenes, entre outros.

O contexto em que esse conhecimento está inserido é fundamental para entendermos o conceito de região, assim como outros, como território, paisagem, etc. Esse elemento está de certo modo imbricado com o elemento corrente do pensamento do científico em vigor, visto que a Geografia, como as demais ciências, segue as principais mudanças do paradigma científico e filosófico. Assim, os primeiros trabalhos possuíam uma tendência positivista, mas nas décadas de 1960 e 1970, adquiriram um viés marxista ou fenomenológico. Aqui, é importante que se faça uma ressalva, pois dizer que os trabalhos e pesquisas desenvolvidas por determinada ciência seguem sempre uma postura da corrente do pensamento em vigor é perigoso, já que sempre há produções que se distinguem, contrapõem e não seguem as demais. Isso ocorre porque o pensamento científico não se desenvolve de forma linear. As correntes de pensamento sobrepõem-se umas às outras, embora haja correntes que predominam em determinada época ou país. Por isso, quando se diz que a corrente do pensamento científico e o momento histórico são relevantes para o entendimento do conceito de região é preciso destacar que dentro de padrões até certo ponto estabelecidos, sempre existem divergências.

Estrabão, talvez seja o mais importante geógrafo da antiguidade. Ele utilizava o método regional para descrever e analisar diversas áreas. Para tanto, fazia uso das diversas viagens realizadas naquele período.

Consideramos Estrabão o marco inicial da Geografia Regional, pois os recortes analíticos que elabora não são feitos a partir de parâmetros geométricos, embora considerasse a Geometria o fundamento da Geografia. Seus recortes são estabelecidos segundo a composição territorial das civilizações. (LENCIONI, 2003, p. 46)

Esse tipo de descrição era feito porque existia uma questão política implícita. Havia a necessidade de conhecer outras áreas para que pudessem conquistá-las, como por exemplo, as áreas conquistadas por Alexandre, “O Grande”, nesse período. (LENCIONI, 2003). A civilização que viria a ser chamada posteriormente de ocidental conheceu através de diversos relatos várias terras até então desconhecidas devido a conquista de novas terras, na

maioria das vezes por conflito. Era dessa forma que lugares, regiões e territórios diversos na antiguidade tornavam-se conhecidos. No entanto, o período medieval passou do conhecimento que se dava basicamente pela conquista, para o conhecimento baseado em relatos de viagens.

Mas ao contrário da antiguidade, cujos relatos se estabeleciam pela guerra, agora, os relatos eram contados por mercadores que saíam mundo a fora para poder vender e comercializar nos mais variados lugares. Os relatos identificados eram pequenos, e a divulgação do conhecimento geográfico da época ficava até certo ponto comprometida, pois, os relatos de viagens dos mercadores não eram muitos na época e a igreja, que detinha o poder do conhecimento no período medieval, não valorizava tal conhecimento. Porém, com o Renascimento, isso começou a mudar.

No Renascimento, novos temas foram colocados no centro do conhecimento científico com uma abertura maior para o pensamento e também para a divulgação dos trabalhos realizados. “A observação, a quantificação, a mensuração, a descrição, o conhecimento de funções e a preocupação com a elaboração de leis gerais passaram a ser os novos referenciais do pensamento” (LENCIONI, p. 55). A Geografia, assim como outras ciências, deveria se preocupar com as observações gerais, o que no fundo já era característica da ciência geográfica feita por descrições regionais. Ressalva-se, porém, que a busca necessária de leis gerais era um desafio.

Na modernidade, o conhecimento do mundo – das regiões do mundo – se dá principalmente pelas viagens dos grandes navegadores. São eles que, através da conquista de novas terras, trazem e divulgam vários lugares do planeta. Esse momento tem dois elementos importantes: Primeiro, o comércio, afinal, era através da expansão comercial dos grandes impérios que se avança para novos mercados. Segundo, o aspecto político de dominação, além do comércio, também anexava novos territórios.

Esses são, concisamente, os momentos históricos que mudaram de alguma forma, o modo de ver e analisar a região: Na Antiguidade, com a descrição através de viagens, conquistas e da guerra; na era medieval, pelos relatos de pequenos comerciantes viajantes; no Renascimento, pelos novos temas da ciência e a busca de leis gerais; na Modernidade, pela conquista de novos territórios e pela expansão do comércio. É interessante que ao momento

histórico também está ligada uma questão política, explícita como na conquista territorial ou implícita na formulação de estudos das mais variadas regiões para os Estados-Nações. Além da questão política e do momento histórico, a corrente do pensamento científico também é fundamental para entender o trajeto do conceito de região.

Quando da sistematização das ciências contemporâneas, o positivismo é a corrente do pensamento científico que mais influencia os trabalhos das ciências da época. O método tinha por princípio a observação, a experimentação e a dedução. Observa-se o fenômeno e o descreve sem nenhuma interferência do pesquisador – neutralidade científica –; os fatos observados devem passar por uma experimentação – afirmação do empirismo –; Essas observações devem causar deduções – construção de leis gerais.

Podemos dizer que a Geografia tradicional⁹ obedeceu, até certo ponto, as premissas do positivismo. Assim, Ratzel, um dos precursores da Geografia científica na Alemanha, pautou suas pesquisas nesse método, segundo vários autores. A bem da verdade, tinha visões holísticas, no entendimento do mundo como um todo, principalmente¹⁰. Mas foi em Ritter que se deram cientificamente os estudos regionais na Geografia, conforme salienta Lencioni (2003, p. 93):

Seu estudo das regiões baseou-se na comparação das relações causais e na afirmação da importância dos métodos empíricos. Sua visão contribuiu para o desenvolvimento das divisões regionais fundadas em critérios naturais, em vez de divisões regionais baseadas nos limites administrativos e políticos. Sem dúvida, é com Ritter que os fundamentos dos estudos regionais, ou da Geografia Regional, se estabelecem.

Mas foi em outra época e com outro autor que o método regional tomou corpo como via principal de análise geográfica. Paul Vidal de La Blache pode ser considerado o maior nome da Geografia tradicional da França. Numa discussão sobre a cientificidade da Geografia, a análise regional era por

⁹ A Geografia Tradicional é caracterizada pela escola alemã de Geografia, sendo os principais autores: Humboldt, Ratzel e Ritter, e também pela escola francesa de Geografia, com principalmente Vidal de La Blache. Essa corrente da Geografia pautou os estudos dessa ciência até por volta da metade do século XX.

¹⁰ Ratzel foi rotulado como determinista, mas estudos recentes (por exemplo, em Carvalho 2005), apontam os estudos de Ratzel para uma visão holística de mundo, enquanto Humboldt queria reconhecer a unidade na vasta diversidade dos fenômenos na relação do homem com a natureza.

excelência o objeto dessa ciência. O método era a descrição e era necessária a completa observação da região tanto nos seus aspectos físicos quanto nos humanos. Alguns autores destacam que esse método era o que melhor conseguia estabelecer a relação entre o físico e o humano.

Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta a natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região. (LENCIONI, 2003. p. 105)

Dois outros grandes pensadores dessa fase da Geografia, que entendiam que o método regional, ou a diferenciação de áreas, era por excelência a cientificidade dessa ciência, são Hettner e Hartshone, que estavam atentos, no entanto, para um entendimento da totalidade da superfície da Terra. Segundo Lencioni, (2003, p. 123) para Hettner,

“A Geografia tem por objetivo proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional do caráter variável da superfície da Terra”. Portanto, para Hettner, o objetivo da Geografia não é o estudo da relação entre homem e meio, mas a diferenciação da superfície terrestre.

E para Hartshone,

[...] , a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e da sociedade. Afirmar que a Geografia deve procurar compreender como os fenômenos se combinam numa área da superfície terrestre. Mas a que fenômeno ele está se referindo? A fenômenos especificamente geográficos? Não, seguindo o pensamento de Hettner, Hartshone considera que não há um grupo de fenômenos particulares da Geografia. Interessam a Geografia todos os fenômenos que tem uma dimensão espacial. Dimensão espacial que não pode ser nem muito grande nem muito pequena. Nem aglomerando o mundo todo nem sendo diminuta, nesse caso como a dimensão espacial típica do *design*.

Richard Hartshone acreditava que a Geografia tinha como objetivo entender os fenômenos da superfície terrestre. Nessa grande missão era necessário, entretanto, estudar os variados fenômenos nas diferentes áreas. Mas quais fenômenos poderiam ser objeto de estudo da Geografia, levando em

consideração a infinidade de fenômenos e a complexidade do espaço geográfico? Ele, ao comentar sobre Gradmann e Hettner¹¹, diz:

A forma do enunciado de Gradmann nos leva a pensar que nossa preocupação não é a de estabelecer regras que excluam esse ou aquele tópico ou fenômeno. Na verdade, não podemos ter certeza de que os critérios de Hettner, se considerados negativamente, excluiriam de modo necessário quaisquer fenômenos da superfície da Terra. Quem poderá afirmar que um determinado fenômeno não está de maneira alguma relacionado a outros fenômenos de sua área? Mas desde que a variedade e a quantidade dos fenômenos que poderiam ser considerados são de tal modo vastas e se diversificam tanto no que se refere ao grau de sua importância no quadro total, os estudiosos sérios desse campo de conhecimentos deverão procurar obter um critério positivo de seleção daquilo que possui maior significância.” (HARTSHONE, 1969, p. 53 – grifo do autor)

Há um avanço assim com o objetivo de deixar o campo aberto dos fenômenos a serem estudados, desde que esses sejam relevantes e tenham uma problemática espacial. Deste modo, fica ainda o questionamento da cientificidade da geografia, pois no positivismo era necessário definir um objeto distinto das outras ciências para poder elaborar leis gerais, ficando no mesmo nível das demais ciências da época. Hartshorne define então que a Geografia deveria se preocupar com o ponto de vista e não com o objeto em si.

Hartshorne, ao estudar as obras de Mackinder, afirma que: “Observando que Geografia Física e a geologia ‘possuem dados em partes idênticas’ ele alegou que ‘os dados, embora idênticos, são encarados de diferentes pontos de vista. São encarados de maneira diversa’” (HARTSHONE, 1969, p. 38)

Conclui nesse ponto que,

[...] é fundamental para a verdadeira finalidade da Geografia, como o estudo da realidade da superfície da terra, sendo esta composta de todas as modalidades de elementos em todos tipos de combinações. Os estudos de categorias individuais de fenômenos são devidamente atribuídos às várias ciências sistemáticas. O propósito específico da Geografia é estudar as variações, na face da terra, de fenômenos que existam em inter-relação, independentemente da classificação dos fenômenos segundo sua espécie. (HARTSHONE, 1969, p. 46).

¹¹ Gradmann assim como Hettner menciona que cabe ao geógrafo a identificação dos aspectos mais importantes e mais eficazes do ponto de vista geográfico.

Tendo uma infinidade de fenômenos da superfície da terra para serem analisados, a Geografia parte do seu ponto de vista e, assim, chega-se à conclusão de que cada pesquisador, observando o ponto de vista da espacialidade e da difusão dos fenômenos da superfície da terra, escolhe os fenômenos ou o fenômeno a ser estudado, dentro de uma relevância espacial. Delimita-se assim a decomposição de uma área de estudo de determinado fenômeno, que pode ser entendida como região, mas o autor prefere o termo “área de algum tipo”. Emprega-se aqui também a mesma idéia já colocada por Hettner, “A região é uma invenção intelectual do pesquisador”, pois, é ele que define quais os fenômenos a serem entendidos e esses fenômenos estão localizados em certa área.

Se procurarmos determinar o significado do termo “região” como o empregam os geógrafos em estudos do tipo denominado “regional”, devemos, na maioria dos casos, pôr de lado qualquer definição introdutória e considerar empiricamente a natureza das áreas que os geógrafos definem por aquele termo. A partir desse fundamento, o máximo que se pode afirmar é que uma “região” é uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance essa distinção. A natureza da distinção é determinada pelo pesquisador que empregou o termo. Se não for explicitamente anunciado no contexto, deve inferida no contexto. (HARTSHONE, 1969, p. 176 – grifos do autor)

A Geografia, dita tradicional, é sem dúvida a que mais utilizou a região como conceito fundamental da ciência, desde Ritter, La Blache e Hartshone. A contribuição epistemológica ao debate foi fundamental nesse período. Outros momentos da Geografia e da ciência moderna foram fundamentais para continuar o debate acerca do tema da região. Assim, outros métodos ajudaram a fomentar o debate e auxiliar na definição do conceito.

A fenomenologia influenciou e influencia de maneira direta a Geografia. Nessa corrente do pensamento, onde a valorização do indivíduo e sua subjetividade são questões relevantes, a categoria que melhor se identifica com essa análise é o lugar, ocupando a região nesse contexto apenas posição coadjuvante. No entanto, os trabalhos feitos a partir da fenomenologia que tinham a região como conceito central preocupavam-se com o indivíduo e a percepção coletiva. Segundo Lencioni,

A identidade dos homens com a região se tornou, então, um problema central da Geografia Regional de inspiração fenomenológica. (p. 154)

A região, portanto, passou a ser vista não como constituindo uma realidade objetiva; ao contrário, ela foi concebida como uma construção mental individual, mas, também, submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva. (p. 155)

O marxismo, introduzido na Geografia no fim da década de 1960 e início da década de 1970, foi uma forte crítica a tudo que se tinha até então produzindo, inclusive a geografia tradicional e o quantitativismo geográfico. Mas a relação da Geografia com o marxismo nunca foi fácil. Primeiro, porque as categorias geográficas não foram estudadas ou relacionadas pelo marxismo. Além disso, a Geografia marxista se preocupou muito com o papel social da ciência e pouco com as análises espaciais, ocasionando assim uma desespacialização dos fenômenos. No entanto, houve contribuições no que diz respeito ao conceito de região.

Um dos aspectos mais positivos da incorporação do marxismo em relação a temática regional foi a crítica a fetichização do espaço e aos estudos baseados na descrição e na análise das funções regionais. Um outro aspecto importante foi o de apontar o quanto a reconstituição histórica pode ser reveladora para a compreensão da região em estudo. Mas, por outro lado, a perspectiva marxista trouxe e imediato um problema teórico-metodológico de que a Geografia Regional não poderia se esquivar do fato de a região não se constituir numa categoria de análise marxista. (LENCIONI, 2003, p. 168).

São diferentes abordagens da região seguindo as mais distintas correntes do pensamento científico. Desde o positivismo e a sua relação com a comprovação empírica e a dedução, até a fenomenologia com o caráter individual da subjetividade. No entanto, a região é, desde tempos antigos, a forma mais perfeita para a administração estatal. O recorte espacial, para facilitar a gestão territorial, está na história da sociedade, e seu objetivo é dividir o espaço para ali criar projetos, tendo sempre o domínio, o controle, enfim, a gestão do território. Esses conceitos ainda hoje permitem construir recortes interessantes para promover a intervenção espacial.

As regiões foram e ainda são formas de administração, principalmente do Estado, o que ainda é evidente no Brasil, com as cinco

regiões oficiais do IBGE: Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro Oeste. Segundo Gomes (2003, p. 54)

A região tem também um sentido bastante conhecido como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce freqüentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados. Deste o fim da Idade Média as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territoriais presente no desenho dos mapas. Ainda que muitas vezes sob denominações diversas (*Régions*, na França, *Províncias*, na Itália ou *Laender*, na Alemanha), o tecido regional é freqüentemente a malha administrativa fundamental que define competências e os limites das autonomias dos poderes locais na gestão do território dos Estados modernos. Muitas instituições e empresas de grande porte também utilizam esse tipo de recorte como estratégia de gestão dos seus respectivos negócios dentro do mesmo sentido de delimitação de circunscrição e hierarquias administrativas.

Apesar de estar sempre no centro dos debates da Geografia, vários são os períodos em que se decretou o fim da região. Como bem assinalado anteriormente, quando as discussões de determinada linha de pensamento decreta o término do conceito, isso não significa que naquele período todas as linhas de pensamentos sigam essa diretriz, de modo que, quando se fala em fim ou morte da região, está-se referindo a algumas correntes. Haesbaert (2001) identificou três períodos em que ela é renegada – morte da região – e que ressurgem nesses mesmos períodos – vida da região. Primeiro a região “morre” com a dita Nova Geografia e seu método neopositivista. Como na Geografia Tradicional o método por excelência era o método regional, nessa corrente de ruptura, não haveria razão para continuar a discutir a região, já que o objetivo era produzir uma ruptura de pensamento. Mas não houve um completo desligamento. O que ocorreu foi uma nova perspectiva da categoria, agora nos moldes neopositivistas, ou seja, a região é vista como classe de área, um regionalismo como instrumento de análise, dessa forma a região aparecia a *posteriori*. Depois ocorre a “morte” da região em uma perspectiva marxista. Segundo essa corrente, o capital seria capaz de homogeneizar os espaços em sentido econômico através do desenvolvimento e em sentido cultural através da mídia. No entanto, nessa mesma corrente a região reaparece “vive” principalmente em duas perspectivas: numa dimensão econômica caracterizada pela divisão territorial do trabalho e nas manifestações sociais, através do regionalismo. Por fim, a última corrente que

decreta o fim da região é a que o autor designa de globalismo, que, numa visão parecida com o marxismo, decreta o desaparecimento da região pela globalização, já que os espaços tornam-se cada vez mais homogêneos. Em contrapartida, o que havia de concreto seriam as redes.

No entanto, segundo Haesbaet (2001) a região parece mais viva do que nunca, pois os contrastes, tanto econômicos, naturais e culturais são cada vez mais evidentes. Apesar de todo o processo de globalização ainda assim as regiões não morreram. Na verdade, a globalização só fez aparecer o que já era constatado, a fragmentação do mundo. O Estado ainda não desapareceu da cena política. Isso é claramente percebido, no caso do Brasil, pelas suas intervenções regionais, através das Superintendências: SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste) e SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Ou seja, a região ainda é um conceito atual.

Duas características da região comuns na literatura são a homogeneidade¹² e a singularidade, ou seja, para se definir uma região é necessário que em algum aspecto (cultural, econômico ou natural) ela seja homogênea e que ela também seja diferente nesses mesmos aspectos de outras. Daí algumas regiões são caracterizadas pelas suas feições ou por apenas uma feição para toda a região. É o que Lacoste (1988, p. 63.), ao criticar Vidal de La Blache, chama de região-personagem. Segundo este autor:

De fato, sem a sombra de dúvida, e freqüentemente sem mesmo se explicar, Vidal traça os limites das diferentes regiões, cuja existência ele impõe, seja como uma parte de um dos traçados dos limites de antigas províncias, seja por tal limite climático, seja a linha que o geólogo traça sobre a carta para separar os afloramentos de terrenos muito diferentes. Um tal retalhamento convém, talvez, à classificação dos elementos da "paisagem" que Vidal escolheu porque eles podem ser considerados como as heranças de fenômenos históricos (os mais) antigos, ou por sua evidente dependência, seja das condições geológicas, seja das condições climáticas.

¹² Usar o termo homogeneidade nos parece um pouco complicado, já que designa igualdade e perfeição. Sabemos que, quando se trata de região, não há uma homogeneidade, pois cada região, independentemente do critério adotado, tem suas diferenciações internas. Desse modo, quando utilizarmos esse termo sempre virá carregado dessas ressalvas.

Independentemente do debate, dos paradoxos, a região ainda é um conceito de análise que está em voga. A complexidade do conceito, as inúmeras nuances, não podem servir de justificativa para cair no relativismo. O mesmo ocorre com outro conceito que tem muita relação com a região, a regionalização.

De uma maneira geral, podemos dizer que o desenvolvimento do pensamento geográfico há dois grandes marcos de interpretação acerca do objeto da Geografia. O primeiro, que entende que a Geografia estuda a relação entre o homem e o meio e, o segundo, que a concebe como campo de conhecimento particular voltado para a diferenciação das áreas. Essas duas orientações gerais implicam em concepções diferentes de região. Na primeira perspectiva, referida muitas vezes como ambientalista, a região existe em si mesma; ou seja, ela é auto-evidente e cabe ao pesquisador reconhecer a região por meio de análises. A região, portanto, coloca-se como objeto a priori. No segundo caso, a região não existe em si mesma, ela não é objeto de estudo no significado restrito do termo, pois ela se conforma no final do processo de investigação, processo esse que com a elaboração de critérios definidos no processo de investigação constrói o recorte espacial. (LENCIONI, 2003, p. 201)

As políticas de desenvolvimento regional podem ser encaixadas nesse segundo marco de interpretação, ou seja, “a região não existe em si mesma”. Ou seja, os diferentes critérios para a definição de como a intervenção será disposta implica diferentes recortes espaciais e por isso regiões variadas. Nesse sentido, a região é algo que está nas definições do pesquisador ou no fator de decisão política.

No entanto, um fator pode contribuir para que as políticas de desenvolvimento regional possam de alguma forma encarar com mais humanidade os espaços a sofrerem interferência. É, a nosso ver, importante que haja uma identificação entre a população local e o local que vive em uma escala regional, visto que essa identificação facilita a mobilização e a discussão das políticas que serão desenvolvidas. Sendo assim, a mobilização popular e o caminho para que um pensamento único seja definido se tornam mais fáceis. Por isso, o regionalismo, quando é autêntico, deve ser levado em consideração para a elaboração e execução das políticas públicas. Isso é o reconhecimento do Estado enquanto agente público, dar voz as pessoas.

Certo de que o debate acerca da região ainda não se esgota, temos uma outra designação que parte desse conceito. A nosso ver muito mais técnico

que subjetivo: a regionalização, instrumento do planejamento e das políticas governamentais. Estaremos discutindo um pouco mais esse tema.

1.5 Região como ferramenta administrativa: a Regionalização

Gramaticalmente, a palavra regionalização é derivada da palavra região. No entanto, é possível utilizá-las como sinônimos em Geografia? A primeira vista, seria muito cômodo igualá-las a um só significado. Mas há a necessidade de realizar uma investigação um pouco mais aprofundada e separar esses dois termos.

O conceito de região está presente em vários trabalhos que o utilizam e nas mais variadas discussões que ainda são feitas, tanto em nível nacional quanto a nível internacional.

A região enquanto conceito, na interação sujeito-objeto, não pode cair nem na visão de região como algo auto-evidente a ser “descoberto” (seja como realidade natural, seja como “algo vivo percebido pelos homens”) nem como simples recorte apriorístico, definido pelo pesquisador com base unicamente nos objetos de seu trabalho (Haesbaert, 1999, p. 32).

Ela não é algo evidente a ser reconhecido por qualquer pessoa. Há de identificar os processos sociais que envolvem o espaço, para então reconhecer a região. Diversas podem ser as características reconhecidas por esse conceito, como: instrumento de análise e referência de localização; manifestação dos processos sociais e; fenômenos sociais próprios, como o regionalismo político e as identidades regionais. (HAESBAERT, 1999).

Dessa forma, os fenômenos espacializados que ocorrem em uma escala entre o local e o nacional, onde são identificados fenômenos sociais próprios, podem ser chamados de região segundo a perspectiva de Haesbaert (1999).

Depois de entendermos o conceito de região, temos que nos ater ao processo de regionalização. Assim como o conceito de região, que é produzido historicamente, também podem existir quantas regionalizações quanto forem os pesquisadores. Pode-se regionalizar uma área de acordo com o PIB, renda *per capita*, nível de industrialização, etnia, entre outras. Há

diversos critérios para a regionalização. Nesse sentido a região não é um ente, mas uma ferramenta, como colocado por Ribeiro (2004), para planejamento e conhecimento do espaço.

Para melhor compreender essa distinção entre Região e Regionalização, vamos nos pautar em Ribeiro (2004). A autora diferencia a regionalização enquanto fato e enquanto ferramenta.

[...] a regionalização como fato encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território. (p. 195).

A regionalização como fato e como ferramenta, envolve, ideologia e recursos políticos administrativos. (p. 196).

A relevância da regionalização como ferramenta depende do conhecimento da regionalização como fato, já que desta advém recursos essenciais tanto à vida quanto ao lucro. (p. 197)

Dessa forma, diferencia-se a região como um espaço onde a formação histórica dos fenômenos sociais são distintos de outras áreas. Já a regionalização como ferramenta é a área delimitada pelo pesquisador, ou seja, um método.

Utilizando a região como ferramenta, ou seja, elaborando uma regionalização, ela pode servir aos mais diferentes fins. São diversos os atores que utilizam esse método e ele está intimamente ligado à questão do poder. Grandes empresas transnacionais usam a região como forma de planejar suas ações. O objetivo é delimitar os espaços de investimento, instalar novas indústrias e novos comércios. Além dessas empresas, existe um outro elemento ainda mais importante quanto se trata de regionalização. O principal ator que coordena esse mecanismo é o Estado. Regionalizar para o Estado e trabalhar para o poder, esse Poder com P maiúsculo, conforme Raffestin (1993). Recortar o espaço é delimitar áreas que possuem ou necessitam de maiores investimentos, porém, também é identificar localidades de ação, persuasão e poder.

Um exemplo bem interessante dessa região como ferramenta são as mais diversas propostas de regionalização do território brasileiro. Observando nas figuras 03 a 12 a seguir, podemos identificar diversos critérios para a

regionalização. Nota-se que em um mesmo espaço pode haver inúmeras regionalizações, e essas regionalizações podem ser utilizadas para diversos fins.



Fonte: BORGES, L. de M; ARRAIS, T. A. – adaptado de Guimarães (1942)



Fonte: BORGES, L. de M; ARRAIS, T. A. – adaptado de Guimarães (1942)

BRASIL: DIVISÃO REGIONAL (IBGE - 1938)

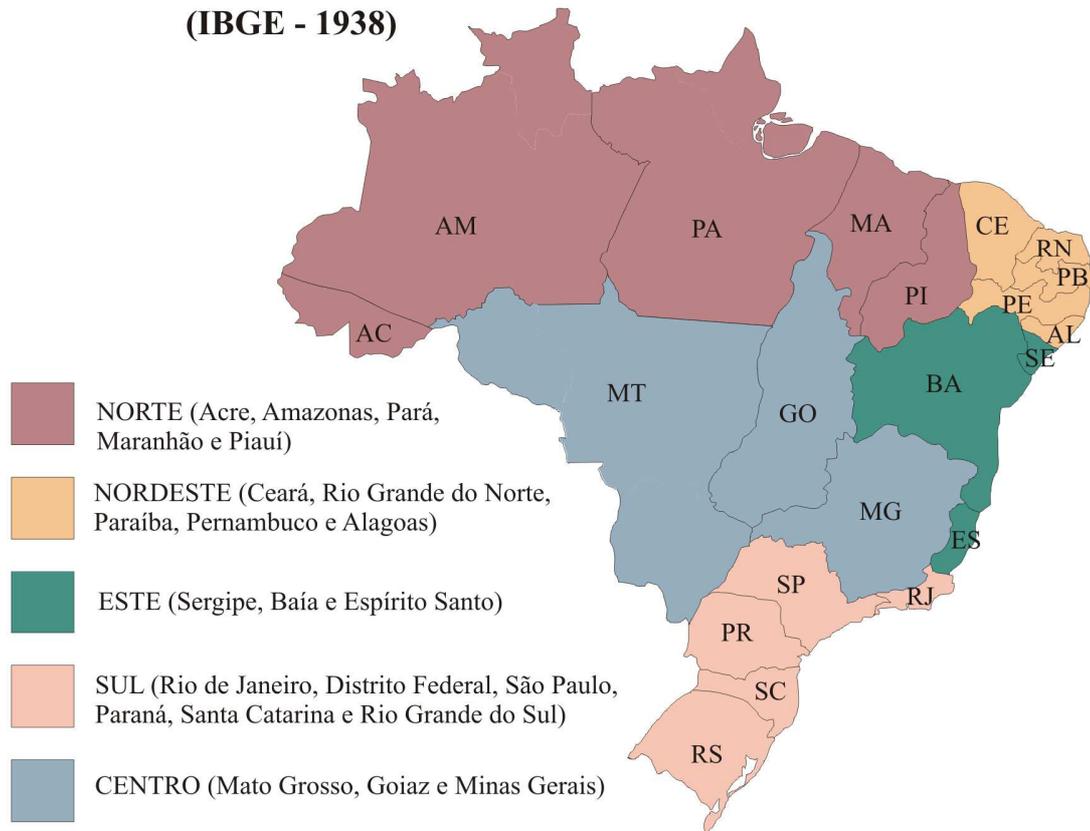


Figura 5 **PRINCÍPIO ADOTADO: POSIÇÃO GEOGRÁFICA**

Fonte: BORGES, L. de M; ARRAIS, T. A. – adaptado de Guimarães (1942)

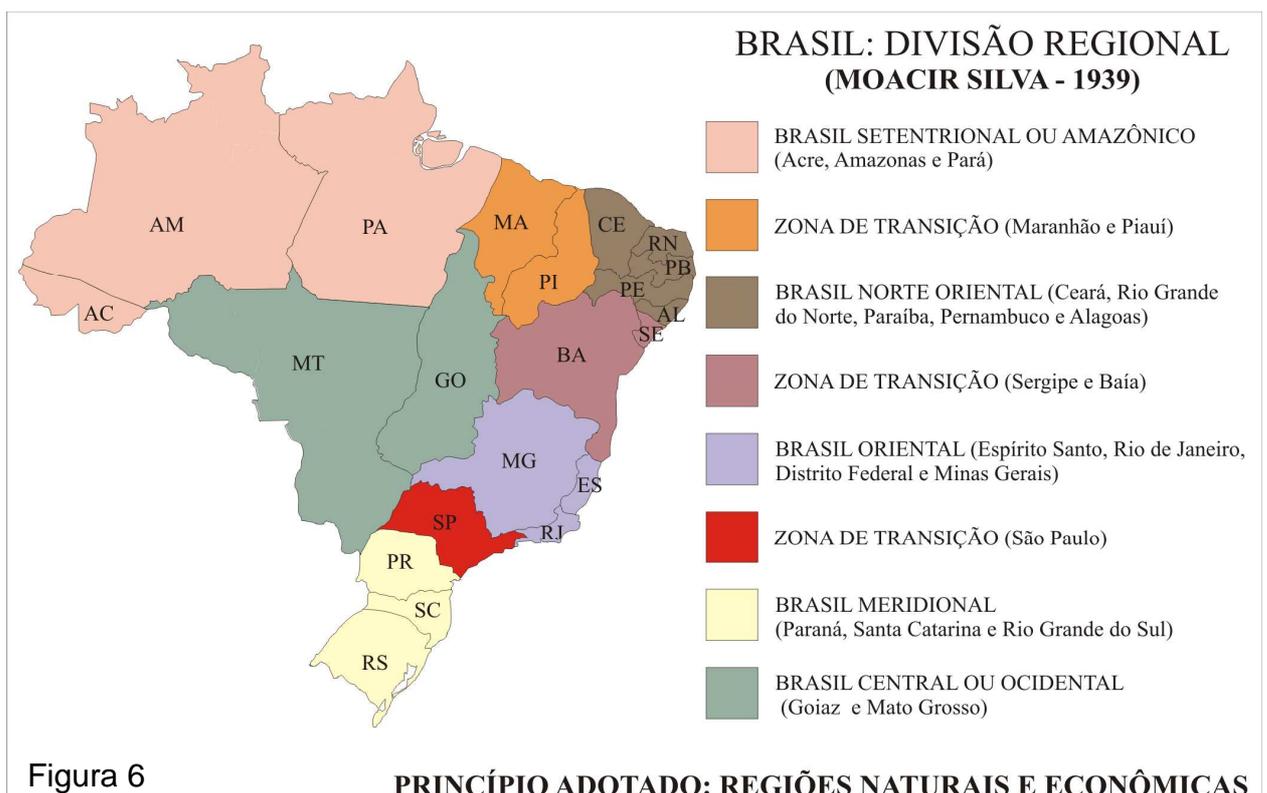


Figura 6 **PRINCÍPIO ADOTADO: REGIÕES NATURAIS E ECONÔMICAS**

Fonte: BORGES, L. de M; ARRAIS, T. A. – adaptado de Guimarães (1942)

**BRASIL: DIVISÃO REGIONAL
(CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS - 1939)**

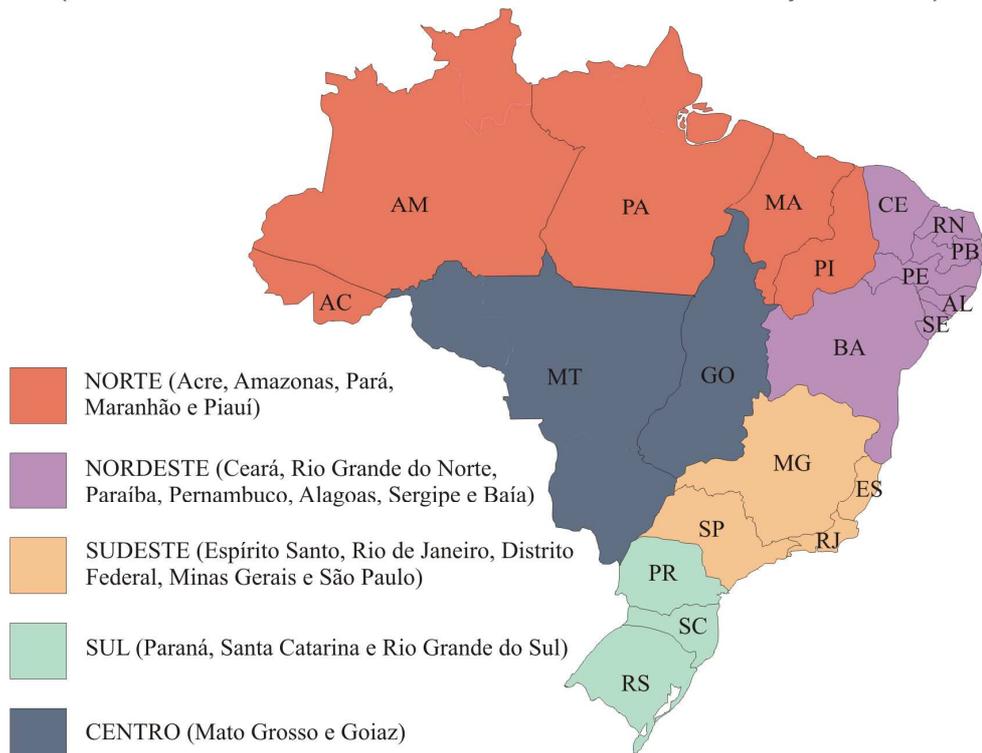


Figura 7 PRINCÍPIO ADOTADO: ZONAS GEOECONÔMICAS

Fonte: BORGES, L. de M; ARRAIS, T. A. – adaptado de Guimarães (1942)

**BRASIL: DIVISÃO REGIONAL
(IBGE - 1945)**

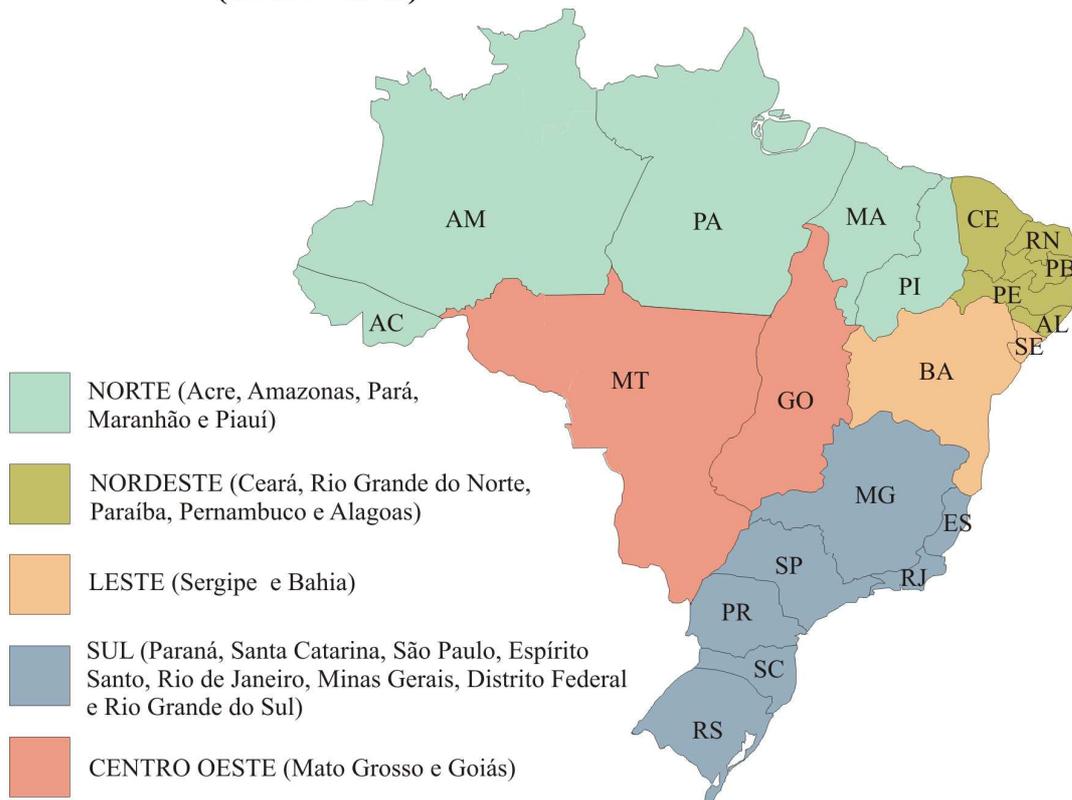


Figura 8

PRINCÍPIO ADOTADO: REGIÕES NATURAIS

Fonte: BORGES, L. de M; ARRAIS, T. A. – adaptado de Guimarães (1942)

BRASIL: DIVISÃO REGIONAL (PEDRO PINCHAS GEIGER - 1967)



Figura 9 **PRINCÍPIO ADOTADO: REGIÕES GEOECONÔMICAS**

Fonte: BORGES, L. de M; ARRAIS, T. A. – adaptado de Guimarães (1942)

BRASIL: DIVISÃO REGIONAL (IBGE - 1968)



Figura 10 **PRINCÍPIO ADOTADO: REGIÕES ECONÔMICAS**

Fonte: BORGES, L. de M; ARRAIS, T. A. – adaptado de Guimarães (1942)

BRASIL: DIVISÃO REGIONAL (ROBERTO CORRÊA LOBATO - 1989)

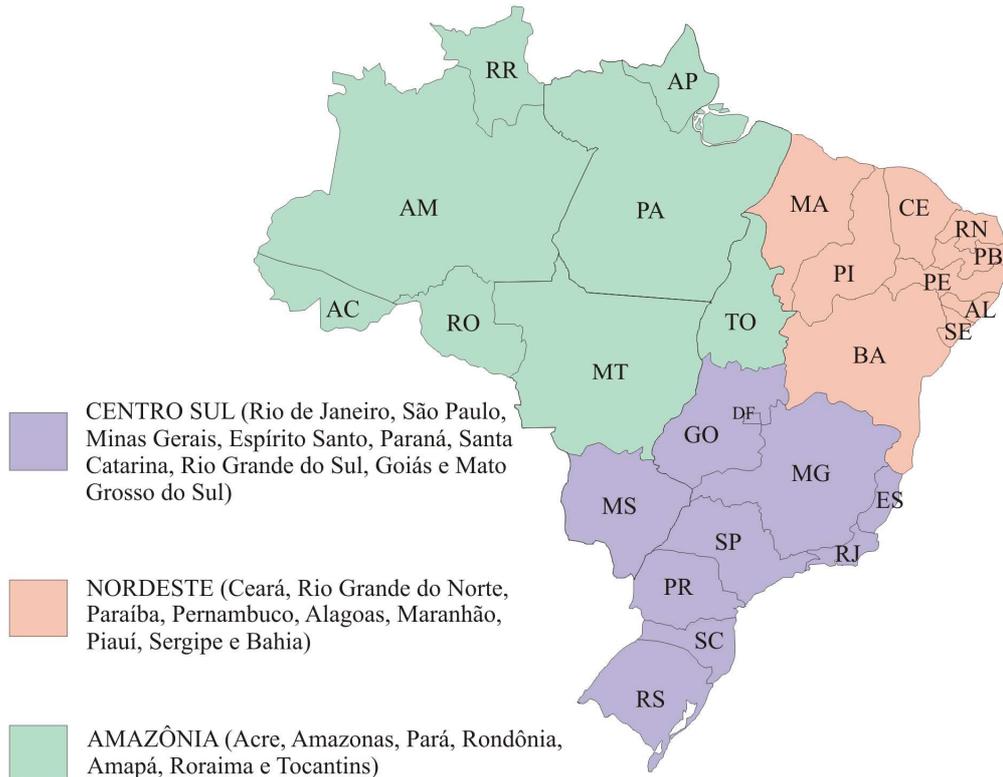


Figura 11 **PRINCÍPIO ADOTADO: REGIÕES GEOECONÔMICAS**

Fonte: BORGES, L. de M; ARRAIS, T. A. – adaptado de Guimarães (1942)

BRASIL: DIVISÃO REGIONAL (MILTON SANTOS - 1999)

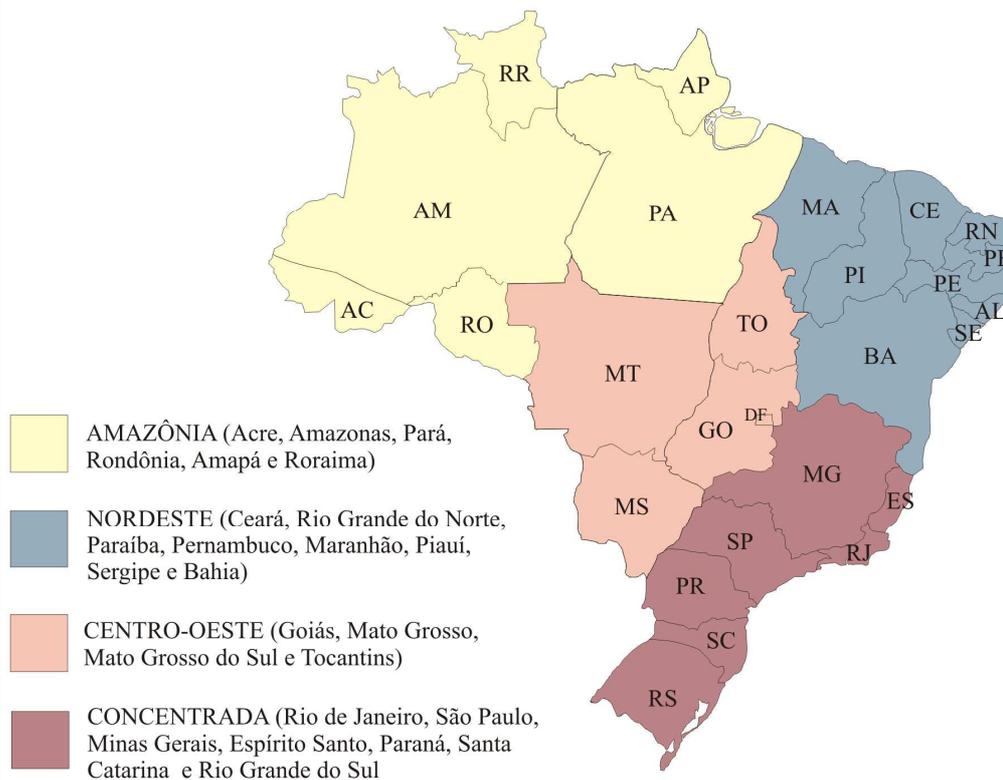


Figura 12 **PRINCÍPIO ADOTADO: CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA**

Fonte: BORGES, L. de M; ARRAIS, T. A. – adaptado de Guimarães (1942)

É interessante destacar que os critérios de elaboração regional se modificam de acordo com a evolução do pensamento geográfico. Quando era mais forte uma visão possibilista, as divisões eram elaboradas principalmente pelos critérios físicos: tipo de vegetação, formas de relevo, geologia e clima; entre outros. Com o avanço dos anos, muda-se o pensamento geográfico e outros fatores são destacados para a regionalização do país, conforme a situação econômica, por exemplo. Atualmente, a regionalização brasileira tem critérios sócio-econômicos.

1.6 Região: uma questão

A região enquanto categoria de análise do espaço ajuda-nos a entender melhor a própria realidade, apesar das inúmeras variações que ocorrem dentro dela, tal como o regionalismo e a regionalização. Um fator importante para o qual a literatura nos chama a atenção é a região como uma questão, na verdade a questão regional.

No Brasil o debate sobre a questão regional concentra-se muito na região Nordeste. Várias foram as idéias desenvolvidas para uma compreensão do caso brasileiro. Através dessa compreensão, surgiram propostas para uma solução.

Historicamente, a questão regional foi vista a partir de uma conjuntura em que determinada região necessitava de um olhar diferenciado, já que era, em diversos sentidos, mas principalmente em relação ao PIB *per capita*, menor que as demais regiões. Por isso, a região Nordeste era vista como aquela que necessitava de um projeto diferenciado, visto que grandes diferenças existentes entre várias regiões do mesmo país podem causar grandes conflitos, até mesmo separatismo, conforme já colocado por Castro (1992) e Oliveira (1981)¹³. Para diminuir o abismo econômico que ora existe nas diferentes regiões brasileiras, há que ser necessário uma intervenção estatal, ou seja, políticas de desenvolvimento específicas para aquele local.

¹³ A criação das Agências de Desenvolvimento estava pautada nos déficit econômico e social que as regiões apresentavam. O discurso separatista não foi a justificativa para o surgimento das Superintendências. Mas é importante relatar que autores como Castro e Oliveira viam que grandes disparidades regionais poderiam levar a um conflito territorial.

Uma experiência já realizada na região Nordeste foi a criação da SUDENE, que tinha como objetivo diminuir a disparidade existente entre as outras localidades brasileiras e aquela região. No início, ela logrou êxito, mas conforme iam diminuindo os investimentos, as ações também ficavam mais precárias. Por fim, no início da década de 1990, ela foi extinta, com a justificativa de elevada corrupção nos seus projetos. Atualmente, ela foi recriada pelo governo Lula.

Martins (1990) identifica duas visões da questão regional ou “questão Nordeste”, uma conservadora e outra progressista. Sobre a conservadora, o autor faz a seguinte avaliação.

Por essa ótica, a idéia de “Nordeste” e questão regional está diretamente vinculada ao papel das classes dominantes regionais no contexto de construção do Estado Nacional no Brasil. Isso é, do modo como procedem politicamente os grupos dominantes situados num espaço periférico, no interior da formação social, para assegurar os seus mecanismos de controle no interior do aparelho estatal: seja na esfera local, regional ou central. A característica básica do discurso formulado por essas classes dominantes regionais periféricas e que ele tem necessariamente uma feição regionalista. Ao contrário da classe ou fração hegemônica, situada no sudeste do país – espaço central da acumulação do capital no Brasil –, que formula necessariamente um discurso de caráter nacional. (p. 52)

Sobre a visão progressista, o autor expõe as suas idéias da seguinte maneira:

Esta compreende todos aqueles que se dizem identificados com os interesses das classes subalternas. Que procuram, em conseqüência, denunciar o discurso regionalista como um discurso ideológico do Nordeste, desmascarando-o e expondo a natureza de classe a ele subjacente. A visão progressista vem ganhando ultimamente importante espaço na literatura sociológica sobre o Nordeste, demonstrando o esforço intelectual que está sendo dispendido no sentido de um melhor conhecimento da realidade social nordestina.

Dentro deste debate, o autor situa a posição de Oliveira (1981) na visão progressista, expondo que o mesmo não considera mais a existência de um Nordeste, já que, depois da segunda metade do século XX, o capital monopolista consegue homogeneizar a economia nacional, incorporando todas as regiões ao mercado. Partindo desse entendimento, já não é mais necessário discutir acerca de região, visto que o capital já integrou todo o território. Assim, a economia não era mais regional – nos moldes da economia de arquipélago –

e sim nacional. “A conclusão imediata desta formulação teórica de Oliveira sobre o desenvolvimento capitalista é que, com a dominação do capitalismo monopolista a nível nacional, o conceito de região tende a perder sua substância e sua densidade histórico-material”. (MARTINS, 1990, p. 55).

Os argumentos de Oliveira (1981) são refutados, em especial aquele que estabelece uma distinção econômica antes do segundo quartel do século XX e na segunda metade do mesmo século. Quando estabelece que o território brasileiro, no primeiro período, era caracterizado pela ligação das regiões com a economia internacional, ou seja, o arquipélago, e, no segundo período, a ligação com a economia exterior já era nacional, devido a intervenção do capital monopolista.

O recurso exagerado ao papel do mercado externo no desenvolvimento interno levou, porém, a que fosse cultivado no interior do pensamento científico, a idéia de que o Brasil até os anos cinqüenta era formado por “ilhas” econômicas voltadas para fora do país, com escassas ligações internas, o que é incorreto. Isolamento este que seria rompido pelo capital monopolista a partir de então, constituindo uma economia nacional e desintegrando as unidades regionais – o que também é incorreto. (MARTINS, 1990, p. 65)

Para Martins (1990), então, Oliveira está equivocado em alguns aspectos, embora isso não tire o mérito de seu trabalho. Para Martins (1990), o Nordeste existe enquanto região no momento histórico atual, o que pode se aproximar da visão conservadora que o autor expõe. Da mesma forma, pode desaparecer essa região e surgirem outras, dependendo do próprio contexto. “A extinção das regiões pode ocorrer, mas apenas num contexto de transformação e/ou criação de novas regiões: o ‘Nordeste’ não existe como uma região no sentido histórico-estrutural do termo. É uma ideologia. Mas existem os ‘nordestes’ como ‘regiões’, como histórias e como estruturas sócio-políticas e econômicas.” (MARTINS, 1990, p. 65).

O debate acerca da questão regional ficou restrito a problemática nordestina e ao estabelecimento de um olhar diferenciado para uma parte específica do território nacional. Assim, a superintendência que mais obteve atenção por parte do governo federal e da opinião pública nacional foi a SUDENE. As políticas que tinham como cerne a questão regional ficaram esquecidas durante um período relativamente grande. Essas políticas só

voltaram à cena novamente na segunda metade da década de 1990, com os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Outras políticas foram e são destinadas a diferentes áreas, mas sem uma preocupação com a integração regional e local: são políticas setoriais, o que não caracteriza uma política regional, conforme colocado por Arrais (s/d).

O que define uma política regional é a escala. Trata-se, em primeiro lugar, de uma política regionalizada e regionalização é a ação. Uma política regionalizada é aquela que expressa o quadro de intenções de diferentes atores sociais em uma dada base territorial, aqui qualificada de região. Dessa forma, uma política regional não se confunde com uma política setorial. Por exemplo, pode-se pensar em política de infra-estrutura de transporte ou mesmo de incentivos fiscais para um território sem que isso se configure como política regional. Na política regional, a demanda pelas ações tem por objetivo alterar as feições de uma determinada região, assim como no caso clássico do Nordeste brasileiro. (p. 04)

Enfim, uma política de desenvolvimento regional deve sim levar em conta uma questão regional. Mas não a questão clássica, que tinha como tema central a intervenção em regiões deprimidas economicamente. Entendemos que esse aspecto é relevante, mas é necessária também uma política para as outras regiões, justamente para que as deprimidas possam ser beneficiadas, como no caso de desconcentração industrial da região sudeste, entre outras. O que deve ser levado em consideração é que uma política regional deve pensar em um conjunto de ações que possam alterar a dinâmica da região de alguma forma. Por isso, projetos isolados, como turismo, saúde, transporte, energia e etc. não podem ser entendidos como políticas regionais, mas sim a integração dessas todas para um objetivo em comum.

1.7 Concluindo

Os aspectos até aqui debatidos nos ajudam a compreender um pouco mais sobre as políticas de desenvolvimento regional. O principal propulsor dessas políticas, sem dúvida, é o Estado. Dentro de toda a sua complexidade, ele é o principal agente interventor do território e isso se dá a partir das políticas públicas. Essas políticas públicas podem possuir os mais diferentes aspectos, mas a única particularidade é seu agente executor, ou seja, o Estado.

As políticas públicas utilizam-se de vários instrumentos e argumentos para a sua análise e execução no território. Dentre os mais significativos estão a escala e o desenvolvimento. A escala sem dúvida deve ser entendida como um corpo de relações de poder que se dá em diversos níveis. Por isso a escala da região pode ser compreendida como a melhor no entendimento da intervenção do Estado no território, tratando-se tanto da escala das macrorregiões brasileiras como também das regiões de planejamento do Estado de Goiás. Já o desenvolvimento aparece como aspecto central das políticas, pois só há a necessidade de intervir no território para alcançar um melhor desenvolvimento. No entanto, como foi visto, ele tem conotações diferentes dependendo da forma como é analisado. Esse desenvolvimento é uma visão da cultura ocidentalizada que tem em seu interior valores diferentes de culturas distintas.

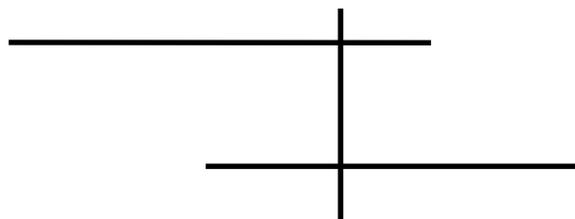
Por último, a compreensão da região e suas diversas interpretações nos auxiliam a entender como a categoria da Geografia, tão debatida, é utilizada para a intervenção do Estado no território.

Todos os elementos nos fazem perceber que o debate sobre as políticas de desenvolvimento regional deve ser discutido na sua profundidade, sempre nomeando os atores que propiciam essas políticas e os principais beneficiados.

CAPÍTULO II

POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O TERRITÓRIO GOIANO:

A formação desigual de Goiás, os ENID's e a PNDR



2.1 Diferença de ocupação no território goiano: mineração, atividade agropastoril, rodovias e estrada de ferro.

Assim como diversos espaços territoriais brasileiros, Goiás foi levado ao desenvolvimento¹⁴, ou, buscou o seu desenvolvimento tardiamente. Em um país marcado pela diferença e pelos contrastes regionais, isso não é uma surpresa. O território goiano modernizou-se apenas quando houve o interesse de um concerto nacional, o que ocorreu em várias fases de sua história. Primeiro houve o fornecimento de ouro para a metrópole, depois, bem à frente, o abastecimento do mercado nacional e o consumo de manufatura e, em seguida, a venda de produtos agropecuários em sua maioria para o mercado externo, vendendo as *commodities* e trazendo divisas em moeda estrangeira para o país.

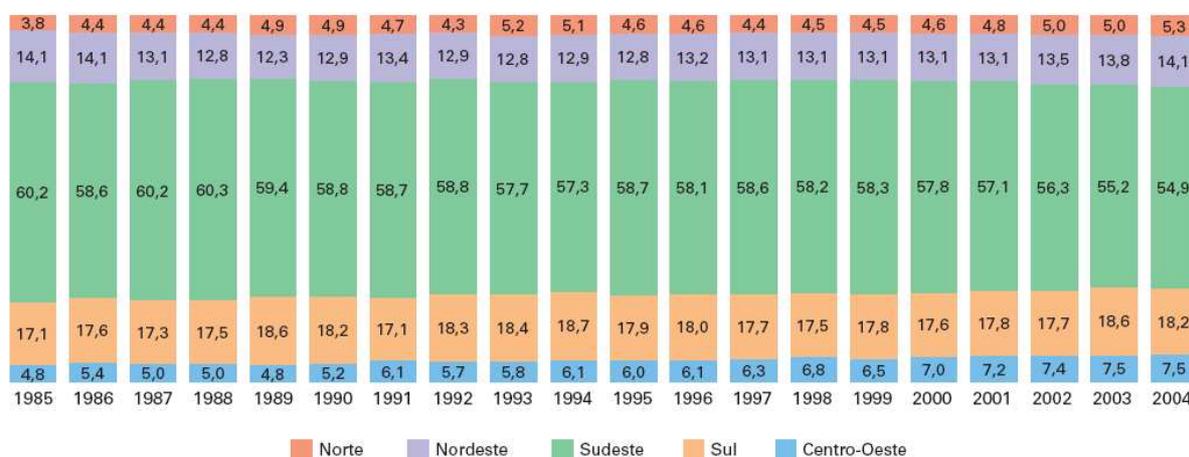
Todo esse processo que resultou na modernização do território goiano recebeu por um lado o apoio e a elaboração do governo federal e por outro a absorção das elites locais diante de tal projeto. Ou seja, o governo federal elaborou diversos projetos para o país, no quais Goiás fazia e faz parte, e esses projetos são executados através de políticas públicas que podem alterar mais ou menos as configurações espaciais do território.

O Brasil é um exemplo bem interessante do que é a configuração desigual de um território. Há regiões em que a dinâmica econômica é grande e os índices que medem a qualidade de vida são elevados. Por outro lado, existem regiões economicamente deprimidas que necessitam de maior intervenção por parte do Estado. Essas desigualdades são historicamente construídas através de vários fatores engendrados pelo Estado, pela elite dominante e pelos movimentos sociais, estes últimos em menor escala.

¹⁴ O termo desenvolvimento já foi discutido anteriormente. Ou seja, quando aqui expomos ele sobre estamos comentando acerca dos padrões ocidentais.

O gráfico 01, a seguir, mostra certa diminuição das desigualdades regionais com relação à participação do Produto Interno Bruto (PIB) das mesorregiões brasileira. No entanto, essa diminuição ainda é muito tímida, com uma concentração de mais da metade do PIB no Sudeste e a soma de três regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste – participam de menos de um terço desse percentual.

Gráfico 1 - Participação das regiões no Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes 1985-2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004.

Ao analisarmos a região Centro-Oeste isoladamente observamos que a participação no PIB aumentou nesse período, no entanto, ainda estão aquém das demais áreas analisadas. Nos anos de 2005 e 2006, segundo dados do IBGE, a região obteve 8,9 e 8,7 por cento de participação no Produto Interno Bruto, sendo Goiás responsável por 2,4 do PIB nacional nesses dois anos. Goiás, assim tem uma participação pouco expressiva, mas inserido na conjuntura territorial do país.

A constituição do território goiano está inserida dentro de um contexto nacional/internacional e pela lógica do modo de produção vigente – capitalismo. Assim, a configuração espacial se deu historicamente pela desigualdade espacial que também é característica do território nacional. Enquanto o sul de Goiás se dinamiza economicamente por causa da ligação muito maior com o centro comercial brasileiro – Sudeste – o norte do estado estava ligado apenas à economia periférica do país – Nordeste e Norte.

Segundo Gomes et al (2004) foram vários os motivos para a ocupação do território goiano. Dentre estes podemos destacar: a mineração, a atividade agropastoril e a construção e manutenção das estradas. Há que salientar que, como já dito anteriormente, essas atividades não foram desenvolvidas de forma homogênea em Goiás; elas obedeceram a uma lógica do que se passa no Brasil e também estava envolvida direta ou indiretamente com os aspectos internacionais. Essa não homogeneização das atividades propiciou as diferenças econômicas regionais.

O período de 1722 a 1822, segundo Assis (2005) pode ser considerado o primeiro grande marco de ocupação da então capitania de Goyaz. Este período ficou conhecido como corrida do ouro e tinha como característica a incursão de desbravadores vindos de outras regiões, principalmente São Paulo, para se apropriarem da maior riqueza do período. Os bandeirantes, como ficaram conhecidos esses viajantes, exploravam o território para buscar ouro.

Várias foram as incursões dentro da capitania em busca de ouro. Nesse período podemos ressaltar o nascimento de duas cidades importantes do Estado, Goiás que posteriormente se tornaria a capital do Estado, e Pirinópolis. Essas duas cidades formaram núcleos importantes de população e no auge do período aurífero tiveram papel relevante na economia regional.

O interessante deste período, além da formação de núcleos urbanos, é o papel desempenhado pelo território goiano no contexto nacional e internacional. Depois da decadência da cana-de-açúcar, no Nordeste, e a consolidação da mineração como principal atividade econômica da colônia, Goiás desempenha papel de abastecimento de ouro para o mercado internacional – Portugal. Desde já o espaço goiano já atendia os interesses nacionais e internacionais, o que não poderia ser diferente, já que Goiás estava e ainda está inserido em uma lógica nacional e internacional dentro de um modo de produção.

Dentro do território goiano, outra atividade foi fundamental para a consolidação e ocupação do espaço. A atividade agropastoril tinha papel primordial para a organização do espaço goiano e para a formação de núcleos urbanos. De início, essa atividade tinha como função abastecer as minas auríferas. No entanto, com a diminuição significativa do metal, houve o declínio

da atividade mineradora, mesmo assim a atividade agropastoril continuou relevante para a formação do território goiano, já que era necessário comercializar o excedente da produção. Essa atividade segundo Gomes et al (2004) foi a responsável pelo surgimento de dois terços das cidades no período pós-corrída do ouro.

As estradas são outro fator relevante para o povoamento de Goiás, como salienta Gomes et al:

Em sentido amplo, a estrada é o primeiro, talvez, principal elemento de sustentação econômica do espaço. De todas as vias de comunicação, ela não é apenas a mais antiga, mais também a mais flexível, leve e polivalente. Dá passagem a tudo e a todos, a pé ou em montaria. A estrada, contudo, não apenas traçado e abertura, é também manutenção. Ela é um organismo vivo, por isso raramente sobrevive isoladamente. Ao contrário, se articula, se comunica, como fios de uma mesma rede, como artérias de um mesmo corpo, com outras estradas. Nesse sentido, a estrada não somente é um elemento de aproximação e de convergência de homens e entidades territoriais, mas, se sociologicamente considerada, também de problemas que interferem na vida das regiões, do território estadual e de cada um dos cidadãos. No passado, por exemplo desarticulou a vida indígena; no presente, mesmo levando progresso e esperanças a regiões isoladas, ela aí introduz hábitos e costumes novos trazidos pelos viajantes de outras terras que acabam modificando a vida de relações antes existentes. **De uma parte, esse é o seu lado contraditório como elemento de progresso e de desenvolvimento, de outra, esse é o seu papel legítimo e inelutável: abrir espaço a ação permanente dos homens, quaisquer que sejam as motivações e interesses em jogo.** Parece impossível fugir dessa realidade contraditória. (2004, p. 74 – 76, grifo nosso)

As estradas estruturam o território para diversos fins. O surgimento de diversos núcleos urbanos está intimamente ligado ao surgimento das estradas e da dinâmica que elas contêm. Além das estradas, outro meio de comunicação que teve papel relevante no povoamento do território goiano, foram as ferrovias, embora em menor número, já que a construção e manutenção delas eram bem mais onerosas. Isso explica porque a quantidade de ferrovias em Goiás é bem menor que as rodovias. As estradas de ferro além de levar matéria prima para a região dinâmica brasileira – São Paulo – e trazer produtos manufaturados, ela necessita de estações. Nessas estações surgiram vários núcleos urbanos, que foram menos ou mais dinâmicos, dependendo do período.

O relevante a ser destacado nesse contexto é que apesar de todas as atividades que promoveram o povoamento goiano, elas foram desiguais no território, visto que estavam sempre atentas à economia nacional e sua região mais dinâmica, ou seja, o Sudeste. Por isso o povoamento e a dinâmica econômica do centro-sul do Estado foram maiores, já que esteve mais ligado ao sul do país que ao norte. Enquanto o sul era dinamizado com auxílio da zona produtiva do país, o norte era ligado às regiões Nordeste e Norte, o que não representava nada além de trocas de produtos primários e artesanais.

Na figura 13 - Capitania de Goyas (1809) divisão de julgados - nota-se a diferença de povoamento nas regiões de Goiás: o norte do Estado pouco povoado e com pouca infra-estrutura e o centro-sul com maior população e economia mais pujante. Na figura 14 - Estado de Goiás – década de 1920 - mostra bem a diferença de infra-estrutura de transporte que existia no território goiano. Enquanto as rodovias eram mais numerosas e já se iniciava as obras da estrada de ferro nessa região, no Norte e Nordeste havia poucas rodovias. Isso nos permite a entender que o espaço goiano, dentro do contexto nacional dinamizou a região que mais se ligava a economia central.

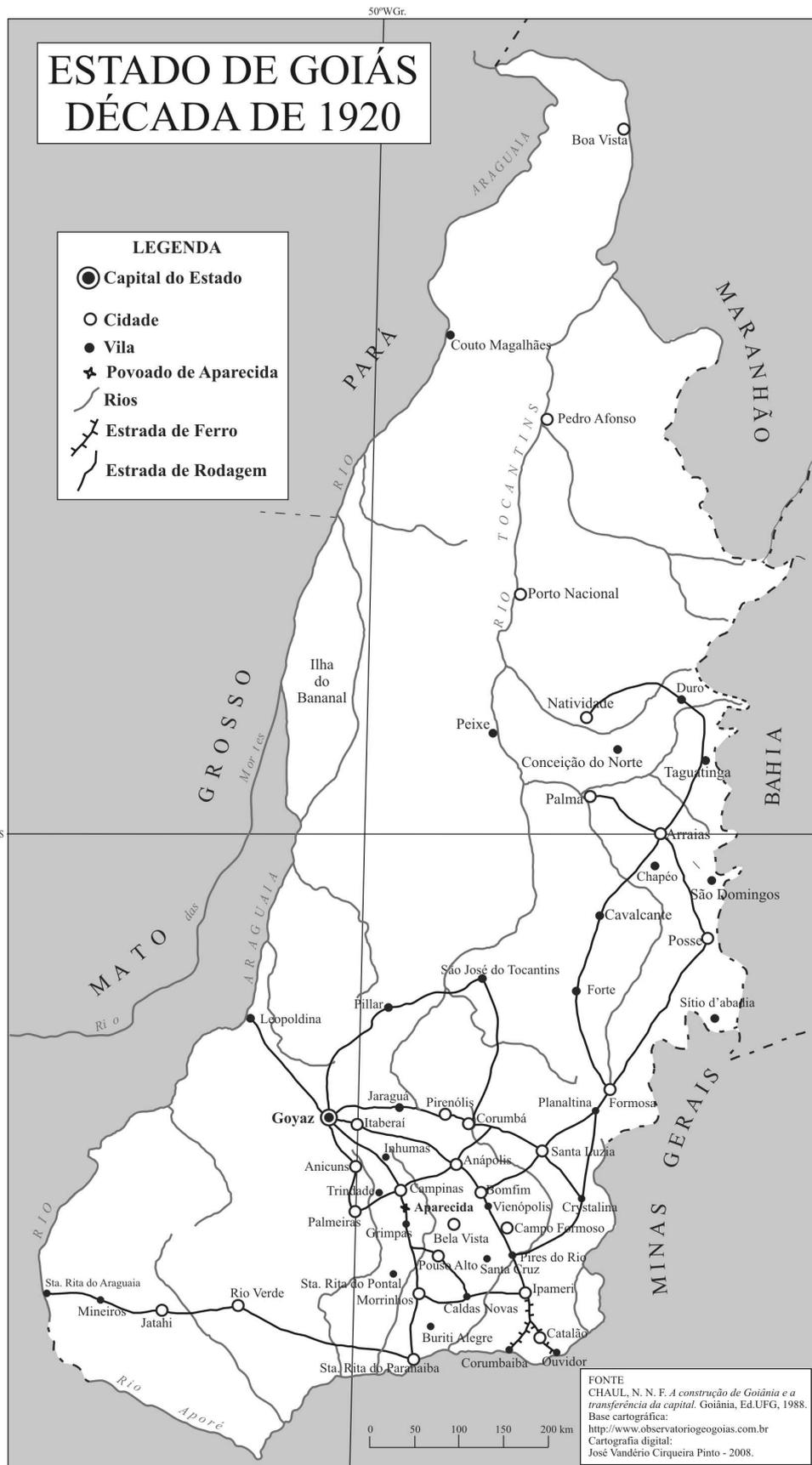


Figura 14

Os mapas nos mostram bem como era distribuída a ocupação do território. No mapa Capitania de Goyaz (1809) divisão de julgados, ainda no auge do período aurífero, a população e as cidades se concentravam basicamente nas áreas que possuíam produção de ouro, como Vila Boa (atual cidade de Goiás), Meia Ponte (atual município de Pirenópolis), Crixás, Pilar e Santa Cruz, entre outros. No centro, em sua maioria, e no sul de Goiás estavam os principais núcleos urbanos do período. É importante ressaltar que depois do declínio da atividade mineradora, várias cidades tiveram sua população substancialmente diminuída e, a concentração das atividades que já tinham um olhar para o Sudeste brasileiro, centralizou-se ainda mais no centro-sul de Goiás. O mapa Estado de Goiás – década de 1920 nos expõe a infraestrutura de rodovias e da estrada de ferro localizadas na parte sudoeste e também no centro do território. Poucas cidades do norte do Estado continuaram com uma atividade e uma dinâmica econômica como no período do ouro. Isso nós dá uma idéia de como o Estado se formou regionalmente desigual.

Mas além das atividades de povoamento do território, tais como mineração, atividade agropastoril e a construção de rodovias e ferrovias, podemos destacar outros eventos e períodos que contribuíram para a ocupação desigual do espaço goiano, além da diferença de desenvolvimento regional. Iremos aqui ressaltar alguns destes considerados mais relevantes e decisivos para o desequilíbrio regional interno. É importante lembrar que esses eventos foram patrocinados, na maioria das vezes, pelo Estado, ou seja, uma intervenção direta no território.

2.2 Década de 30, Marcha para Oeste, nacionalismo, Goiânia e Brasília

Os problemas internos de Goiás, ou seja, as diferenças de desenvolvimento econômico nas diferentes regiões já estavam se consolidando, devido à forma de ocupação engendrada no território, como colocado anteriormente. No entanto, essa desigualdade aumentou no século XX, com a intervenção decisiva do Estado Nacional e as suas políticas públicas.

É necessário destacar que a década de 1930 foi fundamental, na verdade um marco, para a mudança e modernização de Goiás. Foi justamente na chamada revolução de 30 que Getúlio Vargas assumiu a presidência da República e instalou-se no Brasil um período denominado de nacionalismo. Nesse período ações para a maior integração e conhecimento do território brasileiro foram realizadas. Destaca-se a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cuja missão principal era o de desvelar o território brasileiro. Claro que além de conhecer, o fundamental era explorar.

Foi nesse contexto que se deu a chamada Marcha para Oeste. Com um território com ocupação predominantemente no litoral, havia todo um país despovoado, pouco explorado e pouco conhecido no seu interior. A preocupação com o conhecimento, mas, sobretudo, com a exploração do território, levou o governo a adotar medidas para a incursão no Oeste do país. Notadamente, alguns eventos marcaram essa ocupação, como a construção de Goiânia e Brasília, dentre outros. É interessante notar que essas políticas promoveram e consolidaram a desigualdade regional goiana.

Com sua pedra fundamental lançada em 24 de outubro de 1933, Goiânia, cidade planejada, foi um marco na disputa interna da política goiana. Aliados de Getúlio Vargas, a ala progressista do Estado liderada por Pedro Ludovico Teixeira, comandou a política de Goiás, a partir de 1930. Uma das preocupações era tirar definitivamente dos coronéis o poder político do Estado. Para isso, a mais radical das ações foi sem dúvida a mudança da capital do Estado, da Cidade de Goiás para Goiânia. Várias foram as justificativas para tal mudança, destacando-se como uma das mais significativas a questão sanitária. Argumentou-se que o sítio urbano da antiga capital, dentro de um vale e com relevo acidentado, era problemático quando se tratava de saúde pública, pois não propiciava um crescimento da cidade além de dificultar a coleta de esgoto, o que poderia causar doenças e epidemias na população local. O discurso higienista, proferido pelo médico Pedro Ludovico Teixeira, foi importante para que a capital de até então fosse vista como inadequada para continuar a abrigar tal responsabilidade. Surgiu então, a idéia de mudança da capital.

É importante ressaltar que essa disputa política também era acompanhada pela esfera nacional, assim os aliados do então presidente eram beneficiados dentro do Estado, visto que a consolidação de Goiás no progresso

era uma estratégia para a política de povoamento do interior brasileiro. Nesse sentido, Goiás era uma etapa até a chegada à região Norte.

Nacionalismo e autoritarismo são traços marcantes do governo de Getúlio. O autoritarismo de inspiração fascista do governo de Vargas resultou na implantação do Estado Novo, em 1937. O discurso nacionalista materializou-se através da “Marcha para Oeste”, que expressa, na verdade, a necessidade do sistema econômico nacional de integrar novas regiões à dinâmica de produção e reprodução do capital. O Governo Federal preocupava-se em garantir o controle efetivo do território, procurando homogeneizar a distribuição da população no espaço. A ocupação da região Centro-Oeste, com destaque para o Estado de Goiás, serviria de etapa preliminar para o avanço posterior da nação para o norte amazônico. (ASSIS, 2005, p. 112)

O arranjo espacial interno também tem suas alterações conforme coloca Assis (2005, p. 113)

Goiás sofreu os reflexos dessa conjuntura, iniciando um momento significativamente novo em sua História. As regiões sul e sudoeste de Goiás se integravam definitivamente à economia nacional, produzindo gêneros primários para o mercado interno. Novos setores sociais e políticos se fortaleceram, chegando ao poder com a Revolução de 30, depondo as antigas oligarquias que ocupavam o poder na região.

Com todo o contexto do nacionalismo e a ideologia progressista, Goiânia foi um marco na consolidação do rompimento com a política coronelista que se impunha no estado, além de contribuir no sofisticado projeto nacional de povoamento, exploração e expansão de mercado, através da Marcha para Oeste.

Getúlio e Ludovico atribuíram ao empreendimento um significado político, econômico e simbólico. Politicamente a nova capital representava a derrota da oligarquia Caiado, que tinha em Goiás seu principal núcleo de poder. Na esfera econômica, a nova cidade expressava o avanço das forças capitalistas e a integração definitiva de Goiás no sistema produtivo nacional. No plano simbólico, Goiânia representava a nação brasileira, que se erguia de seu marasmo histórico, para dar um passo efetivo na conquista do território e na afirmação de sua soberania. A civilização chegava ao sertão indômito, consolidado a hegemonia de novo grupo político que assumia as rédeas da região e da nação. (ASSIS, 2005, p. 116)

Nesse período, além da conjuntura política, outros fatores contribuíram para a modernização do território goiano. A infra-estrutura de comunicação foi

essencial para a integração econômica e cultural de Goiás com a região dinâmica do Brasil. No sul do estado, onde a malha rodoviária era maior e onde também já existia a estrada de ferro, a dinamicidade econômica foi superior a região norte. A estrada de ferro, além de levar produtos primários e trazer produtos manufaturados também tinha uma importância cultural, como salienta Borges (2000)

A ferrovia tornou-se não só a principal artéria de exploração de bens primários e de importação de manufaturados, como também a principal via de penetração de novas idéias e valores culturais da sociedade moderna, portanto, um instrumento do capital no processo de dominação econômica e cultural. (p. 36)

Há de se ressaltar a importância econômica que a ferrovia teve para o sul de Goiás. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer o papel de transformação simbólica e ideológica que ela também trouxe. Apesar de toda importância que a ferrovia teve para Goiás, o Estado se integrou definitivamente com o Sudeste através de rodovias, seguindo a lógica nacional da implantação da indústria automotiva no país.

Até a década de 1930, as rodovias eram administradas pela iniciativa privada, sob concessão do Estado. As pessoas mais influentes conseguiam concessão para explorar e administrar as rodovias com subsídio erário estadual. No entanto, depois de 1930, o Estado assumiu o papel de promover a integração interna do território, passando, portanto, para o comando da construção, exploração e manutenção das estradas. Todavia, a integração se deu muito mais na parte sul que na parte norte (ASSIS, 2005).

No norte outros meios de transporte se desenvolveram para a comunicação com outras partes do próprio território goiano e também do Brasil. O transporte fluvial, nos rios Tocantins e Araguaia, foram importantes meios de ligação dessa parte do Estado com outras regiões. Contudo, era precária a navegação nesses rios e outro problema estava relacionado ao sentido dos cursos d'água: a montante situava em território goiano, mas a jusante estava a norte, ou seja, a ligação da hidrovia era com o norte, o espaço periférico da economia nacional. Não havia uma pujança econômica que exigisse muito para a navegação em direção setentrional. Outro meio de transporte utilizado, mas que de forma incipiente, foi o aéreo.

Como não havia rodovias e nem ferrovias suficientes e as que existiam concentravam-se na parte central e sul do Estado, o norte necessitava de novas formas de contato com o Brasil, daí a necessidade do transporte fluvial e o aéreo. Essa diferença é fundamental para entendermos a dinâmica econômica e a desigualdade regional no interior de Goiás.

Esse novo período pós-1930 foi essencial no processo de modernização do território goiano. Foi época de uma consolidação econômica com integração regional com o Sudeste brasileiro. “Os maiores parceiros comerciais de Goiás foram respectivamente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tanto em termos de exportações como de importações estaduais” (ESTEVAM, 1998, p. 134).

Goiânia e também Anápolis se consolidavam como cidades de comércio, estando na intermediação da produção e também na importação de produtos do Sudeste brasileiro.

Nesse contexto os comerciantes de Anápolis e Goiânia consolidaram-se enquanto “classe mercantil” atuando principalmente em dois ramos: agropecuária – no financiamento, compra, armazenagem e beneficiamento de arroz – e na revenda de produtos industrializados, principalmente veículos e auto-peças, modalidade esta que regularmente esteve “na mão dos mesmos comerciantes que exportavam cereais e importavam manufaturados”. (ESTEVAM, 1998, p. 134).

O Estado passou a integrar-se no abastecimento interno do país. Produtos como arroz e feijão configuraram-se como produtos com grande produção nas fazendas goianas. Essa foi a configuração do espaço goiano nas décadas de 1930 a 1960, ou seja, uma modernização nas infra-estruturas, e também uma modernização das idéias. A função territorial de Goiás no cenário nacional era o de fornecer produtos primários, dentre os quais gêneros alimentícios, e importar produtos manufaturados.

Também nesse período surge o germe de um novo contexto territorial de Goiás, que vai se consolidar nas décadas de 1970, 1980 e 1990. A modernização engendrada no estado muda também a relação econômica com o Brasil. Principalmente no que diz respeito a agricultura, já que era e ainda é a atividade econômica central.

A tabela a frente mostra notadamente que a agricultura sempre foi o grande motor econômico do Estado. No entanto, com a urbanização do espaço e a entrada de capital financeiro, a atividade terciária crescia paulatinamente já nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Além de demonstrar uma transformação da estrutura urbana com aumento populacional ainda incipiente, também evidenciava uma industrialização da agricultura e essa atividade cada vez mais ligada aos setores terciários da economia.

Tabela 02 – Goiás: Composição da renda interna (percentual)

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços						
			Total	Comércio	Inst. Fin.	Transp.	Governo	Aluguéis	Outros
1940	70,4	5,8	23,8	7,6	0,7	2,1	3,7	2,0	7,7
1950	51,0	9,2	39,8	9,5	2,7	4,7	4,7	3,9	14,3
1960	49,5	7,3	43,2	14,4	2,1	4,1	3,8	7,8	11,0

Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais – DSC/IBGE/FGV. In. Conjuntura Econômica, n. 06, vol. 24, 1970. Adaptado de ESTEVAM, 1998.

Em suma, nas décadas de 1940 e 1950 fatores de âmbito nacional e regional colaboravam para que elementos de transformação germinassem nas estruturas do estado. Entre os mais importantes a integração do comércio nacional, a urbanização e a decorrente formação de centros comerciais na Região. Embora o Plano de Metas não tenha contemplado a agricultura de forma efetiva na sua programação, a expansão rodoviária permitiu e acelerou a efetiva integração de Goiás à dinâmica do mercado interno brasileiro, assim como possibilitou a montagem de um sistema comercial vigoroso no Eixo Anápolis-Goiânia. (ESTEVAM, 1998, p. 151)

O Estado teve papel fundamental nessa modernização territorial e das atividades produtivas. Ele buscava incentivar a aquisição de produtos industrializados, promovendo a incorporação da tecnologia no campo. Era um aumento de produção e de produtividade. Houve neste momento o início de uma nova etapa.

A industrialização da agricultura com apoio do Estado decorreu de um processo de acumulação capitalista – a nível mundial – propulsionando a partir da segunda metade do século, na década de 1950 o movimento expandiu-se pelo mundo inteiro e ostentou “força irrefreável” na remoção de obstáculos, substituindo “velhas forças” produtivas da agricultura por “novas forças” produtivas do tipo industrial. As atividades do campo passaram a ser balizadas por caracteres inerentes a um processo industrial de produção, ou seja, espírito de inovação, cálculo econômico, divisão tecnológica do trabalho, elevado capital técnico por trabalhador, produção em massa e alta produtividade do trabalho. Não foi propriamente a agricultura que se industrializou, mas a indústria que industrializou a agricultura. (ESTEVAM, 1998, p. 159)

As empresas multinacionais, assim como o Estado estiveram no comando da modernização e industrialização do campo goiano, como salienta Estevam (1998).

[Fábio de Macedo Soares] GUIMARÃES evidenciou o papel do Estado e das empresas multinacionais no processo. Quanto ao primeiro, reiterou que a intervenção estatal na agricultura tornou-se imperativa em termos mundiais: “em todos os países, quer os de economias de mercado, quer nos de economia planificada, a agricultura é, hoje, uma atividade controlada, subsidiada e programada pelo Estado”. Quanto ao segundo, um dos traços fundamentais do fenômeno de industrialização da agricultura foi a participação de empresas multinacionais no processo, tanto no controle da tecnologia quanto na criação de um “modelo” de crescimento para países subdesenvolvidos. Ressaltou ainda que o papel desempenhado pelas multinacionais teve caráter perverso as corporações, detentoras de largas faixas do mercado e de avançadas tecnologias, jogaram todo o peso de sua influência agrária. Os latifúndios ‘modernizaram-se’, consumindo equipamentos e insumos das multinacionais, mas parte substancial das velhas estruturas continuou intocada. A ‘modernização’ não foi além da absorção de mudanças de caráter tecnológico e organizacional.

A tabela 03 a seguir mostra um pouco dessa mudança, que começou nas primeiras décadas do século XX e foi até a metade dele e destaca a mudança estrutural das relações econômicas do estado com o restante do território nacional.

Tabela 03 – Goiás: área colhida e produção das principais culturas (1000 ha e 100 ton)

Ano	Arroz		Feijão		Cana		Milho		Soja	
	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)
1960	420	724	78	76	34	1.453	192	321	0	0
1969	930	915	157	96	31	1.341	379	561	1	1
1975	947	869	223	112	15	614	640	1.228	55	73
1980	1.186	1.455	160	72	20	1.218	803	1.751	246	455
1985	1.071	1.358	180	51	103	7.024	926	2.464	621	1.127
1988	1.099	1.551	210	57	96	6.556	1.112	2.993	773	1.497
1989	836	1.293	137	72	100	6.914	1.145	3.693	1.048	2.156
1991	333	524	179	121	111	7.136	884	2.886	800	1.661
1992	617	953	155	114	102	7.316	812	2.868	826	1.808
1993	470	689	153	130	100	7.205	805	2.679	998	2.030
1994	466	823	160	147	109	8.044	978	3.261	1.141	2.369

Fonte: Contas Nacionais FGV e dados IPEA. NB. Sem o Distrito Federal em todo o período - Adaptado de ESTEVAM, 1998.

Podemos notar que os gêneros de primeira necessidade, como arroz, feijão tiveram uma queda paulatina dentro das décadas analisadas. Em compensação, produtos de fácil exportação como cana-de-açúcar e soja, cresceram tanto na área plantada quanto na produção. Isso demonstra uma mudança nas relações econômicas do Estado. Ou seja, a função de abastecer o mercado interno já não era mais tão significativa. Trazer divisas para a economia nacional tornou-se essencial.

Apesar do debate significativo a respeito da distinção entre agricultura de mercado interno e de mercado externo, é notório o crescimento da produção de produtos, digamos, de mais fácil mercado no exterior como cana-de-açúcar e soja. Isso não significa dizer que o mercado interno ficou desabastecido de produtos primários, no entanto, produtos como arroz e feijão não tiveram o mesmo crescimento na produção como os produtos já mencionados.

Interessante ressaltar que já no período de modernização, ou seja, nas décadas de 1950 até 1970, a desigualdade regional foi aumentando, justamente pela competição interna do território. Um dado que mostrava essa desigualdade era o número de tratores nas propriedades, o que significava uma maior tecnificação das áreas agricultáveis, melhorando a produtividade e diminuindo custos, ou seja, tornando-se mais competitivo.

Ano	Quantidade
1970	5.692
1985	33.548
1995	43.313

Fonte: ESTEVAM (1998)

É importante ressaltar que a utilização de maquinários em lavouras se deu de forma desigual no território. Evidente que as regiões mais dinâmicas empregavam mão-de-obra qualificada e maior maquinário.

Este processo de modernização agropecuária se deu de maneira diferenciada no âmbito intra-regional e a utilização de tratores esteve concentrada territorialmente na parte meridional de Goiás. O uso de tratores no sul e no norte do estado foi contrastante se se toma como base o paralelo 13 como marco divisório. Em 1980, menos de 10,0%

do número de tratores estava no norte de Goiás, território que compreendia 45,0% da superfície total do estado. (ESTEVAM, 1998, p. 173)

O processo que iniciou-se, predominantemente, na pós-revolução de 1930 com a primeira etapa da modernização do território goiano, teve grande preocupação em integrar Goiás na economia nacional e isso resultou na integração com o Sudeste do país. Essa missão tornou-se mais importante da época e fatores estruturais como a ferrovia, contribuíram para que isso ocorresse. O espaço intra-regional do Estado ficou desigualmente desenvolvido, o que requer uma intervenção estatal para solucionar tal gargalo.

Essa integração com o sudeste do país teve dois momentos, ou períodos. O primeiro já relatado, caracterizado pelo subsídio de produtos primários para o abastecimento do mercado interno nacional, e o segundo caracterizado pela internacionalização da economia, e pela transformação do território goiano em agente exportador de matéria prima.

A década de 1960-1970 foi o marco para a mudança estruturante que ocorreu no território de Goiás. Percebe-se aqui a existência de dois períodos, ou melhor, duas etapas para a modernização do território e transformação para o que se tem hoje. Primeiro, pós-revolução de 1930 que segundo Borges (2007) “Alguns desses intelectuais, como Mendonça (2007), Chaveiro (2005), Calaça (2004), entre outros, afirmam que o processo de modernização da agricultura que se consolidou de 1950 a 1960 e se estende até agora, teve um período preparatório chamado de antecipação da modernização conservadora” e, segundo, o pós-década de 1970. Todos esses períodos foram marcados com intervenção do estado no território, isso se dá através de políticas públicas.

As políticas públicas são os meios utilizados pelo Estado para a intervenção no território. Pode haver diversos fins para isso: promover o crescimento econômico de um lugar ou região; desenvolver o território dentro de uma lógica nacional, para exercer um papel dentro de um projeto e; incorporar uma região/território dentro da lógica existente de mercado.

As políticas territoriais podem assim ser entendidas, segundo Costa (1991).

Tradicionalmente, as políticas territoriais têm sido entendidas no âmbito restrito dos planos regionais de desenvolvimento, isto é, enquanto atividade planejadora do Estado voltado ao enfoque regional específico, resultando comumente em projetos especiais que interessam a uma ou outra região do país. No nosso enfoque, entretanto, as políticas territoriais extrapolam essa noção, abrangendo toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas. (p. 13)

A modernização do território está ligada de algum modo com as políticas territoriais e conseqüentemente com a ação do Estado no território, ou melhor, na modernização do território.

Daí a importância de se distinguir o que se entende por modernização do território goiano. Ajuda-nos Borges (2007, p. 16-17) quando referindo ao termo modernização faz o seguinte comentário: “A rentabilidade da acumulação simples é lenta, compartilhada, ligada apenas à produção da existência. A rentabilidade liberal deve ser inteligente, planejada, calculada e individualista.” Modernizar é, nesse sentido, sair da acumulação simples para a acumulação liberal. Essa modernização é patrocinada pelo Estado por diversas políticas públicas engendradas no território durante diversos períodos da história. Sendo públicas as políticas, ou seja, uma política executada pelo Estado, elas se tornam uma ação de todos, um planejamento que beneficia toda a população.

Esse processo de modernização se dá principalmente na agricultura, com políticas públicas voltadas exclusivamente para esse setor. Podemos aqui resumir os principais momentos e políticas públicas votadas para Goiás nos períodos de modernização do território:

Quadro 01 - Momentos e Políticas Públicas que influenciaram na modernização do território goiano		
Período	Evento	Função
1930-1945	Estado Nacionalista	- Finca as bases para a inserção capitalista no interior do país a fim de promover o desenvolvimento
1941-1959	CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás	- Ocupação do Oeste do Brasil, dentro da política da “Marcha para Oeste”
1955-1960	Estado Nacional Desenvolvimentista	- Há uma aproximação do governo com o capital externo, por contração de

		dívida prioritariamente; - Construção de Brasília e o aumento da malha viária para integrar a nova capital.
1964	Ditadura	- Intervenção estatal no setor agrário
1965	SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural)	- Financia o setor agrícola exportador e produtos que substituem as exportações
1967	Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste)	- Consolidar a ocupação da porção central do país, a partir da moderna agropecuária.
1970	PCI (Plano de Integração e Incorporação dos Cerrados)	- Superar o latifúndio improdutivo; por fim a agricultura atrasada.
1972 - 1974	PERGEB (Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília)	- Controlar a migração para Brasília.
1972	Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)	- Planejar, supervisionar, orientar, controlar e executar ou promover a execução de atividades de pesquisa agropecuária, viabilizando o desenvolvimento da agricultura nacional.
1974	Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural)	- Garantir a atuação, junto ao produtor, dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural
1974	POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado)	- Destinar recursos para infra-estrutura como armazenagem, estradas e energia; - Pesquisa agropecuária no sul e sudoeste goiano e no oeste de Minas Gerais.
1975	CPAC (Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado)	- Vinculado a Embrater e a Embrapa; - Função de detectar e aproveitar as potencialidades do Cerrado.
1978	PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados)	- Incentivos financeiros para intensificar sua mecanização com a aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

Fonte: ESTEVAM (1998); BORGES (2007); ARRAIS (2007).

Como observado, foram vários os momentos e as políticas públicas que influenciaram para uma modernização do território goiano. De certo modo elas estão ligadas a dois fatores principais: o povoamento da região oeste do Brasil e a inserção de novas técnicas na atividade agropecuária.

Podemos assim entender o processo de modernização da agricultura em Goiás:

Em suma, o processo de modernização da agricultura em Goiás foi parcial ou, visto de outra forma, seletivo. Concentrou-se em alguns *produtos selecionados* de exportação em detrimento de culturas domésticas voltadas para o mercado interno: encontrou nos *maiores produtores* o mercado de crédito substancial dedicando poucos volumes financeiros para os pequenos produtores e, em termos espaciais o movimento esteve concentrado regionalmente no *centro-sul*, área mais próxima a São Paulo, contemplando no programa de desenvolvimento dos cerrados. ESTEVAM, 1998, p. 180 – grifos do autor)

Esse processo se caracteriza pela diferenciação espacial do território em que as zonas próximas espacialmente do Sudeste brasileiro e com condições naturais, como relevo, se destacaram no crescimento econômico. Isso implica em uma maior dinâmica econômica para as regiões sul e sudoeste de Goiás.

Arrais (2007), quando discute o desenvolvimento regional em Goiás, aponta três aspectos importantes; primeiro, os processos que eclodiram na década de 1970, como modernização da agricultura, a consolidação de Brasília e a problemática do seu entorno. Segundo, a capitalização territorial do estado diferenciada. Terceiro, a relação entre regionalização e desenvolvimento regional. Esses três aspectos nos ajudam a entender um pouco a dinâmica regional quase contemporânea, como salienta o autor. No entanto, é necessário ainda compreender melhor a participação do Estado nesse processo, tomando para isso as políticas públicas, já que são elas a intervenção efetiva no território.

Para tanto, destacamos, de acordo com Arrais (2007), a década de 1970 como marco de um processo que começa nas primeiras décadas do século XX e culmina nesse período com mudanças estruturais no território, como por exemplo, o inchaço das áreas urbanas e a competitividade dos produtos agropecuários.

Na genealogia do território goiano a década de 1970 aparece em destaque nas abordagens econômicas e geográficas. Esse fato justifica-se, em certa medida, pela observação dos resultados do censo demográfico que apontou uma inversão no padrão e localização e, por consequência, distribuição das densidades demográficas e técnicas no território goiano. Naquele período confirmaram-se as taxas de crescimento demográfico acima da média

nacional, o que já vinha ocorrendo desde a década de 1920. Ao mesmo tempo em que a população do Estado aumentava, em números absolutos, também se deslocava do campo para as cidades. O vocábulo urbanização, desde então, povoou as discussões acadêmicas e as políticas governamentais. (p. 01 - 02)

A efetiva modernização da agricultura, ou seja, a passagem da acumulação simples para a liberal se dá nesse período a partir da região sul do Estado. Citando Estevam (1998), Arrais (2007) define assim o processo de modernização da agricultura, já dando pistas para se entender a dinâmica regional recente de Goiás.

Estevam (1998) explica que a modernização foi, ao mesmo tempo, *excludente*, dado perfil de atores selecionados. *Seletiva*, uma vez que elegeu determinados produtos, especialmente aqueles para exportação, como soja. *Localizada*, privilegiando os chapadões do Sudoeste goiano. Essa política de modernização agrícola e, também, modernização desigual do território, reforçou a representação de que a saída para a economia nacional estava na agricultura, não por acaso a política agrícola, seja através do crédito (CAMPOS, 1999), da garantia de preços ou mesmo da locação de infra-estrutura (transporte, armazenamento e energia), tenha sido tão seletiva regionalmente. (p. 02 – grifos do autor)

Fica evidente a participação do Estado em todo esse processo, visto que na década de 1970 foi instituído os dois Programas Nacionais de Desenvolvimento – I PND (1972 - 1974) e II PND (1975 - 1979). Também é importante notar a quantidade de programas e instituições estatais que foram criados nesse período, conforme constatado no quadro 01.

Nesse mesmo período há outro evento a ser destacado, a construção de Brasília, foi uma das obras que mais impactou o território nacional. Este impacto está relacionado a área construída, com toda a estrutura e modificação econômica, bem como à transferência da capital. Ou seja, o impacto também ocorreu na antiga Capital Federal, Rio de Janeiro. No território goiano, local de construção da nova capital, o impacto foi intenso por vários motivos: iria modificar a economia, visto que um centro nacional estava sendo criado; Brasília iria atrair significativamente a população para o seu entorno e; as cidades aproveitariam desse potencial para se dinamizar.

Todo esse processo alterou significativamente a dinâmica do leste goiano. Com a constituição definitiva da Capital, a população transfere-se para

o entorno, além do Distrito Federal, em terras goianas. Isso vai modificar a estrutura social, econômica e demográfica dos municípios que se encontram próximos ao quadrante federal.

Parte significativa dessa população, formada por migrantes de segunda origem, mudou completamente o perfil de uma região que até a década de 1950 era formada por municípios cujo sítio urbano ainda denunciava sua origem colonial, a exemplo de Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Luziânia, Planaltina de Goiás, Formosa e Cristalina. Em 2003, a região de Brasília abrigava mais de 16% da população total do território goiano, sendo uma das regiões com os maiores desafios sociais e institucionais, especialmente pela complexidade dos arranjos políticos, que exigem políticas comuns entre os municípios, o Distrito Federal, Governo Goiás e o Governo Federal, dado o grau de mobilidade pendular da população daquela região. (ARRAIS, 2007, p. 4)

Um dado interessante é o inchaço populacional de alguns municípios do entorno de Brasília nos anos de 1970, 1980 e 1991.

Quadro 02 – Crescimento Populacional de alguns municípios do Entorno do Distrito Federal			
Município	1970	1980	1991
Cristalina	11.600	15.977	24.937
Formosa	28.874	43.297	62.982
Luziânia	27.785	92.817	207.674
Padre Bernardo	8.381	15.855	16.500

Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

O Estado assumiu um importante papel para a capitalização do território nesse período por, investir em infra-estrutura. Ele patrocinou também as desigualdades regionais internas.

Ao assumir, especialmente durante o século XX, o protagonismo na produção do território, o Estado interferiu no padrão de integração regional, reproduzindo, paradoxalmente, as desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, a necessidade de intervenção para minorar essas mesmas desigualdades, via planejamento regional (Arrais, 2007, p. 05)

São cinco os impactos relacionados pelo autor em que o Estado interveio e conseqüentemente mudou os aspectos espaciais e sociais do

território goiano. Primeiro, quanto à *estrutura agrária*, que sofreu uma forte especulação com a construção de Goiânia, a implantação da ferrovia e a construção de Brasília. Nesses espaços, alterou-se significativamente a dinâmica econômica e social devido a quantidade de migrantes. Segundo, em relação a *idades*, surgiram um vasto número de cidades em Goiás depois da década de 1940, principalmente no centro-sul de Goiás, entorno de Brasília e nas margens da BR-153. Essa fragmentação do território concentra-se, assim como na valorização agrária, no centro e no sul do Estado. Terceiro, a *integração regional*, foram vários os investimentos em infra-estrutura de comunicação para a integração interna de Goiás. No entanto, a concentração da infra-estrutura rodoviária e ferroviária, reuniu-se principalmente no centro-sul do Estado, como já exposto na figura 2 (Estado de Goiás – década de 1920). Quarto, *mercado de consumo*, com toda a infra-estrutura instalada no território (de forma desigual, na verdade) e o aumento da população, criou-se um mercado consumidor, destacando alguns centros regionais, tais como: Anápolis, Rio Verde, Catalão, Jataí e Itumbiara, sendo todas localizadas na porção Central e Sul de Goiás. Quinto, *Industrialização*, tradicionalmente o território goiano é pautado na economia rural. Com a industrialização isso não foi diferente, a modernização se dá a partir do campo. E as áreas mais produtivas estão localizadas nos chapadões do sudeste e sul, ou seja, são as regiões que mais receberam investimentos para a modernização.

O que não pode escapar à análise é que essas intervenções foram planejadas e estimularam diferentes usos do território goiano. O Estado foi o ator central desse processo. Capitalizou o território desigualmente e vem articulando sua abertura para o mercado global, via incremento nas exportações. A questão é que mesmo essa articulação se reproduz desigualmente no território, forjando e sustentando um discurso que vê o desenvolvimento regional como sinônimo de competitividade, o que significa que apenas algumas regiões poderão atingir o sucesso. (Arrais, 2007, p. 08-09)

Entende-se que internamente as regiões devem obter um menor grau de desigualdade numa escala do território goiano. Mas para concorrer no mundo internacional, as regiões devem ser competitivas. Nesse sentido, o Estado e

principalmente a iniciativa privada investe mais em regiões já dinâmicas, como por exemplo, o programa Produzir¹⁵.

Boa parte, ou quase todo, o processo de modernização do território goiano e também do território nacional foram estimuladas pelo Estado. Isso ocorreu em períodos em que o papel do estatal era muito mais intervencionista que em épocas posteriores. Com o processo de globalização fortificado a cada dia, as decisões internacionais têm um caráter impactante em todas as localidades do planeta. À dependência de organismos externos, a economia nacional produz um atrelamento e uma tomada de decisões pautadas em decisões desses órgãos. Moraes (2005) relaciona a perda de decisão do Estado Nacional com a elevação de poder das instituições internacionais.

A forma recentemente adquirida pelo processo de expansão do Capital, exige a desregulamentação das relações econômicas e a reconfiguração do uso e da função do território e do Estado Nacional, que gradativamente vai perdendo sua capacidade de ação para organismos e mecanismos de caráter global. Os programas de ajustes das economias nacionais patrocinadas por instituições como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, vêm comprometendo a operacionalidade dos Estados Nacionais para resolverem problemas de ordem econômica, de segurança pública, saúde, meio ambiente, entre outros, gerando uma crise de legitimidade na relação sociedade e estado, sendo esta uma expressão da crise política contemporânea. (p. 13)

Foi nesse contexto de perda de poder do Estado Nacional que as políticas públicas foram se desenrolando. Assim as políticas de desenvolvimento regional foram atingidas no desenrolar de toda essa trama de correlações de forças que está dentro e fora do território nacional. Assim, na década de 1980 essas políticas foram poucas ou quase nulas. O verdadeiro retorno das políticas de desenvolvimento regional que pensam todo o território brasileiro ocorreu apenas na segunda metade da década de 1990, com o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Ele trouxe o debate do planejamento para o nível nacional. Foram muitas as críticas surgidas com essa nova política, mas não se pode negar o caráter que a caracterizava, isto é, pensar o Brasil de forma harmônica e totalizante. Por isso, faz-se necessário

¹⁵ No ano de 2000 o programa Produzir do governo estadual investiu quase 90% de seus recursos nas regiões dinâmicas de Goiás, ou seja, o centro-sul goiano. O montante total de recursos desse programa no período era de R\$ 2.856.311.393,59.

esclarecer o que foi essa nova etapa de política regional no Brasil. Faremos isso nas próximas páginas.

2.3 Os eixos nacionais de integração e desenvolvimento – O retorno do debate do planejamento regional no Brasil.

Como já salientado anteriormente, na década de 1980 as políticas de desenvolvimento regional que pensava o país como um todo foram deixadas de lado e apenas algumas políticas pontuais foram realizadas. A década seguinte é no nosso entendimento uma retomada de uma leitura planejada do território nacional, mesmo que de forma incipiente e tendo as suas configurações apenas no fim desse período.

O grande projeto de pensar o território do ponto de vista global e integrado, foi sem dúvida os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID). Apesar de toda crítica que se possa ter dessa política, a ela cabe o mérito de trazer de volta o debate sobre o planejamento regional para o Brasil, um planejamento que pensa o país de forma total, reconhecendo as potencialidades e lacunas locais e pautando no investimento, e os gargalos econômicos a serem transpostos¹⁶.

Segundo Galvão e Brandão (2003) podemos identificar como marco embrionário dos eixos de desenvolvimento a proposta de macroeixos de desenvolvimento discutida nos anos 1960 e 1970 no então Ministério do Orçamento e Gestão por iniciativa de Paulo Dante Coelho, coordenador de planejamento regional na época. Essa pode ser considerada um primeiro pensamento de política de desenvolvimento regional pautada nem regiões vertebradas.

No entanto, o primeiro passo para se instituir uma política com os aspectos de eixos foi a experiência da Companhia Vale do Rio Doce que tinha na base da infra-estrutura econômica a integração espacial, ou seja, a diminuição das despesas com transporte aumentaria a competitividade da empresa no mercado internacional. Conseqüentemente também se aumentava os lucros dela. Pode se entender essa relação da Companhia com a política de

¹⁶ As críticas a essa política foram várias. No entanto o mérito de voltar a pensar as políticas de planejamento regional a partir desse referencial é salutar.

desenvolvimento regional do período com a presença do engenheiro Eliezer Batista, que além de ser gestor da empresa também era Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, conforme salienta Galvão e Brandão (2003).

A primeira e mais importante foi o documento "Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentado e Integração da América Latina", de autoria da equipe do Dr. Eliezer Batista, gestor estratégico da bem-sucedida Companhia Vale do Rio Doce e ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) no governo Itamar Franco. Baseada numa visão de logística a partir da infraestrutura de transportes – especialmente ferrovias, portos, navegação de longo curso e de cabotagem – e voltada especialmente para as commodities minerais e agroindustriais, a proposta defendia uma perspectiva de exploração de potencialidades nas duas metades – cinturões Sul e Norte – da América do Sul, sugerindo a realização de obras voltadas à conexão dos centros de produção do Continente aos mercados globais. (p. 194)

Essa foi uma nova política de desenvolvimento regional que se formulava naquele momento no país. Foi uma nova discussão sobre o planejamento que até então era visto com certa preocupação, já que nos governos militares o planejamento era algo determinante em suas políticas, como foram todos os PND's. Planejar poderia soar como algo autoritário, e sabemos que em certa medida isso pode ser real. No entanto, considera-se que há formas de planejamento em que possa levar em conta todas as variáveis, inclusive das pessoas atingidas por ele. O interessante é que: "O fato que o planejamento governamental no Brasil alcançou o auge nos governos militares, quando esteve associado ao autoritarismo vigente" (GALVÃO E BRANDÃO, 2003, p. 189).

Parece que esse receio de planejar ficou explícito na própria Constituição Federal de 1988, onde não havia nenhum mecanismo concreto de planejamento para o território nacional. O único instrumento de planejamento era a incorporação dos projetos nos componentes orçamentários: o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, e os orçamentos anuais. O artigo 165, nos seus parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º estabelece o seguinte:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração

pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

Não há de forma explícita um estabelecimento de uma política de planejamento para o país e nem menos para uma política de planejamento regional. O que há são instrumentos financeiros que podem ser utilizados para a implantação dessas políticas. Por isso as políticas de desenvolvimento regional são em sua maioria relatadas nos Planos Plurianuais das determinadas Unidades Federativas. Isso não é diferente a nível federal. Foi o que ocorreu com os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que foram citados no PPA 1996-1999.

É importante ressaltar que não era apenas por se inserir no texto do PPA que os projetos se transformariam em realidade. O primeiro PPA 1991-1995 não pôde ser o instrumento de visão a logo prazo por uma serie de variáveis, dentre as quais a mais importante foi sem dúvida, a instabilidade monetária que vivia o país naquele momento.

Por isso, a discussão e a elaboração de um projeto de desenvolvimento para o país foi além de uma indicação no documento plurianual. Três são os eventos relatados por Galvão e Brandão (2003) para a possível elaboração do projeto:

- 1- A eleição de um novo presidente. O que daria ares de esperança e uma nova expectativa com um novo governo;
- 2- A estabilidade monetária. O real era uma moeda que estava em seus primeiros anos, mas desde já demonstrava ser estável e;
- 3- A retomada dos fluxos de investimento direto estrangeiro. Com um cenário favorável o capital financeiro internacional volta a apostar no país.

A conjuntura nesse momento histórico do país era propício para se pensar em algo novo para o governo. Foi com a elaboração do PPA 1996-1999, que surgiu o primeiro esboço do que seria os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

Já na mensagem ao congresso, para a aprovação do PPA, são claras algumas evidências do que seria o novo modelo de planejamento adotado pelo governo federal. O texto que foi para o congresso, não é muito diferente das propostas apresentadas, quando da candidatura a reeleição do presidente Fernando Henrique. No documento de reeleição, intitulado: *Avança Brasil: mais quatro anos de desenvolvimento para todos* propôs-se de forma geral, como objetivo para o país os seguintes itens:

- Consolidar a estabilidade econômica;
- Promover o Crescimento econômico sustentado, a geração de empregos e de oportunidades de renda;
- Eliminar a fome, combater a pobreza e a exclusão social, melhorar a distribuição de renda;
- Consolidar e aprofundar a democracia, promover os direitos humanos.

Dentro desses objetivos é feita uma análise da conjuntura atual do país. Essa análise leva como base principalmente o governo anterior e todos os alcances registrados, sobretudo na economia. Nesse sentido, o novo governo tem um novo olhar sobre o país e suas relações e também são apontados alguns objetivos como o de integrar o país.

- O plano real deu certo, ou seja, a moeda conseguiu estabilizar a economia do país e diminuir a inflação;
- O país passa por transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas;
- A globalização é um fenômeno que o Estado tem que se adaptar;
- Intensificar no país:
 - Integração nacional;
 - Fortalecer as novas funções do Estado;
 - Combater a miséria e a fome.

É reconhecida também uma nova função do Estado, já exposta aqui anteriormente. O documento reconhece que o Estado perde parte de seu

investimento e necessita de investimentos de outros setores, como da iniciativa privada. Segundo o texto, o papel do Estado agora é:

Cabe ao Estado identificar gargalos da infra-estrutura e novas oportunidades de investimentos; definir eixos de desenvolvimento para integrar o país, estruturar novas bases de cooperação com os países vizinhos; ampliar a presença já crescente da economia nacional nos mercados externos; criar condições para estimular setores emergentes ou socialmente estratégicos. (p. 59)

Deste modo, deveria haver uma intensificação das privatizações de algumas empresas governamentais e concessões de alguns serviços prestados pelo Estado. Assim o Estado deveria ter um papel muito mais intenso na fiscalização e as agências de regulamentação, como a ANA (Agência Nacional de Águas), ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), dentre outras deveriam ser fortalecidas, visto que a defesa do consumidor tem que estar sempre em pauta.

É nesse cenário de perda do poder de investimento por parte do Estado, pela consolidação do plano real e o território visto dentro de uma economia internacional que se tem o novo planejamento regional para o Brasil, ou seja, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

Na mensagem para o congresso, o executivo destaca algumas características para a nova política de desenvolvimento regional. Primeiro, existe uma nova Geografia, ou seja, não há necessidade de seguir os limites impostos pelo IBGE para se realizar uma política regional. Afinal o tempo da globalização impõe uma nova postura diante do mercado internacional. Segundo, se deve ir além das políticas compensatórias tradicionais, que tem como um dos objetivos aumentar o regionalismo e fortalecer as elites locais. Também essa política tradicional esbarrava na burocracia estatal e principalmente nas demasiadas corrupção, que existiam nas Superintendências de Desenvolvimento Regional. Terceiro, o investimento em ciência e tecnologia, para um aumento da competitividade é necessário agregar valor as mercadorias, para isso novas tecnologias devem ser engendradas nos produtos e no território. Quarto, é necessário dar condições para a abertura econômica do país. Para essa abertura é preciso mudar a legislação para atrair investimentos externos, assim, deve haver as reformar tributárias, da

previdência e administrativa. Em conseqüência, haveria menos encargos tributários e trabalhistas para as empresas que aqui se instalassem assim como para aquelas que aqui estão não irem embora. Quinto, aumentar a participação do Estado na fiscalização, para reduzir a sonegação e conseqüentemente aumentar a competitividade dos produtos brasileiros. Assim deve ser entendida a nova questão regional brasileira.

A questão regional brasileira deve ser tratada no contexto da nova geografia econômica do País, sem obedecer os limites das suas macro-regiões. Trata-se da forma mais adequada de analisar o problema e de propor políticas que, na maioria das vezes transcendem as fronteiras de uma macro-região ou limitam-se a uma faixa do seu território.

A atuação do governo, deverá se orientar em torno da consolidação de eixos nacionais de desenvolvimento, que permitam a adequada utilização das potencialidades do país. Isto se dará mediante a redefinição das vantagens comparativas no plano inter-regional, decorrente das transformações em curso no padrão de industrialização e na ação do Estado. A referida atuação estará associada à descentralização, à formação de parcerias com as instituições regionais e às soluções de caráter estrutural, em detrimento de ações pontuais, caracterizadas pela má utilização e pela pulverização dos recursos públicos, que marcaram a política regional no passado. (MENSAGEM AO CONGRESSO PPA 1996/1999, p. 23)

No mesmo documento é mostrada a preocupação com a integração interna do território brasileiro. Essa integração é uma integração de infraestrutura, principalmente rodoviária e ferroviária, para dar maior abertura a áreas que não estão totalmente integradas ao mercado nacional e internacional e também reduzir os custos dos transportes para uma redução dos preços dos produtos nacionais, logo, ser, mas competitivo internacionalmente e trazer divisas para o Brasil.

O projeto apesar de não ter uma delimitação das macro-regiões, tinha como um dos objetivos a redução das desigualdades regional. Mas o principal papel dos Eixos era identificar as potencialidades das regiões dentro do desenvolvimento recente do país e integrar a e economia do país ao mundo.

Os eixos tinham como característica a ligação interna do país. Para isso era necessário investir em uma malha de transporte multimodal em que os espaços de produção, distribuição e consumo pudessem ser diminuídos. Assim, diminuiria o preço do frete e conseqüentemente aumentaria a competitividade dos produtos.

Para Goiás, a mensagem do congresso trás o território goiano participando do Eixo de Integração Norte-Sul. Englobando: o Cerrado setentrional, composto pelo oeste da Bahia, sudeste do Piauí, sul do Maranhão e boa parte do Estado de Goiás. O objetivo deste eixo era fortalecer o transporte para o escoamento da produção agropecuária e industrial. Este eixo ligaria a produção desta região ao Porto de Ponta da Madeira/São Luiz. Para a consolidação deste eixo era necessária a concretização da infra-estrutura de transporte que se encontrava em potencial no local, ou seja, investimentos para a implantação da ferrovia Norte-Sul, da hidrovia Araguaia-Tocantins e melhoria da BR 153. No relatório final de estudo o Eixo estabelecido que comporta o território goiano é o Eixo Araguaia-Tocantins, como exposto na figura 15 – Eixo Araguaia-Tocantins.

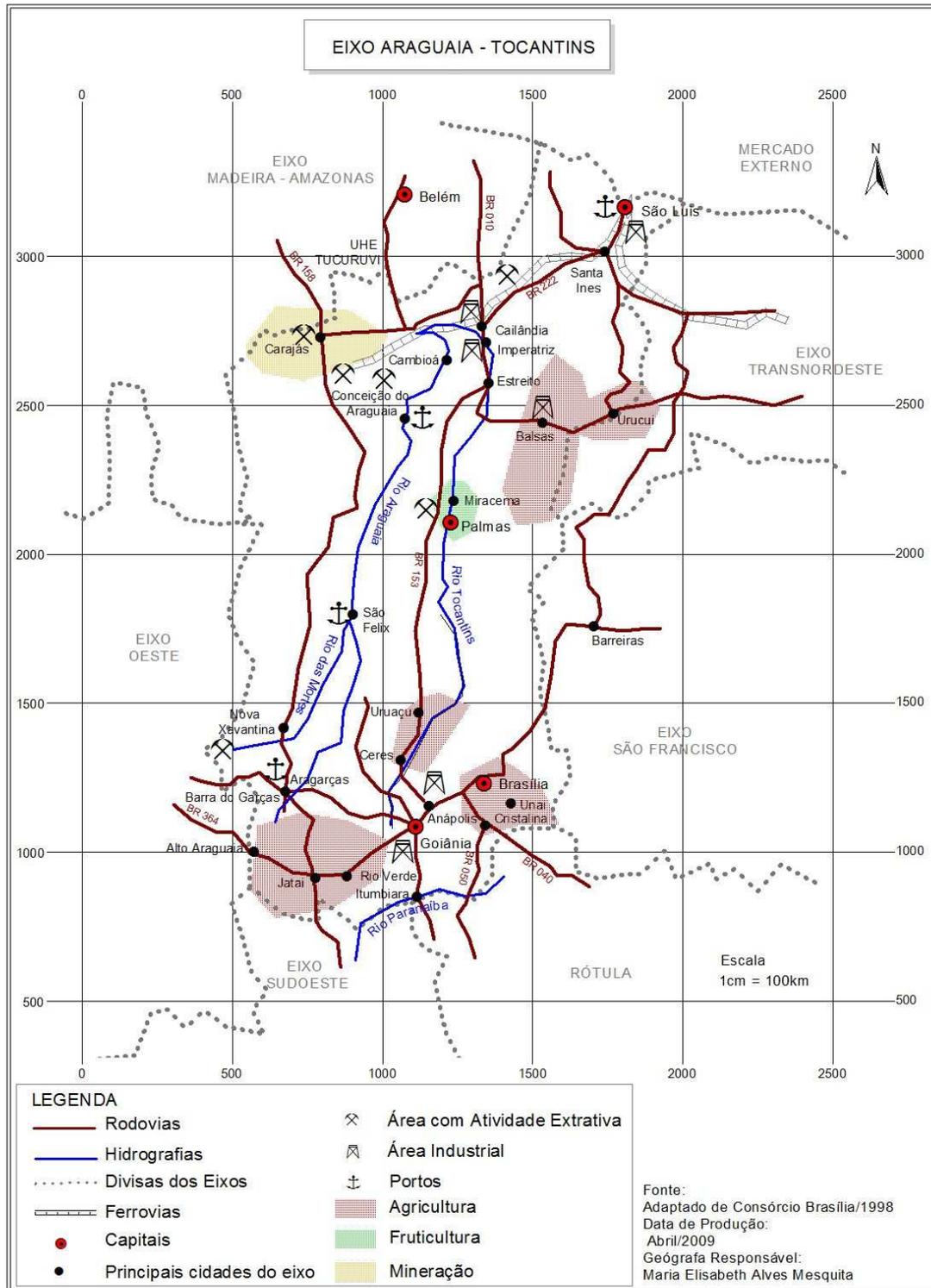


Figura 15

Essas eram basicamente as intenções formalizadas em dois documentos que tratavam do assunto. Primeiro, no programa de reeleição do presidente Fernando Henrique, o Brasil em Ação e segundo, a mensagem para o congresso do já reeleito presidente em questão.

Essas foram as primeiras propostas, ou as idéias iniciais, quanto a consolidação dos eixos. Houveram algumas modificações, mas que no geral estão dentro dos princípios básicos, isto é, fortalecer a infra-estrutura de transporte para diminuir os custos e aumentar a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional.

Já com uma perspectiva colocada, alguns estudos preliminares colocados e a experiência da Companhia Vale do Rio Doce analisada, o projeto poderia ser executado. O PPA 1996/1999 instituiu orçamento para a realização dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Lançou-se edital para a contratação de estudos que viabilizassem a implantação dos projetos estabelecidos, o grupo formado pelas empresas: Booz Allen & Hamilton, Bechtel International e ABN Amro Bank¹⁷. Essas empresas formaram um consórcio para a realização do estudo. O consórcio foi denominado de Brasileira.

Todas essas empresas são transnacionais e segundo a proposta técnica do documento: *Identificação de Oportunidades de Investimentos Públicos e/ou Privados*, designa as suas características e experiências.

A Brooz Allen & Hamilton do Brasil Consultores Ltda. vem atuando há mais de 30 anos no país, com destacada participação em diversos setores econômicos. Contando no Brasil com um corpo de técnico de mais de uma centena de profissionais com formação prática e acadêmica nos mais variados setores, a empresa adota uma estratégia de globalização que enseje trabalhos com intercâmbio de profissionais dos escritórios situados nos EUA, Ásia, Europa e América Latina. (p. 02)

A **Bechtel International, Inc.** é uma empresa componente do grupo "Bechtel", líder mundial no setor de engenharia e construção, com receitas totais em 1996 de US\$ 8 bilhões, dos quais US\$ 1,1 bilhão

¹⁷ As empresas que compõem o consórcio terão o suporte de outras inúmeras instituições, sendo: Rosenberg & Associados; Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; Logit – Logística, Informática e Transporte Ltda.; Tetraplan; Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores – CNEC; Engevix Engenharia S/C Ltda.; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC; Centro Internacional para Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia – CIET; Universidade do Texas (Austin); Também há as instituições de apoio regional: UNB; UFMS; UNICAMP; UFSCar; FIPE; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heustr-RS; Fundação Aplicações Tecnológicas Críticas – ATECH; Datamética S/C Ltda.; DMP Consultores S/C.

correspondem a consultoria e assessoria/gerenciamento, aí não incluídos os serviços de assessoria financeira. Além de seus setores centrais, a Bechtel é uma das mais importantes empresas internacionais nos campos de consultoria, desenvolvimento de projetos, privatizações, *project finance*, desenvolvimento de comunidades, tecnologia de ponta, planos diretores e meio ambiente. A companhia presta serviços tanto para o setor público quanto o privado. (p. 03)

O Banco ABN AMRO S.A., em conjunto com seu controlador, o ABN AMRO BANK N.V. oferece um abrangente leque de serviços de assessoria financeira e *project finance*, ao nível mundial, nos setores elétrico, comunicações, óleo, gás, mineração, química, papel e celulose, infra-estrutura, recursos naturais e saneamento básico. Para oferecer esses serviços, possui sete centros regionais de *project finance/advisory*, responsáveis pelos projetos¹⁸. (p. 05)

Nota-se a participação de diversas empresas, no entanto, as três que formam o consórcio Brasiliana são empresas transnacionais com vasta experiência no mercado. Isso já poderia ser um anúncio de que o governo vislumbrava uma maior participação do setor privado no desenvolvimento econômico do país.

No edital, assim como no documento “Brasil em Ação”, ambos com estudo preliminar, estipulavam os principais eixos a serem trabalhados e com eles as suas regiões de influências. São doze eixos no total:

- 1 – Eixo de Saída Norte para o Caribe/Rodovia BR 174;
- 2 – Eixo de Saída para o Atlântico – Hidrovias do Madeira e Amazonas;
- 3 – Eixo Araguaia – Tocantins/Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia Carajás;
- 4 – Eixo Costeiro do Nordeste;
- 5 – Eixo do Rio São Francisco;
- 6 – Eixo Transnordestino;
- 7 – Eixo do Oeste;
- 8 – Eixo Centro-Leste;
- 9 – Eixo de São Paulo;
- 10 – Eixo Costeiro do Sul;
- 11- Eixo da Franja de Fronteira;
- 12 – Eixo da Hidrovia do Paraguai/Paraná.

¹⁸ Os centros regionais da empresa são: Chicago, São Paulo, Londres, Amsterdam, Singapura, Hong Kong e Sidney.

Esses doze eixos relatados no edital deveriam ser reformulados numa concepção de investimento público e/ou privado. Para isso, era necessário identificar as potencialidades das localidades, para promover um dinamismo econômico. No entanto, é indispensável se ater a questão da escala, já que os fenômenos se distinguem dependendo da escala em que são analisados, para isso, o documento coloca,

O planejamento de âmbito nacional deve considerar questões amplas, cuja espacialidade abrange todo o território nacional, enquanto que a nível regional e/ou local, com abrangências menores, essas questões são distintas das anteriores. (CONSÓRCIO BRASILIANA, 1998, p. 01)

É salutar que a política se preocupe com os aspectos escalares. Com relação à delimitação dos eixos, o que tem haver com as escalas, a única preocupação era de seguir os limites municipais, já que o município é a única entidade da administração pública concreta.

Tendo essas características já determinadas, para a delimitação geográfica dos eixos, o Consórcio Brasileira tinha por base os doze eixos sugeridos pelo edital. Depois de uma análise mais aprofundada e de um suporte teórico, os Eixos foram reduzidos a nove. Vamos explicar melhor essa mudança mais adiante, por agora, vamos nos ater ao suporte teórico para a delimitação dos eixos.

Para a constituição dos eixos considera-se as áreas polarizadas por determinado aspecto econômico. Isso é percebida no documento do Consórcio Brasileira que trata da delimitação geográfica dos eixos¹⁹.

A conceituação de eixo proposta no Edital conduz a um corte espacial que pode ser considerado como uma região de planejamento tal

¹⁹ Essa conceituação de eixo conduz a um corte espacial que pode ser considerado uma *região de planejamento* tal como definiu Boudeville (1972). Para esse autor, a *região de planejamento* é um conceito operacional com vistas à intervenção e pode ser considerada do ponto de vista da polarização ou da homogeneidade. Nesse caso, o critério importante a considerar – a polaridade – é o que conduz à delimitação de um espaço contínuo, que diz respeito a uma parte do território nacional, e cuja lógica é determinada pela interdependência funcional e tem sua origem no raio de abrangência das aglomerações urbanas. Segundo essa escola, contrariamente a região homogênea, que se presta ao planejamento setorial, a *região de planejamento*, com base na polarização, define uma economia regional e, como tal, pode ser estudada. (grifo no original). Encontramos essa mesma passagem em Ablas (2003, p. 173)

como definiu J. Boudeville (1972). Segundo a visão do autor, a região de planejamento é um conceito operacional com vistas à intervenção do setor público e pode ser considerada dos pontos de vista da polaridade ou da homogeneidade. No caso presente, o critério mais importante a considerar é o da polaridade, que conduz à delimitação pela interdependência funcional, baseada em um conjunto de relações entre agentes localizados, e tem sua origem no raio de abrangência das aglomerações urbanas. Contrariamente à região homogênea – que é definida a partir de características similares para um dado aspecto da sociedade (agricultura, turismo, industrialização, etc.) e que, portanto, se presta ao planejamento setorial – a *região de planejamento*, com base na polarização, define uma unidade territorial abrigando uma diversidade setorial complexa e interdependente, prestando-se, portanto, ao planejamento regional. (CONSÓRCIO BRASILIANA, p. 01)

A citação e a nota estão bem parecidas. Um dado interessante que pode justificar essa similaridade dos textos é que o autor que refere-se a nota, Luiz Ablas, também fez parte dos grupos de consultores que elaboraram os relatórios do Consórcio Brasileira.

Mas deixando de lado as coincidências textuais das citações acima, o importante é ressaltar o referencial teórico adotado pelo estudo, cuja definição perpassa pela polarização de áreas e a partir daí a delimitação de suas influências, caracterizando as regiões de planejamento.

Retornando ao ponto de constituição dos eixos. O estudo leva em consideração os subconjuntos de atividades desenvolvidas pela e entre as regiões, assim caracterizadas: *Circuito regional*: são as atividades econômicas desenvolvidas no interior da própria região; *Mercado externo a região*: são as atividades entre as próprias regiões; *Fluxo de importação*: são as demandas de produtos que não se encontram na região, ou seja, não se produz havendo uma fuga de renda por compra de importados. Esses são os três subconjuntos de atividades que influenciaram a caracterização dos eixos. Mas além desses subconjuntos, há outros pontos que contribuíram para a delimitação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

Antes de relatar os outros aspectos referentes a delimitação dos eixos, é preciso expor o que o documento diz a respeito da experiência da Companhia Vale do Rio Doce e também qual a sua concepção de eixo.

A noção de Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento, concebida para propiciar o desenvolvimento e a integração territorial, com base na implantação de infra-estrutura econômica, associada ao desenvolvimento social e aos aspectos ambientais, originou-se das

experiências de empresas (como a Companhia Vale do Rio Doce) que integram a logística associada à oferta de matérias primas para mercados diversificados nacionais e internacionais. (p. 07)

Na definição de eixo, o documento se pauta em Fonseca (1997) e relata o seguinte:

Na definição dos referenciais para o presente estudo, sugere-se um conjunto de eixos cobrindo o território nacional, “com base nas vertentes da logística existente, procurando integrar as diversas economias regionais e melhor articulá-las aos mercados internacionais” (Fonseca et alli, 1997). (Consórcio Brasileira – Delimitação Geográfica dos Eixos p. 07)

Confirma-se a experiência da Vale do Rio Doce como ponto de partida para o desenvolvimento dos estudos, bem como a noção de eixo pautado na infra-estrutura interna do país, visando a integração das diversas regiões e suas economias.

No entanto, além do referencial teórico pautado na polarização, nos subconjuntos regionais, na experiência da Vale do Rio Doce e da definição da noção de eixo, esses quesitos por si só não garantem e não delimitam os eixos e suas área de influências (região de planejamento); são necessários outras características empíricas para a completa delimitação dos eixos.

Assim o estudo seguiu na análise de vários aspectos para reformular a configuração proposta pelo edital. Segundo o Marco Inicial a composição dos eixos deve obedecer aos seguintes critérios:

- 1 – A existência de uma rede multimodal ou em potencialidade para o escoamento da produção;
- 2 – A Presença de possibilidade de estruturação produtiva interna;
- 3 – Deve haver efeitos multiplicadores dentro da área de influência, ou seja, dentro da região.

Diante desses pressupostos já relatados no Marco Inicial da elaboração dos eixos, o Consórcio Brasileira analisa os seguintes aspectos para um estudo na delimitação geográfica dos eixos:

- Sistema multimodal de transporte, levantamento feito pela Rede Ferroviária Federal S/A. Esse levantamento possibilitou verificar quais eram as infra-estruturas de transportes existentes no país naquele momento e identificar os gargalos de comunicação a serem

solucionados, isso visando uma maior agilidade no escoamento da produção das determinadas regiões;

- Hierarquia funcional das cidades. O Estudo do Regic (Região de Influência das Cidades) propiciou uma espacialização do alcance de determinadas cidades e com isso a sua região de influência;
- Distribuição Espacial da Produção. Tendo como base 14 produtos principais que definem grande parte da demanda de transporte²⁰;
- Focos dinâmicos de expansão. Visualizando quais são os potenciais de expansão econômico dentro de cada região;
- Condicionantes Ambientais. Identificou-se todas as Unidades de Conservação Federal e as terras indígenas, bem como levou-se em conta os ecossistemas nacionais.

Foram elaborados quatro mapas que tinham como base os temas acima, são eles: mapa multimodal de transportes; focos dinâmicos da economia; hierarquia funcional das cidades e os ecossistemas brasileiros. Dentre esses quatro mapas, toda a base teórica conceitual e as definições econômicas intra e extra regional, se delimitou os nove Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, conforme mapa da figura 2 - Áreas de influência dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

A proposta inicial de doze eixos de acordo com o a figura 16 – Proposta inicial dos Eixos –, foi transformada em nove devido os estudos realizados que podem ser resumidos no quadro 03.

²⁰ Segundo o documento do Consórcio Brasileira, os produtos são assim distribuídos: “Assim, foi possível mapear, em cada zona de tráfego – unidade regional adotada na simulação – as seguintes magnitudes das produções de grãos – soja e derivados, milho, trigo, arroz e pellets cítricos e outros produtos importantes do ponto de vista da logística – siderúrgicos, minério de ferro, derivados de petróleo e óleo, cimento, carvão, calcário, outros minérios e insumos siderúrgicos, adubos e fertilizantes, papel, celulose e madeira para a indústria, contêiner, sal e veículos” (p. 25)

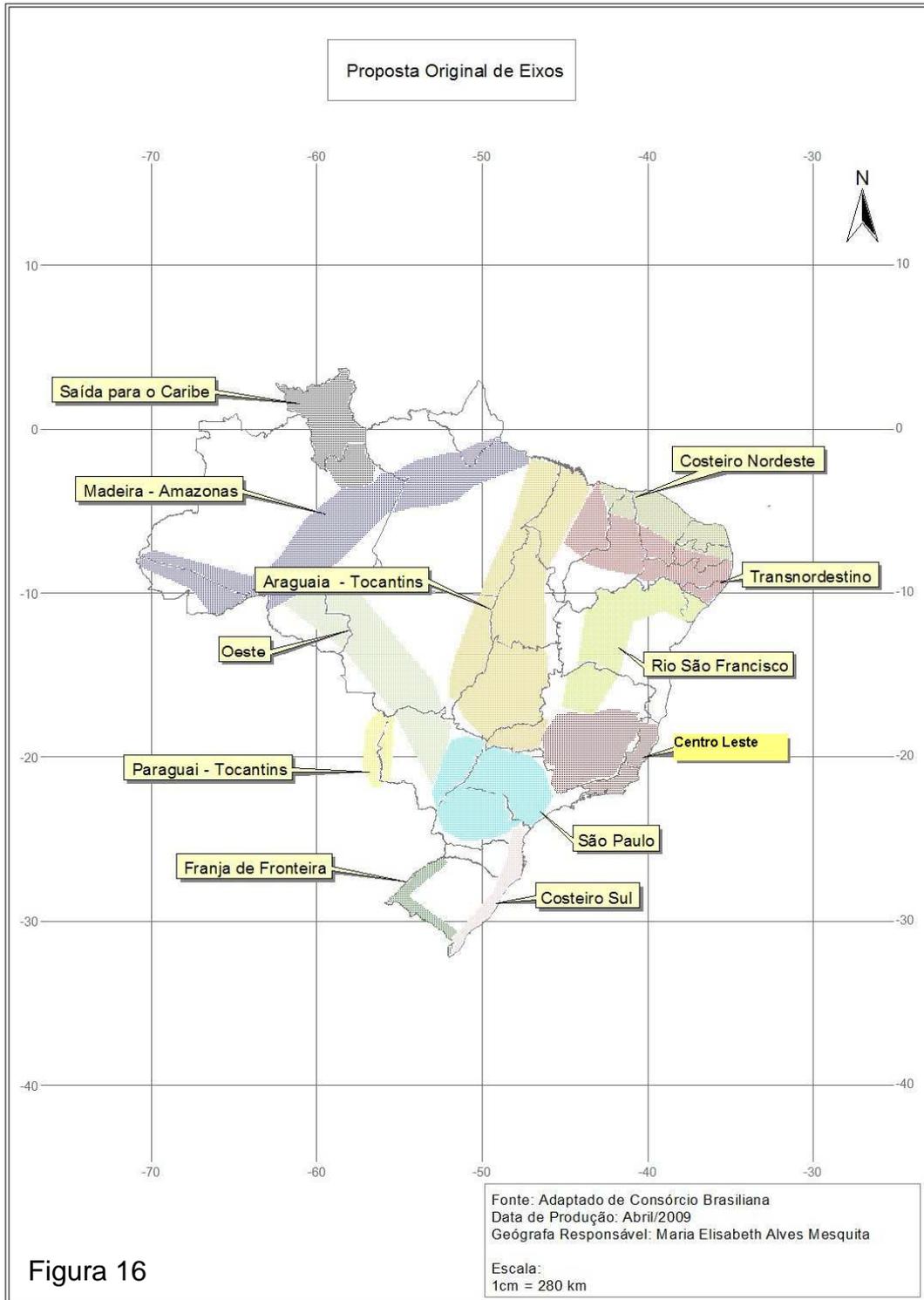


Figura 16

Quadro 03 - Conjunto do Eixos
Sistema Multi-Criterial de Avaliação

DIMENSÃO	CRITÉRIOS	Eixos Originais											Eixos Propostos						
		Saída Caribe	Madeira-Amazonas	Araguaia Tocantins	Costeiro Nordeste	São Francisco	Transnordestino	Oeste	Centro-Leste	São Paulo	Costeiro Sul	Franja de Fronteira	Paraguai/Paraná	Arco Norte	Rótula	Sudeste	Transnordestino ampliado	S. Francisco ampliado	Mercosul
Econômica	Grau de estruturação da infra estrutura econômica atual	1	1	2	2	2	1	2	3	3	3	1	1	2	3	3	2	2	3
	Potencialidade para transporte alto desempenho	2	3	3	2	2	2	3	3	3	3	1	1	2	3	3	3	3	3
	Grau de estruturação da atividade atual	1	2	2	2	2	1	3	3	3	3	2	1	1	3	3	2	2	3
	Potencialidade para expansão da dinâmica econômica	2	2	3	3	3	1	3	3	3	3	2	1	2	3	3	3	3	3
	Grau de estruturação urbana	1	1	1	2	1	1	2	3	3	3	2	1	2	3	3	3	3	3
Planejamento	Possibilidade de Integração internacional	3	3	3	3	2	1	2	3	3	3	1	2	3	3	3	3	3	3
	Possibilidade de Integração nacional	1	3	3	1	3	2	3	2	2	2	1	1	2	3	2	3	3	3
	Ausência de concorrência espacial	3	3	3	3	2	1	3	1	2	3	1	2	3	3	1	3	3	3
	Dependência de Políticas Públicas	3	3	2	1	2	3	1	1	1	1	1	1	3	1	1	2	2	1
	Grau de importância Geo-política	3	3	1	1	1	1	2	1	1	2	2	2	3	1	2	1	1	2
Ambiental	Flexibilidade em relação às restrições ambientais	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3	2	1	1	3	3	3	3	2
	Disponibilidade para uso de recursos hídricos	3	3	3	2	1	1	3	2	1	3	3	1	3	1	3	1	1	3
Pontuação		24	28	28	24	23	17	29	28	28	33	19	15	27	30	30	29	29	32

Fonte: Consórcio Brasileira, Delimitação Geográfica dos Eixos, 1998.

A pontuação exposta no quadro anterior tem como base todo o referencial de estudo já abordados anteriormente. De acordo com a pontuação é observada a necessidade de uma reformulação ou não. E Essa avaliação pode ser assim entendida.

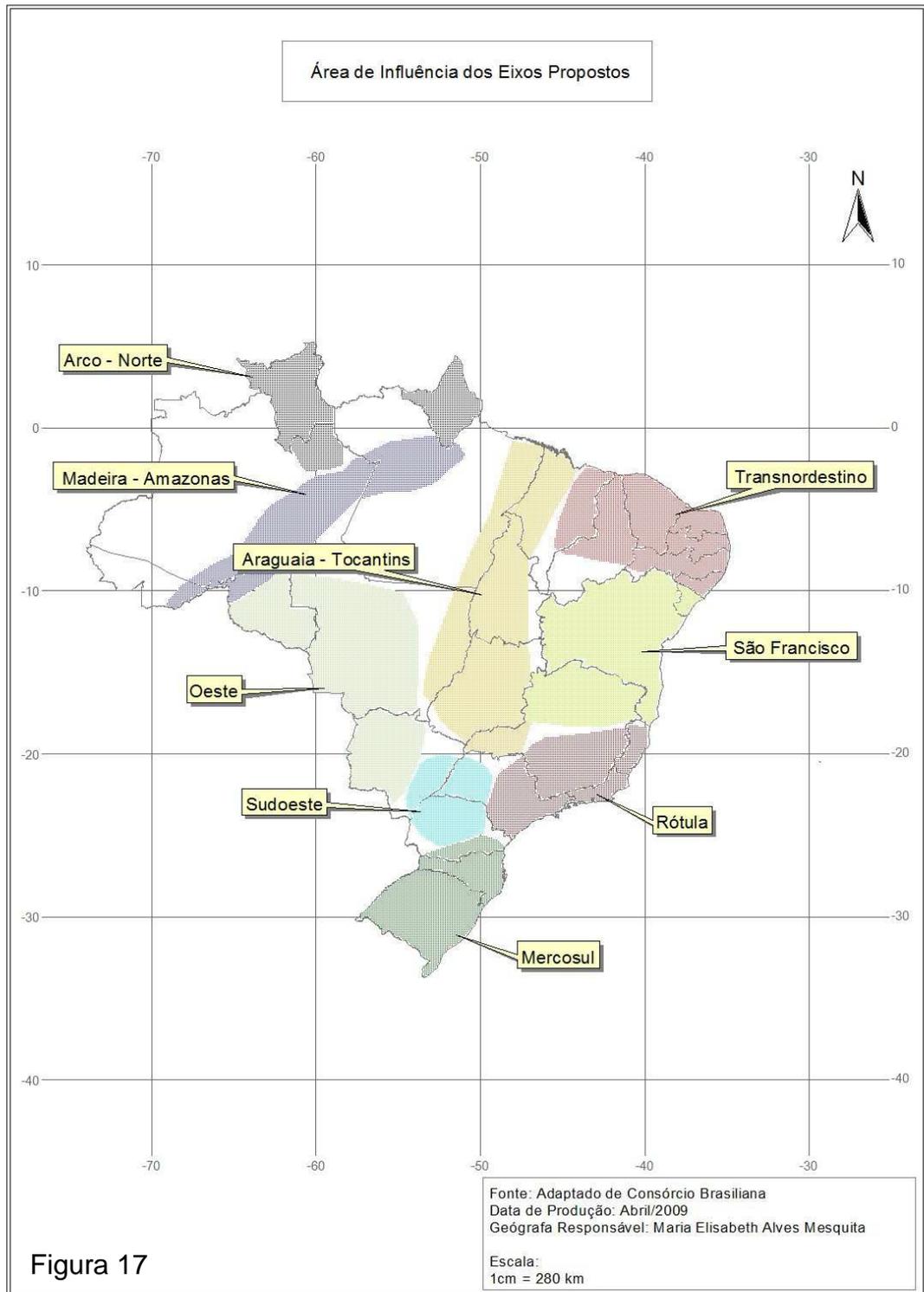
A Matriz Multicriterial de Avaliação. Contando com 12 critérios e notas variando de 1 a 3, a pontuação máxima que cada eixo pode obter é de 36 pontos. A partir dessa pontuação máxima, consideravam-se os eixos que se situavam 10 pontos ou mais abaixo dessa pontuação, passando a discutir, para esses casos, a sua reformulação (Consórcio Brasileira, Delimitação Geográfica do Eixos, 1998, p. 32)

Nesse sentido foram reformulados alguns eixos que atingiram pontuação insuficiente, de acordo com a metodologia utilizada no estudo.

Nesse processo, foram excluídos de início os Eixos Paraguai-Paraná, Transnordestino e Franja de Fronteira, pela baixa pontuação apresentada. Também incluem-se neste caso, os Eixos Costeiro Nordeste e São Francisco. (Consórcio Brasileira, Delimitação Geográfica do Eixos, 1998, p. 32)

Nota-se que todos os eixos, exceto o Eixo Saída Caribe, obtiveram pontuação menor que 26 pontos, ou seja, ficaram 10 pontos abaixo da pontuação máxima e foram excluídos. Foram propostos novos eixos que agregavam parcelas de outros eixos e que melhoravam a sua pontuação na Matriz Multicriterial de Avaliação. O Eixo Saída Caribe, apesar de não ter sido extinto, com 24 pontos, foi modificado, ampliando-o, visando a uma maior integração internacional com o países que fazem divisa com Roraima e Amapá. Depois da reformulação nenhum eixo ficou com pontuação inferior a 27 pontos, o que representa 80% da pontuação máxima possível.

Depois do estudo e da reformulação dos eixos, ficou nove Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Os eixos foram delimitados tendo como referência um mapa síntese da área de influência de cada um conforme figura 17 – Área de influência dos eixos propostos.



No relatório final houve apenas uma alteração de nomenclatura. Substituiu-se o nome Rótula por Rede Sudeste e o nome Mercosul por Sul, sem modificação nas áreas de influências de cada eixo.

Uma das etapas do trabalho foi realizada com a elaboração dos Eixos e suas áreas de influências. Agora era necessário vislumbrar uma estratégia para cada um dos eixos delimitados. Para uma visão estratégica dos eixos eles foram agrupados em quatro grandes áreas de investimentos, sendo cada espaço com características próprias e com suas determinadas vocações. A primeira com o agrupamento dos Eixos Sul, de grande possibilidade de integração internacional com os países do Mercosul; O Sudeste que possui uma atividade agroindustrial diversificada e a Rede Sudeste, que possui a maior concentração econômica do Brasil, com as atividades mais estratégicas do país. Essa localidade tem vocação, segundo o Consórcio Brasileira, para atividades como: terciário avançado, difusão de competitividade, adição de valor logística e indústria. A Segunda localidade, ou grande espaço, é composto pelos eixos Oeste e Araguaia Tocantins. Esses dois eixos são caracterizados por uma ocupação recente e com potencial para produção de alimentos para abastecimento do mercado interno e para a exportação. A vocação dessa área é, segundo o Consórcio Brasileira, para desenvolver atividades em Agropecuária/Agroindústria e Logística de alta capacidade. O terceiro grande espaço é composto pelos Eixos Transnordestinos e São Francisco. O Eixo São Francisco tem como grande linha de transporte o rio de mesmo nome, enquanto que o Eixo Transnordestino possui a ferrovia também chamada Transnordestina. Esses dois eixos são caracterizados por estarem em uma área de primeira ocupação do território brasileiro, também há nesse local uma elevada densidade demográfica e um baixo dinamismo econômico. Para essa área sugere-se o investimento em: indústria, novas oportunidades, inclusão social e recursos hídricos. O quarto e último espaço é formado pelos Eixos Arco Norte e Madeira-Amazonas. Esses eixos se caracterizam pela forte dimensão ambiental, por estarem na área da Floresta Amazônica, bem como pela presença significativa de cursos d'água, que facilita o transporte de produtos e a integração com países latino-americanos daquela região. Para

esse espaço tem vocação para: desenvolvimento inovador, biodiversidade e integração internacional.

Esse conjunto de eixos mostra as diferenciações significativas existentes entre as diversas parcelas que compõem o território brasileiro e abrem possibilidades concretas de proposições de política no sentido de aproveitar as potencialidades localizadas e, por mesmo tempo, reduzir essas diferenciações. (ABLAS, 2003, p. 182)

Com todas as características e vocações dos Eixos, foi estabelecido um portfólio de investimentos dentro de cada região. Para situar e agregar todos os eixos foi estabelecido um projeto âncora que tinha como base a integração dos eixos. Dentro do projeto âncora foram constituídos 57 projetos para cada área de influência dos eixos. Nesses projetos preocupou-se em adicionar investimentos públicos e também privados para a dinamização econômica local. Um cenário foi criado dentro de um possível investimento para cada eixo. Nesse cenário as regiões mais ricas recebem menos recursos e as menos desenvolvidas uma quantidade maior. Em hipótese o crescimento anual dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento nos anos de 1997-2007 seria assim distribuído:

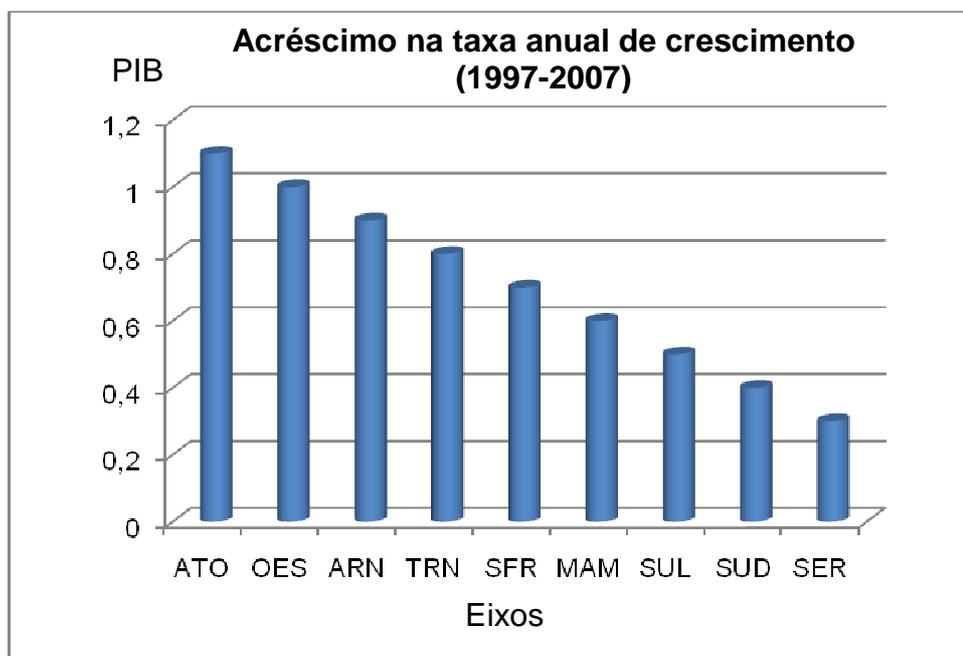


Gráfico 02

Fonte: Consórcio Brasiliana, 1998

No tocante a análise de essa ser ou não uma política de desenvolvimento regional, Ablas faz a seguinte observação na conclusão de seu artigo.

Finalmente, com relação à grande questão que é objeto do título deste artigo, qual seja saber se o estudo dos eixos pode ser considerado como um estudo de planejamento regional, permanece como uma idéia controvertida. No entanto, se se admite que o planejamento regional deva partir das características de um conjunto de regiões predefinidas, para as quais são equacionados os problemas que bloqueiam o seu desenvolvimento, as premissas do estudo dos eixos não permitem que ele seja classificado como tal. Como foi visto, a principal hipótese por detrás da idéia de eixo como região de planejamento é a sua vertebração por uma via importante de transporte, o que elimina, ou ao menos prejudica, a sua aceitação dentro do seu conceito tradicional. (2003, p. 185)

Se a política dos Eixos é considerada uma região de planejamento ou não, é a nosso ver pouco relevante. O interessante é ressaltar o caráter impactante programado para a economia brasileira com esse projeto. E de todas as críticas que se possa fazer a ela, uma coisa é necessário salientar, a volta do debate acerca das políticas de desenvolvimento regional depois de certo período sem discussões.

O que há de perceber é que o projeto era audacioso e levaria mais de 4 anos para a sua execução. Além do caráter nacional, essa política também leva projetos para as suas determinadas regiões de influências. Para tanto vamos nos pautar em vislumbrar o que foi planejado para o estado de Goiás, estando este todo inserido no Eixo Araguaia Tocantins. Iremos nos ater a isso nas próximas páginas.

2.4 O Eixo Araguaia - Tocantins

O eixo Araguaia-Tocantins estava inserido nos mesmos pilares de planejamento regional do novo paradigma de intervenção territorial. Tinha a preocupação em organizar os fluxos de exportação das regiões para os mercados internacionais.

Esse eixo é caracterizado pelo documento do Consórcio Brasileira, como uma importante ligação entre as várias regiões do país – ligação no

sentido norte/sul. Também é identificado como uma área de escoamento de produtos agro-industriais, produzidos principalmente no Cerrado brasileiro e da produção minério – metalúrgica localizado principalmente em Carajás. Dessa forma, entende-se que esse eixo possui localização privilegiada com relação ao território nacional.

De acordo com os critérios adotados para a delimitação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, o Araguaia-Tocantins se enquadra perfeitamente, como pode ser observado na tabela abaixo:

Quadro 04 – Eixo Araguaia-Tocantins
Sistema Multi-Criterial de Avaliação

DIMENSÃO	CRITÉRIOS	Eixo Original
		Araguaia - Tocantins
Econômica	Grau de estruturação da infra estrutura econômica atual	2
	Potencialidade para transporte alto desempenho	3
	Grau de estruturação da atividade atual	2
	Potencialidade para expansão da dinâmica econômica	3
	Grau de estruturação urbana	1
Planejamento	Possibilidade de Integração internacional	3
	Possibilidade de Integração nacional	3
	Ausência de concorrência espacial	3
	Dependência de Políticas Públicas	2
	Grau de importância Geo-política	1
Ambiental	Flexibilidade em relação às restrições ambientais	2
	Disponibilidade para uso de recursos hídricos	3
Pontuação		28

Fonte: Consórcio Brasileira, Delimitação Geográfica dos Eixos, 1998

A logística também é um fator importante para o eixo. Ele possui, de acordo com os estudos realizados, forte potencial de escoamento devido aos vários tipos de transportes verificados. Podemos destacar aqui a hidrovia, a ferrovia, a rodovia, além do complexo portuário de São Luís.

Dois importantes rios que dão nome ao eixo caracterizam o potencial hidrográfico da região. O Araguaia e o Tocantins são navegáveis, no entanto, pelo projeto era necessário grande investimento em engenharia para o transporte de mercadorias ser economicamente viável. A ferrovia de Carajás é uma realidade e tem papel importante para o escoamento de produtos dessa

região, principalmente de minérios extraídos naquela área. No entanto, era necessária uma nova ferrovia: a norte sul. Essa já estava nos planos do governo para a sua construção. A rodovia, na verdade a Belém – Brasília (BR 153) é a principal ligação das áreas do sul do país com o norte do país, os Estados de Tocantins, Maranhão e Pará.

A vocação econômica é a agropecuária e a produção mineral, ou seja, produtos primários. Na agropecuária destaca-se a pecuária extensiva com criação de gado de corte e na agricultura a produção de grãos com alta produtividade, principalmente aqueles produtos ligados aos mercados internacionais, como a soja. As indústrias estão muito ligadas a essa produção primária da economia, destacando as agroindústrias.

A caracterizada da zona de influência do eixo também destaca a vocação agropecuária.

As características principais do eixo em questão, preliminarmente, passam pela identificação de sua área de influência. Esta área deve abranger diretamente seis estados: Goiás, Tocantins integralmente, grande parte do Maranhão e uma faixa do sudoeste do Pará e do leste do Mato Grosso.

Desenvolve-se longitudinalmente no centro do país, atravessando as regiões Centro-Oeste e Amazônica, dotadas de imensas riquezas minerais e com grandes extensões de terra com natural vocação para a agropecuária.

Continua,

Na área de abrangência do Eixo, predomina em termos econômicos a pecuária extensiva e a agricultura de grãos, combinada com a industrialização tradicional orientada para a demanda regional, que responde aos estímulos da urbanização. (CONSÓRCIO BRASILIANA, 1998, p. 58)

São identificados também alguns municípios, que pela sua importância são caracterizados como pólo de desenvolvimento. Para Goiás os municípios são: Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Jataí, Mineiros, Itumbiara, Porangatu, Ceres, Uruaçu e Cristalina. Destacamos aqui Goiânia, como a capital de Goiás e cidade mais importante economicamente desse eixo.

Nota-se que esse eixo possui uma pontuação relevante na avaliação aferida e dois critérios chamam a atenção. Os critérios de possibilidade de integração nacional e a possibilidade de integração internacional, esses dois

pontos receberam pontuação máxima, ou seja, três. O primeiro, como visto, possui destaque pelo transporte multimodal da região, além de ter grande potencial para aumentar esse transporte. O segundo está ligado com o complexo portuário de São Luis, ou seja, a ligação dessa região com o exterior.

Dois elementos aqui merecem maior evidência, essa possibilidade de integração nacional e internacional e a vocação para produtos agropecuários e minerais. Esses dois fatores se articulam e dão condições para a o objetivo do programa ser cumprido, ou seja, articular entres as regiões a produção e comercializar com o mercado internacional. Goiás, nesse aspecto se enquadra perfeitamente, já que fazia parte totalmente do eixo Araguaia-Tocantins e possui grande produção de grãos, principalmente soja e também de carne.

Os investimentos, tanto público como privado, deveriam pautar na vocação de cada eixo, por isso o Araguaia-Tocantins seria intensificado na produção agropecuário e mineral, como expões Mello (2003).

Com a intensificação dos investimentos para viabilizar um sistema um sistema mais eficiente para o escoamento da produção, a expectativa do governo é a concorrência de investimentos privados em agroindústrias, em função da proximidade das áreas de produção agrícola (soja, milho, algodão) ou pecuária (aves, suínos, bovinos), de madeira ou de produção resultante do desdobramento do complexo de Carajás, aumentando a competitividade brasileira no mercado mundial. (p. 637)

Essa região é vista como um celeiro agrícola, o que causa de primeira vista dois problemas relevantes para a configuração social das pessoas envolvidas. Primeiro como salienta Mello (2003) é a questão da monocultura.

Ao tratar esta região como celeiro do país, a tendência é o desaparecimento da pequena produção, normalmente as culturas alimentares “tradicionais”, como arroz, mandioca e feijão, para dar lugar ao crescimento de produtos modernos. A progressão da produção da soja nos Cerrados, nos anos 70 e 80, fundamentou-se na conjunção de diversos fatores: os créditos subvencionados pelo Estado, apoio à política de pesquisa e uma política de ajustes em função da conjuntura internacional. (p. 638)

Outro fator relevante com essa visão da região como grande celeiro nacional é o ambiental. Grandes áreas de cerrado foram desmatadas para implantação de monoculturas.

Todo esse processo de interesse no mercado internacional e a competitividade dentro do país, na opinião de Mello (2003) poderia causar impactos ainda maiores na estrutura social do campo e como consequência das grandes cidades.

Do ponto de vista da alteração da estrutura fundiária existente, o processo ocorrido entre 1985 e 1996 já mostra um crescimento de cerca de 15% dos grandes estabelecimentos (maior que 2000 ha), concentração que ocorreu antes mesmo de a produção ser aumentada. Se tomarmos o aumento de produção previsto, a necessidade de capital e outros investimentos pra a exploração do meio rural, a tendência será intensificar mais ainda o processo de concentração. Uma pergunta fica: para onde irão os novos deserdados do meio rural? De antemão já poderemos apontar o mais provável: as periferias das grandes cidades. (p. 647)

É importante a ressalva feita pela a autora, assim como o alerta. É bom pensar um pouco nisso quando for elaborar uma política de desenvolvimento regional.

Após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência do país, há uma mudança na concepção de Estado e, por conseguinte nas políticas adotadas por ele, inclui-se aí as de desenvolvimento regional.

2.5 A Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

O PPA 2004-2007 do governo Federal institui como um de seus mega-projetos a redução das desigualdades regionais. O governo teve a incumbência de elaborar um programa que contemplasse tal objetivo. Para isso foi criado então o Programa Nacional de Desenvolvimento Regional. Esse programa estabelece uma estratégia para diminuir as desigualdades estabelecidas no território brasileiro. Para tanto faz um diagnóstico e a partir daí levanta os problemas a serem solucionados e as alternativas para solucioná-los.

É levando em consideração o contexto atual da configuração econômica global, onde há uma disparidade com relação a dinamicidade de desenvolvimento, umas com elevado grau, outras com baixíssimo grau de desenvolvimento, também aquelas estagnadas. Por isso é importante a atuação do Estado na tentativa de interferir e diminuir as distorções

estabelecidas pelo sistema atual capitalista. Como expõe o documento que trata do PNDR.

A desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se encontra em alguns espaços, enquanto condena outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos. PNDR atua no sentido de contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado por meio da promoção e valorização da diversidade regional, conciliando, assim, competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos. (p. 11)

Para a realização do programa a metodologia utilizada foi a de agrupamento de dados por microrregião geográfica que possui relevância nos seguintes aspectos: distribuição da população no território, rendimento médio mensal da população, local de residência (rural ou urbana), nível de educação e variação do PIB per capita. Os indicadores foram obtidos através da média geométrica dos triênios 1990-1993 e 1999-2002.

Através desses dados foi possível obter uma realidade regional brasileira. Essa realidade é exposta por aquilo que já é de conhecimento de vários estudos. Ou seja, demonstra-se que a uma concentração da população nas áreas litorâneas, no entanto, esse padrão de ocupação vem sendo lentamente alterado. Também é reforçado, além do contraste litoral versus interior, o contraste norte versus sul, com grande desvantagem para os Estados do Norte e do Nordeste. Outro dado importante desses índices é a aceleração das taxas de crescimento econômico nas regiões onde a economia rural é a predominante.

A síntese dos dados pode ser observada na figura 18 - mapa de nível de renda versus nível de variação de PIB 1990/1998.

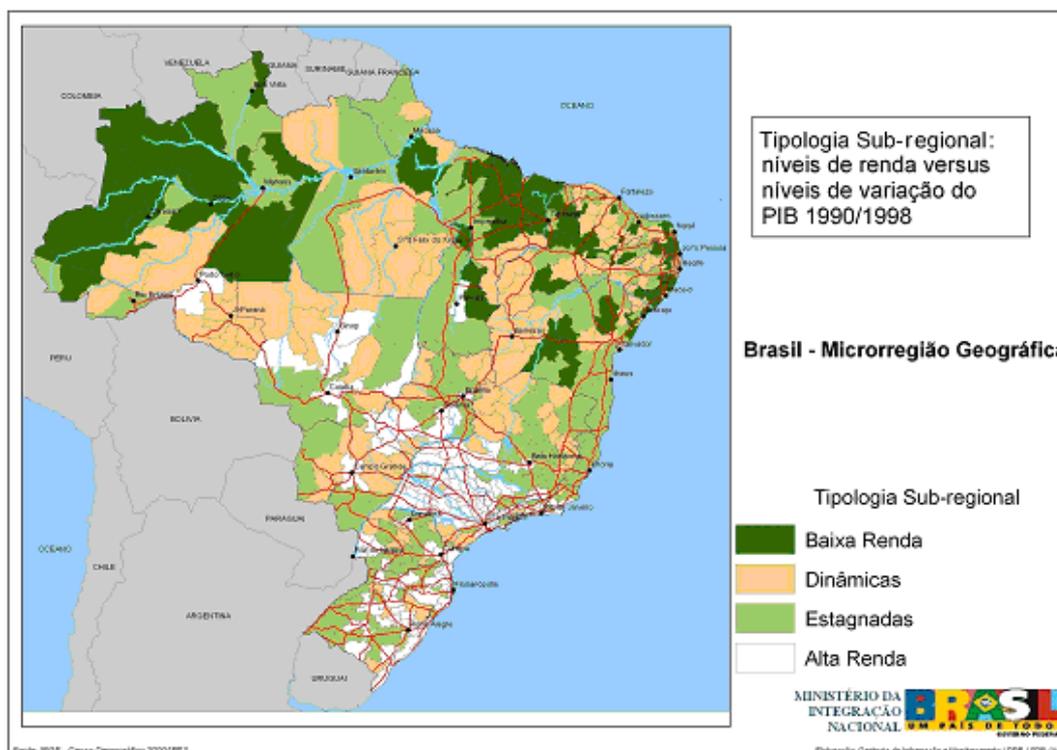


Figura 18

Em resumo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional indica o seguinte diagnóstico: a) não há homogeneidade nas macrorregiões do país, elas são compostas de sub-regiões dinâmicas, competitivas, estagnadas e precárias; b) há um perfil territorial disperso com relação ao crescimento do PIB; c) ainda há um distanciamento entre as regiões Norte e Nordeste em relação as regiões Sul e Sudeste, enquanto a região Centro-Oeste se aproxima mais das duas últimas.

Portanto, o objetivo dessa política é diminuição das disparidades regionais presentes em território nacional. Pois como salienta o documento não se pode combater exatamente a pobreza, pois os lugares onde a precariedade humana é mais acentuada é as Regiões Metropolitanas das grandes cidades brasileiras.

Ao contrário do que se pode imaginar, o objetivo da PNDR não é exatamente o combate à pobreza. Se assim fosse, o mapa de atuação da Política iria privilegiar a periferia das grades metrópoles, o que cabe à política social. Nesses locais, os bolsões de pobreza se incrustam em contextos ricos e dinâmicos. *O objetivo da PNDR se expressa na coincidência espacial entre pobreza individual e regional.* Visto por uma perspectiva espaço-temporal, a PNDR se concentra nas regiões que, por sua situação de debilidade econômica e

estagnação, geram expressivos fluxos migratórios, os quais constituem a maior parte dos bolsões de pobreza das grandes metrópoles. Em outras palavras, a PNDR focaliza a causa da desigualdade e da pobreza em sua expressão territorial. (p. 11 – grifo nosso)

Enquanto as políticas de combate a pobreza em si, estão ligadas a medidas rápidas de curto prazo. A política regional deve assumir um planejamento em longo prazo e com uma expressão territorial. Nesse sentido, pensar em diminuir as disparidades regionais é também focalizar a diminuição da pobreza. A ação dessa política não implica a suspensão da primeira, já que as condições de precariedade de vários indivíduos não podem esperar.

Essa política apesar de ter sido gestada já nos primeiros anos do governo Lula, ainda se encontra em implantação. Uma das metas é a recriação das Superintendências de Desenvolvimento. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste só foi recriada recentemente. Ou seja, Não se pode fazer ainda uma avaliação mais profunda das ações desenvolvidas por esse programa.

O Projeto de Lei de recriação da SUDECO nº184/04 foi encaminhado a Câmara Federal em setembro de 2004, mas, só foi aprovado em 29/11/06. Posteriormente foi encaminhado ao Senado Nacional, onde tramitou por mais de dois anos, sendo aprovado definitivamente pelo Congresso nacional apenas em 10/12/08 e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 08 de janeiro de 2009.

A Lei Complementar que institui a nova Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – foi sancionada pelo Presidente da República em 08/01/09 e publicada na edição do dia seguinte do Diário Oficial da União. Essa lei passou a vigorar na forma do artigo 43 da Constituição Federal, estabelecendo que a SUDECO é uma instituição de natureza autárquica especial, com autonomia administrativa e financeira²¹, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional e com sede e foro em Brasília. A sua área de

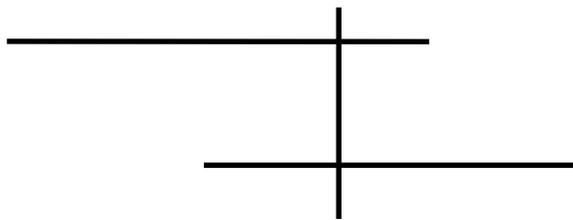
²¹ Uma das novidades da nova SUDECO é o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), criado com a finalidade de assegurar recursos para os projetos de desenvolvimento e para investimentos em infra-estrutura, ações e serviços públicos. O fundo terá como principal fonte de recursos as dotações consignadas nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

atuação abrange os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal.

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS:

Os órgãos de Desenvolvimento Regional



3.1 Planejamento e Desenvolvimento Regional no Goiás recente.

Como já visto, Goiás teve uma configuração territorial desigual por diversos motivos, seja na ocupação, quando da descoberta de ouro, na intensificação populacional provocada pela produção agropastoril, na concentração de pessoas próximas às grandes rodovias e estações ferroviárias. Mas a desigualdade econômica se deu principalmente por conta da participação do Estado na construção da infra-estrutura. A constituição dessa infra-estrutura também atendeu à demanda do capital nacional e internacional nas diversas fases de incorporação de Goiás à economia nacional e internacional.

As regiões do centro-sul de Goiás foram desde muito cedo as que mais se destacavam na economia goiana, por três fatores principais: a existência de uma infra-estrutura de comunicação, como rodovias e ferrovias; a existência de um relevo que facilitava a utilização de maquinários, aumentando assim a produção e a produtividade da agricultura; a proximidade com a região mais desenvolvida economicamente do país, ou seja, a sudeste. Mas, além dos processos históricos internos já mencionados para a configuração desigual do território, temos também que destacar os processos extra-regionais. São os fatores que ocorrem dentro do território brasileiro e que influenciam de certa forma o próprio território goiano, bem como aqueles eventos ocorridos em escala internacional que alteraram de certa forma a economia brasileira e, por consequência, a goiana.

Seguindo a história brasileira, Goiás só instituiu uma política de desenvolvimento regional no fim da década de 1990. Também lançada e incorporada no PPA, ou seja, como na política nacional do Brasil. Só que há um agravante. Enquanto o PPA é instituído no Brasil ainda no governo Itamar

Franco, mesmo que incipiente, em Goiás o PPA só aparece como instrumento de planejamento público no final dos anos de 1990, mais precisamente em 1999, com o então governador Marconi Perillo, do PSDB.

No governo do PSDB, os instrumentos de planejamento e a legalidade ficam mais evidentes que na gestão anterior. É incorporado no discurso desse governo o chamado “ajuste fiscal”, ou seja, o objetivo era sanar os déficits financeiros que estavam na estrutura do Estado. Nesse sentido, foram feitas algumas reformas na administração pública, com o enxugamento da máquina pública e conseqüentemente houve uma redução em investimentos naquele momento. O que houve era uma visão de estado enquanto empresa.

Foi nesse contexto que se deu a elaboração do PPA, no fim do ano de 1999, publicado como PPA 2000-2003. Nesse documento, o governo analisa a crise que se deu na economia brasileira, com reflexo para os Estado, além de apontar para uma conjuntura nacional que é denominada de “uma nova ordem econômica mundial globalizada”, pautada na competitividade. Por isso o Estado deve dar equilíbrio às contas públicas e suporte para que as empresas presentes em seu território sejam fortes nos mercados nacional e internacional.

Pautados, então em cenários de escalas diferenciadas, o PPA 2000-2003 tem o objetivo, segundo Moraes (2005).

Com o objetivo de modernizar a gestão pública e de inserir o estado na economia nacional e internacional, o Plano avalia ser muito pequeno o grau de abertura econômica goiana. O comércio exterior do estado movimenta algo em torno de 3%, ao passo que esse indicador para o Brasil estava na órbita dos 20%. Canalizar as energias de Goiás para a especialização em bens exportáveis, desenvolver uma política de marketing internacional, visando alcançar novos mercados para as mercadorias produzidas em solo goiano, buscar a via diplomática para a conquista de parceiros, segundo o PPA 2000-2003, para a inserção da economia goiana no cenário internacional. Além desses passos seria necessário integrar os elos das cadeias produtivas existentes no estado, visando agregar valor industrial dentro das fronteiras estaduais, rompendo com a histórica condição de exportador de matérias-primas. O Agronegócio apresenta-se como grande instrumento para agregação de valor. (p. 32-33)

Essa análise de Moraes (2005) pode ser confirmada com o PPA 2000-2003, que afirma o seguinte,

A nova ordem mundial decorrente da globalização econômica impõe que o Estado de Goiás se torne mais competitivo na busca do desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto, o Estado deve estabelecer o seu campo de atuação, destacando as atividades públicas e aquelas que poderão ser desempenhadas por outros parceiros, redimensionando prioridades. Assim, ao tempo em que envolve sua estrutura governamental, abre oportunidades para alianças e parcerias com a União, Estados e Municípios e, sobretudo, com o setor privado e entidades não governamentais.

Esse primeiro PPA da história de Goiás dirige suas atenções para os seguintes pontos:

- Atuar por programa;
- Integrar o planejamento com o orçamento;
- Dar transparência às ações governamentais;
- Alocar recursos segundo objetivos estabelecidos;
- Estimular parcerias com o setor privado;
- Permitir e realizar o controle da ação governamental e a sua avaliação;
- Assegurar a eficiência nas suas ações.

Além desses pontos, o documento ainda ressalta cinco diretrizes estratégicas para a economia goiana, que são:

1. Goiás competitivo e pólo econômico regional;
2. Goiás com Cidadania e com melhoria de vida;
3. Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado;
4. Governo moderno e empreendedor;
5. Alianças e parcerias em prol de Goiás.

Antes de comentar os objetivos e as diretrizes do programa, é interessante visualizar a semelhança que se encontra na administração estadual e na federal. Os pontos de destaque, como reforma do Estado (para diminuir os déficits), o Estado como agente fiscalizador, as parcerias público-privadas e a menor intervenção do Estado na economia, estavam ligados à privatização de algumas empresas estatais. Essa política do então governador Marconi Perillo estava de acordo com a política do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, demonstrando haver consonância entre as duas maneiras de entender e intervir no Estado.

Depois desse parêntese, é importante destacar dois objetivos que estão postos nesse PPA. O primeiro é “integrar o planejamento com o orçamento”, ficando assim estabelecido que não era mais papel do Estado fazer projetos grandiosos sem que as fontes de financiamento estivessem previstas no orçamento, sendo que o PPA seria assim o instrumento mais adequado para a realização de investimentos de grande porte. O segundo ponto a destacar é “estimular a parceria com o setor privado”, ou seja, ampliar a atuação das empresas no território com aval do governo. Isso implica uma menor participação governamental direta em políticas públicas, ou seja, uma menor participação governamental com as despesas, já que, ainda assim o Estado continuou a ser o grande propulsor e implantador de políticas públicas no território.

Outro ponto ao qual devemos nos remeter, e que será aqui mais profundamente discutido, é a diretriz “Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado”. Nessa diretriz, se encontra a preocupação do governo em diminuir as diferenças regionais do estado, pois não há como um desenvolvimento ser harmônico e equilibrado com as desigualdades que existem no território goiano.

Sobre essa diretriz, Moraes (2005, p. 33) salienta que “essa estratégia teria como objetivo corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais proporcionando um desenvolvimento espacial – ambiental, sustentado e integrado”. Esse processo tem que ser entendido em inúmeras escalas, dentre as quais a internacional, já que a inserção da economia goiana no mercado internacional possibilita o aumento das exportações das empresas goianas, mas também a economia fica a mercê de conjunturas e decisões internacionais. É o que Moraes (2005) afirma quando comenta acerca das posições do professor e economista Mauro César de Paula²².

Para esse professor, Goiás consolidou ao longo dos últimos anos áreas dinâmicas e capitalizadas, onde a atividade produtiva privada foi a mais beneficiada, conquistando diferenciais de produtividade e firmando-se como locais de produção de commodities com a crescente integração ao mercado internacional, como é o caso das zonas produtoras de soja. Como efeito, o primeiro objetivo do PPA age como elemento anulador do “desenvolvimento harmônico e

²² Sobre o assunto ver: PAULA, Mauro César de. Globalização e economias regionais. In: Estudos. Revista da Universidade Católica de Goiás. Volume 27 n. 03, Goiânia: UCG, 2000.

equilibrado”, reforçando e aprofundando as diferenças regionais. (p. 34)

Há um cenário desejável para Goiás nesse documento. Isso é estabelecido através de alguns indicadores, como é demonstrado no Quadro – 05, abaixo, relatada no PPA 2000-2003 (p. 27).

Quadro 05 - Megaindicadores de Desenvolvimento de Goiás				
Posição no rank da federação				
Indicadores	Cenário Conservador		Cenário Desejado	
	Base = 1996	rank	Para 2003	rank
IDH*	0,786	12º	0,821	10º
PIB** (% sobre PIB-Brasil)	2,300	10º	2,620	8º
PIB per-capita (US\$)	3.519	11º	3.795	9º

*Índice de Desenvolvimento Humano

** Produto Interno Bruto

Fonte: PPA 2000-2003

Nesse documento, foram estabelecidas algumas regiões prioritárias para investimento. São elas: **Região Metropolitana de Goiânia; Nordeste Goiano; Entorno do Distrito Federal e; Norte Goiano.** Cada uma dessas regiões, chamadas de regiões de planejamento, tinham um objetivo traçado para ser executado, segundo as necessidades definidas. Sendo assim, a Região Metropolitana de Goiânia, denominada de MetrÓpole Cidadã, tinha como objetivo “incrementar o desenvolvimento sustentável, com redução dos desequilíbrios sociais e econômicos entre os municípios da Região Metropolitana de Goiânia”; a Região do Nordeste Goiano, chamada de Nordeste Novo, tinha como meta “corrigir distorções e desequilíbrios da região, impulsionar o setor produtivo, gerar emprego e renda, melhorando a qualidade de vida da população”; a Região do Entorno do DF objetivava “atenuar os desequilíbrios regionais e desigualdades econômico-social da região; promovendo a expansão das atividades econômicas da Região com desenvolvimento sustentável, bem como promover o crescimento econômico com melhoria da qualidade de vida regional; já a Região do Nordeste Goiano tinha como meta “Implementar o desenvolvimento sustentável, com a redução

dos desequilíbrios regionais, e a melhoria das condições de vida da população da região.” (PPA 2000-2003).

Os municípios que fazem parte dessas regiões podem ser observados no quadro 06 e na figura 19 – Regiões de Planejamento de Goiás.

Quadro 06 – Municípios das Regiões de Planejamento de Goiás

Região de Planejamento	Municípios
Região Metropolitana de Goiânia	Abadia de Goiás; Aparecida de Goiânia; Aragoiânia; Bela Vista de Goiás; Bonfinópolis; Brazabranes; Caldazinha; Caturai; Goianópolis; Goiânia; Goianira; Guapó; Hidrolândia; Inhumas; Nerópolis; Nova Veneza; Santo Antônio de Goiás; Senador Canedo; Terezópolis de Goiás; Trindade.
Entorno de Brasília	Abadiânia; Água Fria de Goiás; Águas Lindas de Goiás; Alexânia; Cabeceiras; Cidade Ocidental; Cocalzinho de Goiás; Corumbá de Goiás; Cristalina; Formosa; Luziânia; Mimoso de Goiás; Novo Gama; Padre Bernardo; Pirenópolis; Planaltina; Santo Antônio do Descoberto; Valparaíso de Goiás; Vila Boa.
Nordeste Goiano	Alto Paraíso de Goiás; Alvorada do Norte; Buritinópolis; Campos Belos; Cavalcante; Colinas do Sul; Damianópolis; Divinópolis de Goiás; Flores de Goiás; Guarani de Goiás; Iaciara; Mambaí; Monte Alegre de Goiás; Nova Roma; Posse; São Domingos; São João D'Aliança; Simolândia; Sítio D'Abadia; Teresina de Goiás.
Norte Goiano	Alto Horizonte; Amaralina; Bonópolis; Campinaçu; Campinorte; Campos Verdes; Crixás; Estrela do Norte; Formoso; Mara Rosa; Minaçu; Montividiu

	do Norte; Mozarlândia; Mundo Novo; Mutunópolis; Niquelândia; Nova Crixás; Nova Iguaçu de Goiás; Novo Planalto; Porangatu; Santa Tereza de Goiás; Santa Terezinha de Goiás; São Miguel do Araguaia; Trombas; Uirapuru; Uruaçu.
--	---

Fonte: PPA 2000-2003

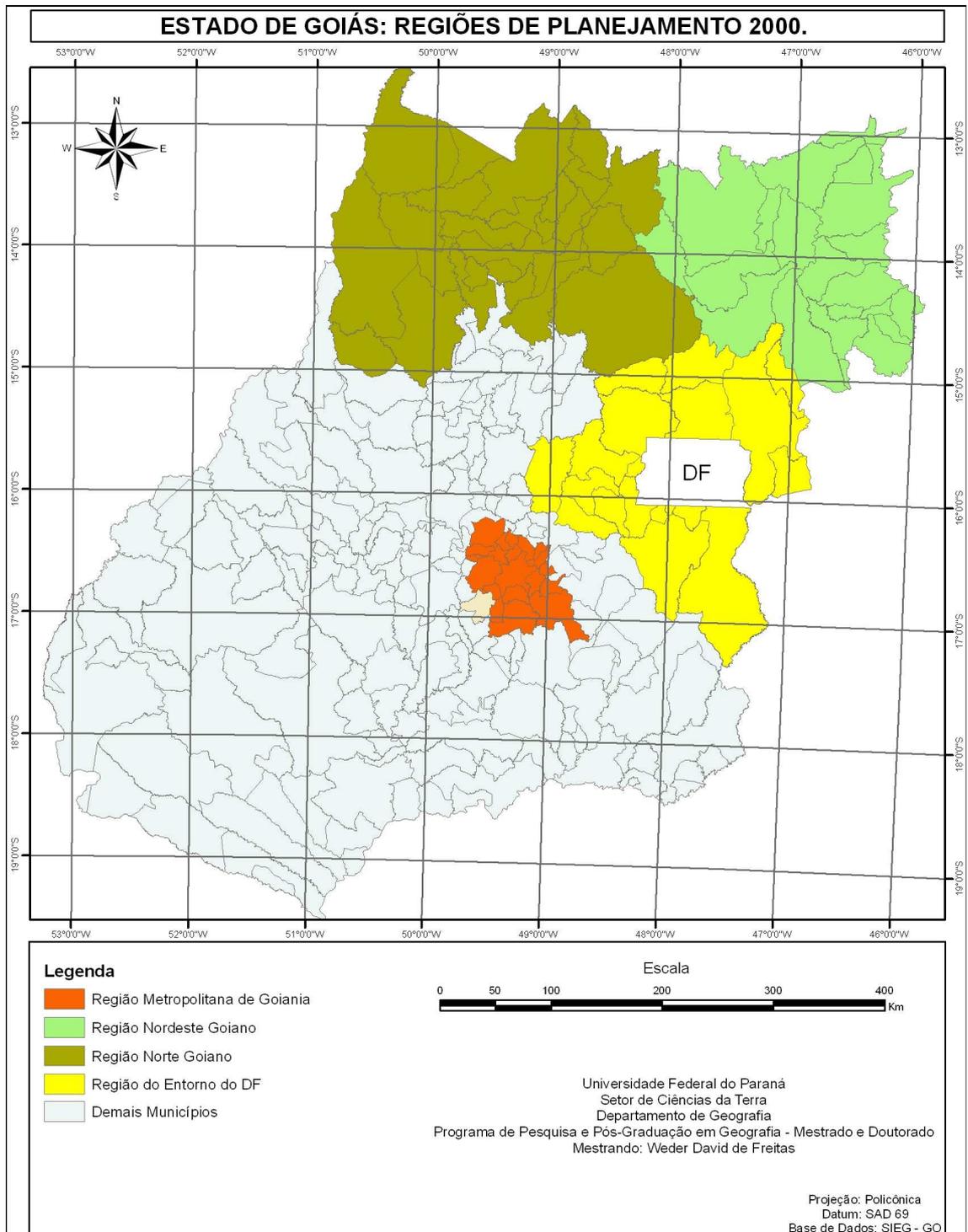


Figura 19

As quatro regiões definidas pelo documento podem ser caracterizadas pelos seguintes dados:

Tabela 05 – Dados das regiões de planejamento de Goiás

Região de Planejamento	Área (Km²)	Densidade Demográfica hab/km²	IDH-M (1991)	IDH-M (2000)
Região Metropolitana de Goiânia	7.397,203	272,14	0,664	0,745
Norte Goiano	59.553,224	4,92	0,623	0,718
Entorno do Distrito Federal	35.950,001	28,51	0,652	0,723
Nordeste Goiano	38.726,364	4,03	0,574	0,664

Fonte: PPA 2000-2003

De acordo com esses números, podemos entender que há duas regiões mais povoadas, uma extremamente ocupada, e outra com povoamento menor. – Região Metropolitana de Goiânia e Entorno de Brasília, respectivamente. Enquanto as duas outras possuem baixa densidade demográfica e também baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Os critérios para a regionalização desses municípios foram distintos. Enquanto a Região Metropolitana de Goiânia e o Entorno do Distrito Federal são regiões que existem por lei, as regiões Nordeste Goiano e Norte Goiano foram agrupadas de acordo com indicadores sociais. A legislação a seguir demonstra a instituição das duas regiões de planejamento criadas por leis complementares.

Lei estadual que cria a Região Metropolitana de Goiânia estabelece que,

Art. 1º Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia - GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º inciso I, alínea "a", e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goianira, Guapó,

Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. (LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 27, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999)

Lei Federal institui a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV, da Constituição Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

§ 1º A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no Estado de Minas Gerais. (LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 94, DE FEVEREIRO DE 1998)

Como pode ser percebido, existem algumas alterações com relação ao formato original das Regiões instituídas por lei e os municípios incorporados a elas. Isso se deve à data de criação de cada Região e as modificações ocorridas ao longo do tempo e o agrupamento de mais municípios a essas regiões.

As duas regiões criadas por lei são em distintas quando observados alguns indicadores sociais. A Região Metropolitana de Goiânia possui uma participação na arrecadação de ICMS no ano de 2000 de 58,47% do total do Estado e o IDH-M em 1991 de 0,664²³. Já a Região do Entorno de Brasília teve uma participação no ICMS de 2,27% do Estado e IDH-M de 1991 de 0,652.

Na Região Metropolitana de Goiânia, apesar do índice de IDH-M ser relativamente baixo, ele foi o 3º melhor de Goiás. Já a participação no ICMS é superior à metade do total goiano. Isso poderia descaracterizar uma intervenção do Estado nessa região, já que outras regiões necessitavam de maior interferência por parte do poder público. No entanto, pela urbanização e problemas estruturais causados pela alta densidade demográfica, pela falta de locomoção, entre outros, o Estado a inseriu como região prioritária para investimentos.

²³ Utiliza-se o índice de 1991, já que era o mais atual na elaboração do PPA 2000-2003.

Já a Região do Entorno de Brasília se caracteriza como uma área necessária de investimentos. Problemas de ordem social e econômica da população local necessitam de maior atenção por parte do poder público. A singularidade dessa região se deve a ela ser preocupação de dois níveis de governos, estadual e federal, por isso municípios de três Unidades Federativas são incorporadas nessa região. A gestão e administração devem, então, ser compartilhadas. Nesse sentido, o governo a institui como área de maior atenção para desenvolvimento de programas para alavancar a economia regional.

As regiões Norte Goiano e Nordeste Goiano são divisões elaboradas para uma política de desenvolvimento regional própria do Governo de Goiás. São observados dados estatísticos e a partir dessa realidade foram definidas as duas áreas a serem trabalhadas no PPA. As ações propostas para essas regiões ficaram assim resumidas:

Região Metropolitana: investimento principalmente em infra-estrutura de transporte, energia, educação, habitação e segurança;

Nordeste Goiano: regularização fundiária, irrigação, lavoura comunitária, instalação de subestações de energia elétrica, eletrificação rural, distribuição de kits sanitários, salário-escola, cesta básica de medicamentos, Consórcio municipal de saúde, entre outros.

Entorno de Brasília: Emergências para o entorno do DF e RIDE, Melhoria do sistema de transportes, ampliação do sistema energético, projeto de habitação popular, ordenamento espacial/fortalecimento institucional no Entorno do DF, Qualificação e capacitação, geração de empresas de emprego e renda, entre outras.

Norte Goiano: infra-estrutura de transporte, infra-estrutura de energia, habitação, desenvolvimento do turismo, preservação e conservação ambiental, desenvolvimento da agricultura e do agronegócio, desenvolvimento institucional, dentre outras.

Na verdade, apesar da preocupação evidente do governo com essas regiões, os planos de desenvolvimento não partiram de um diagnóstico e uma estratégia para minimizar os problemas encontrados. Para tanto, era necessário um órgão gerenciador e uma pauta de políticas públicas voltadas especificamente para isso. O que ocorreu foi a junção de planos setoriais de

determinados órgãos governamentais e a inclusão deles em políticas de desenvolvimento regional. O que é um problema até hoje nas políticas de desenvolvimento regional do Estado de Goiás. Retomaremos essa discussão quanto fomos analisar a atuação da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR).

Os indicadores para avaliação do documento são estabelecidos pelo próprio PPA 2000-2003.

Para aferição do nível de desenvolvimento do conjunto de programas, será desenvolvida metodologia para a elaboração dos seguintes macro-indicadores:

- IDSG – Indicador de Desenvolvimento Social de Goiás;
- IDEG – Indicador de Desenvolvimento Econômico de Goiás;
- IGSC – Indicador Geral de Satisfação do Cidadão;

Este último permitirá uma avaliação qualitativa, uma vez que deverá medir o grau de satisfação da sociedade quanto aos bens e serviços ofertados em cada programa, permitindo ao Governo reformulá-lo, quando necessário, adequando-o às reais necessidades da população (p. 21)

Para o cálculo dos indicadores IDS e IDE é utilizada a seguinte equação:

$$IDE = \sqrt[3]{INF \cdot IQMF \cdot IRMP} \quad IDS = \sqrt[4]{INS \cdot INE \cdot ISB \cdot IFRMF}$$

Onde, cada indicador do IDE indica:

INF – Indicador de infra-estrutura. O cálculo é realizado com base nas variáveis no consumo de energia elétrica para cada 1000 habitantes; no consumo médio de energia elétrica por estabelecimento comercial; estabelecimentos bancários para cada 1000 habitantes e; pelo número de estabelecimentos comerciais para cada 1000 habitantes.

IQMF – Indicador qualificação de mão-de-obra formal. É calculado de acordo com o grau de escolaridade dos trabalhadores formais e o total de trabalhadores e da população.

IRMP – Indicador de renda municipal per capita. Apresenta o PIB do município dividido pelo número de população.

Para o IDS, os indicadores são:

INS – Indicador do nível de saúde. Calculado através da média das seguintes variáveis: quantidade de doenças redutíveis por saneamento e vacinação para cada 100 mil habitantes; quantidade de óbitos por afecções mal

definidos para cada 1000 habitantes; número de médicos para cada 1000 habitantes; estabelecimentos de saúde para cada 1000 habitantes; cobertura de vacinação de indivíduo com menos de um ano e; leitos para cada 1000 habitantes

INE – Indicador do nível de educação. Leva em consideração: a frequência escola; taxa de distorção do ensino fundamental; taxa de distorção do ensino médio; alunos aprovados no ensino médio; alunos aprovados no ensino médio; taxa de evasão dos alunos do ensino fundamental; taxa de evasão dos alunos do ensino médio é; nível de formação dos professores.

ISB – Indicador da oferta de serviços básicos. As variáveis consideradas para este indicador são: número de consumidores de energia residencial; número de ligação de telefone fixo; população atendida por água e; população atendida por rede de esgoto.

IFRMF – Indicador da faixa de rendimento da mão-de-obra formal. Esse indicador é obtido com base na faixa de rendimento mensal, expresso em salários mínimos.

Também os órgãos do governo que trabalham com desenvolvimento regional utilizam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Esse indicador leva em considerações variáveis como: educação, longevidade e renda *per capita*. Ele varia de 0 a 1, sendo que 0 indica nenhum desenvolvimento e 1 desenvolvimento total. A divisão é assim estabelecida para esse índice: 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

De forma geral, são esses indicadores a serem levados em consideração para os programas do governo estadual. Isso pode ser observado também no segundo PPA elabora por Goiás.

O segundo plano plurianual da história de Goiás, na verdade não possui muitas mudanças em relação ao primeiro. Ele é, na verdade, uma continuidade do primeiro, salientando sempre que o planejamento governamental é de extrema relevância para a organização espacial da economia, bem como para dinamizar o crescimento e o desenvolvimento do estado. Para isso, as linhas gerais do novo documento continuam as mesmas, conforme mensagem do

governo do Estado para a Assembléia Legislativa, quando da ocasião da aprovação do PPA.

As linhas estratégicas do PPA 2004/2007 continuam sendo: Goiás competitivo e pólo econômico regional; Goiás cidadania com melhoria da qualidade de vida; Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado; Administração pública moderna e empreendedora e União política por Goiás. (GOIÁS, 2003)

Ainda há uma consciência de melhora do Estado e que o período do PPA anterior não foi suficiente para implantar todas as mudanças necessárias para Goiás. No entanto, é observado que o planejamento governamental está no caminho certo e que as ações até então desenvolvidas lograram êxito. Moraes (2005) identifica a seguinte situação com relação ao novo plano.

Com a reeleição de Marconi Ferreira Perillo Junior, o governo do estado apresenta para o quadriênio 2004-2007, um “novo” Plano plurianual intitulado Goiás no século XXI – avançar mais. Suas diretrizes são:

- Avançar com os Programas bem sucedidos no PPA 2000-2003, ampliando seus resultados;
- Avançar com empreendimentos inovadores em parceria com a iniciativa privada e a Sociedade Civil;
- Avançar com a integração com os Programas dos governos federais e municipais.

Como podemos observar, o PPA 2004-2007 não sugere nenhuma mudança nos rumos do Estado, constituindo-se, na realidade, uma continuidade do anterior.

Em se tratando das políticas de desenvolvimento regional, há apenas uma mudança na organização espacial do estado. Além das quatro regiões prioritárias de investimentos, aqui já mencionadas, é regionalizado todo o restante do Estado. O estado ficou com dez, ao invés de quatro regiões de planejamento. As quatro anteriores permanecem inalteradas, recebendo atenção maior que as demais. Ficam assim as regiões de planejamento de Goiás para o período do PPA 2004-2007. Veja a tabela e o mapa a seguir.

Quadro 07 - Regiões de planejamento de Goiás

REGIÕES	MUNICÍPIOS
<p align="center">Região Centro Goiano (Eixo BR - 153)</p>	<p>Anápolis, Barro Alto, Campo Limpo de Goiás, Carmo do Rio Verde, Ceres, Damolândia, Goianésia, Guarinos, Hidrolândia, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Jaraguá, Jesúpolis Morro Agudo de Goiás, Nova América, Nova Glória, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Petrolina, Pilar de Goiás, Rialma, Rianápolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, Santa Rosa de Goiás, São Francisco de Goiás, São Luiz do Norte, São Patrício, Taquaral de Goiás, Terezópolis de Goiás, Uruana, Vila Propício.</p>
<p align="center">Região Sul Goiano</p>	<p>Água Limpa, Alôandia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Cezarina, Cromínia, Edialina, Edéia, Goiatuba, Guapó, Inaciolândia, Indiara, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente, Varjão, Vicentenópolis.</p>
<p align="center">Região Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)</p>	<p>Anhangüera, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caldazinha, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Gameleira de Goiás, Goiandira, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, Nova Aurora, Orizona, Ovidor, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do</p>

	Passa Quatro, Silvânia, Três Ranchos, Urutaí, Vianópolis.
Região Sudoeste Goiano	Acreúna, Aparecida do Rio Doce, Aporé, Cachoeira Alta, Caçu, Castelândia, Chapadão do Céu, Gouvelândia, Itajá, Itarumã, Jataí, Lagoa Santa, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Paranaiguara, Perolândia, Portelândia, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra, São Simão, Serranópolis, Turvelândia.
Região Oeste Goiano (Eixo GO-060)	Adelândia, Americano do Brasil, Amarinópolis, Anicuns, Aragarças, Arenópolis, Aurilândia, Avelinópolis, Baliza, Bom Jesus de Goiás, Britânia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Caiapônia, Campestre de Goiás, Córrego do Ouro, Diorama, Doverlândia, Fazenda Nova, Firminópolis, Iporá, Israelândia, Itapirapuã, Ivolândia, Jandaia, Jaupassi, Jussara, Maiporá, Montes Claros de Goiás, Mossâmedes, Nazário, Novo Brasil, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, Piranhas, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Fé de Goiás, São João da Paraúna, São Luiz dos Montes Belos, Turvânia.
Região Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	Araçu, Araguapaz, Aruanã, Brazabrantes, Caturaí, Faina, Goiás, Guaraíta, Heitorá, Inhumas, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapuranga, Itauçu, Matrinchã.

Fonte: PPA 2004 - 2007

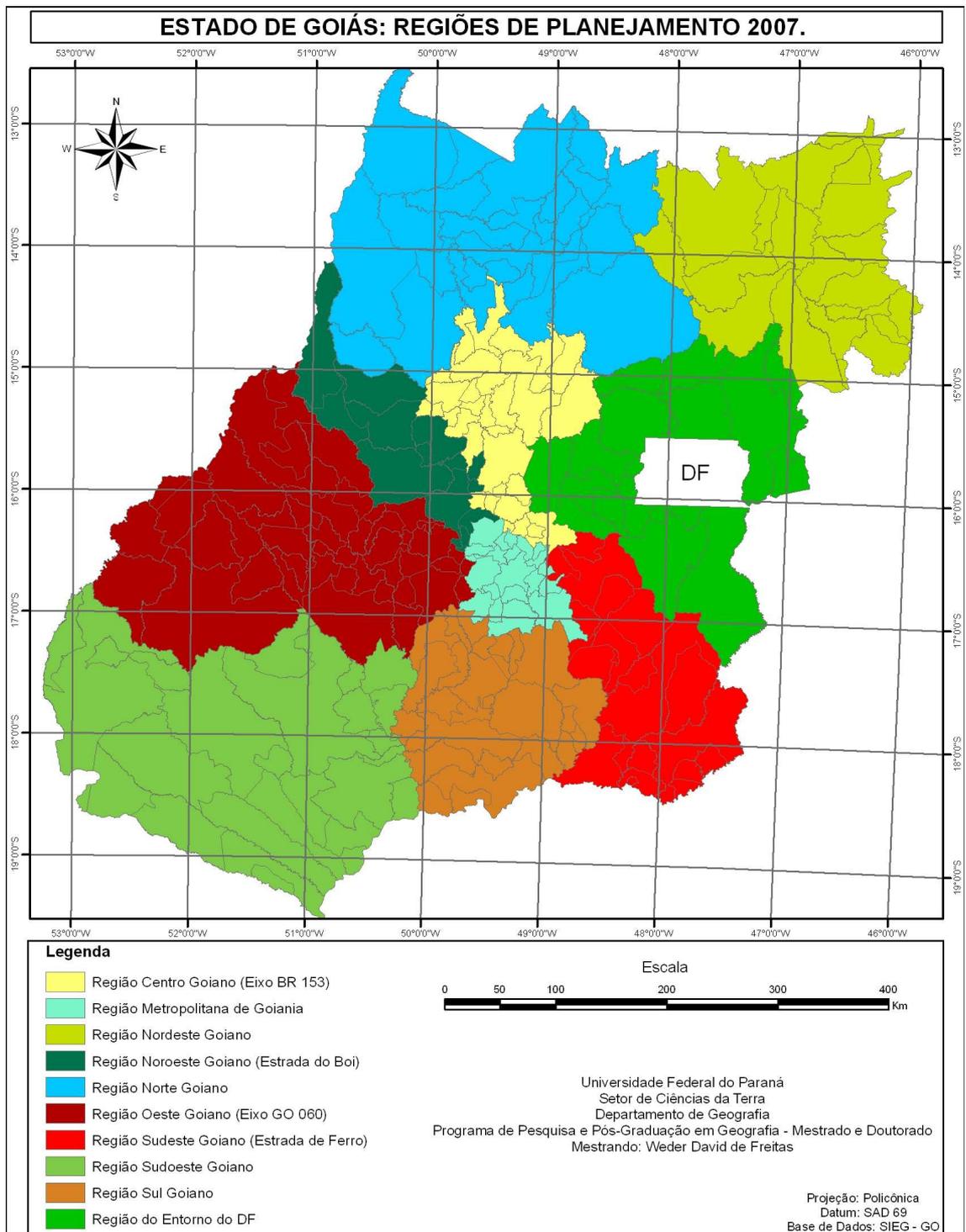


Figura 20

Apesar de regionalizar em dez regiões, o documento do Governo estabelece prioridades apenas para aquelas do PPA anterior, ou seja, Região Metropolitana, Região do Entorno de Brasília, Região Norte e Região Nordeste.

Na Região do Entorno do Distrito Federal é ressaltado o elevado índice de crescimento populacional ocorrido nos últimos anos, através da atração exercida pela capital federal. Esse contingente populacional gerou inúmeros problemas de ordem social para a região e, segundo o documento, é necessário uma atuação do poder público para minimizar esses problemas, tanto na esfera estadual como municipal. Goiás, para essa região, tem como política: o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL, cujo objetivo é possibilitar ao Governo do Estado de Goiás conduzir o crescimento harmônico e equilibrado da região com qualidade de vida para todos, articulando parcerias com a União e o Distrito federal com o objetivo de ampliar investimentos nos municípios do entorno de Brasília.

Para o Nordeste, a visão é a de que a região é deprimida economicamente e carece de investimentos em infra-estrutura básica, como energia elétrica. Também é reconhecido um problema na questão fundiária que deve ser solucionado, além de ser diagnosticado pouco desenvolvimento industrial. No entanto, o documento salienta o potencial do agronegócio e do turismo. Nesse sentido, o PROGRAMA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE GOIANO - NORDESTE NOVO tem o seguinte objetivo: corrigir as distorções e os desequilíbrios da região, integrando-a às demais regiões do Estado, impulsionando o setor produtivo e visando o aproveitamento das potencialidades existentes, a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população.

A Região Metropolitana de Goiânia é vista como uma das regiões de aglomeração urbana mais relevantes do país, com grande potencial de desenvolvimento. Também reconhecida como um dos grandes pólos econômicos da região Centro Oeste, exercendo uma polarização em diversas áreas. Toda essa dinâmica econômica e demográfica acarretou graves problemas na estrutura social da capital goiana e de sua região de influência, causando conflitos de toda ordem. Nesse sentido, o documento ressalta a importância do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de

Goiânia e o seu papel na coordenação e implementação de acordos entre instituições públicas e privadas. Por isso, o PROGRAMA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA tem como objetivo: Dotar o Governo do Estado de instrumentos adequados para a implementação de sua política de desenvolvimento urbano e regional para a RMG, promovendo junto as Administrações Municipais, aos agentes e atores políticos e à sociedade civil organizada, o desenvolvimento econômico sustentável de forma planejada, integrada e principalmente voltado à cidadania e melhoria da qualidade de vida da população metropolitana.

O Norte de Goiás é caracterizado como uma área que possui condições favoráveis para um desenvolvimento longo e sustentável. Isso devido à sua posição geográfica privilegiada, denominada de “zona de fronteira econômica”, em que situa grandes eixos de integração como a BR-153, a GO 164 e a Estrada do Boi. Também nessa região há, em perspectiva, a consolidação da Ferrovia Norte-Sul e a rede de transporte multimodal. A mineração e o turismo não são esquecidos. O primeiro com grande potencial de exploração e o segundo com possível vocação a ser explorado. Dessa forma o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE GOIANO possui o seguinte objetivo: O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano tem como objetivo corrigir as distorções e os desequilíbrios da região, integrando-a as demais regiões do Estado, impulsionando o setor produtivo visando o aproveitamento das potencialidades existentes, a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população.

Para avaliação do PPA 2004 – 2007 ficam estabelecidos os seguintes indicadores:

Para melhor gerenciamento, acompanhamento e avaliação dos programas o Sistema de Informações Gerenciais – Controladoria – foi remodelado para versão 2.

Para aferição do nível de desempenho do conjunto dos programas, serão calculados os seguintes macro-indicadores:

- a) IDS – Índice de Desenvolvimento Social;
- b) IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico;
- c) Avaliação qualitativa do grau de satisfação da sociedade.

Os indicadores de avaliação do programa continuam iguais, mesmo sendo difícil medir o grau de satisfação da sociedade. Por isso, os dois primeiros, IDS e IDE, podem melhor serem visualizados, bem como o IDH – M.

Por isso, para uma exposição e caracterização dessas regiões é necessário utilizar tais indicadores.

3.2 Os órgãos de Planejamento de Goiás

O planejamento regional em Goiás está, nos dias atuais, em reestruturação. Apenas no ano 2000 é que se voltou a pensar em ações dirigidas para a população regionalmente. O tempo ainda é de estudo e análise de planos e programas, bem como de definição metodológica de ação. Por isso, uma avaliação mais precisa de tais políticas é um tanto quanto complicado, mas a avaliação é necessária para um pensar e principalmente um repensar a atuação do Estado a nível regional.

Podemos considerar o Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (INDUR) como o primeiro órgão ligado ao desenvolvimento regional do Estado. A sua atuação se deu na época em que houve a maior preocupação com o desenvolvimento regional em Goiás. Isso foi relatado em entrevista realizada com a Superintendente de Planejamento e Desenvolvimento da Secretária do Planejamento do Estado de Goiás, Sulamita de Aquino Porto Mello e Cunha.

Nos dias atuais existem dois órgãos do Governo Estadual que têm o papel de pensar e desenvolver programas e metodologias para o desenvolvimento regional em Goiás. São eles: a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) e a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR). Esse segundo órgão é uma autarquia ligada ao primeiro, pois, na verdade, a AGDR é o braço executor dos programas elaborados pela SEPLAN. No entanto, o fortalecimento da AGDR é essencial para diminuir as disparidades regionais do território goiano.

A SEPLAN é um órgão com caráter planejador das ações do estado. Por isso, existem diversas atribuições e competências para ela. O formato atual da Secretaria é datado de 1999, ano em que assume o governo o então governador Marconi Perillo Junior. Houve algumas pequenas modificações desde então, mas nada muito significativo. O decreto que estrutura esse órgão é o Decreto n.º 4.990 de 01 de janeiro de 1999, referendado pela Lei n.º 13.456 de 16 abril de 1999.

Antes dessa estruturação, existia a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. Mas, na verdade, não possuía nenhuma política específica para as regiões do Estado. Isso pode ser percebido nas atribuições que essa Secretaria possui.

1. coordenar as atividades de planejamento governamental, mediante orientação normativa metodológica e técnica às Secretarias de Estado, na concepção e no desenvolvimento das respectivas programações;
2. promover o controle, o acompanhamento e avaliação sistemática do desempenho das Secretarias na consecução dos objetivos consubstanciados em seus planos, programas e orçamentos;
3. coordenar a elaboração orçamentária das Secretarias e o desdobramento dos planos de longa duração e etapas anuais e sua consolidação no Orçamento do Estado;
4. efetivar pesquisa de dados e informações técnicas, sua consolidação e divulgação sistemática entre as secretarias e demais órgãos;
5. promover ações no sentido de ampliar e melhorar as atividades de mineração e os sistemas de energia e telecomunicações, de acordo com os planos do Governo e as necessidades do Estado;
6. outras atividades correlatas; (Lei n.º 11.655 de 26 de dezembro de 1991)

Pode-se perceber que, apesar de ter em seu nome a expressão “desenvolvimento regional”, não há uma preocupação em suas atribuições em promover a diminuição das desigualdades regionais. O que fica claro é que esse órgão tem atribuição de planejar, articular e coordenar programas e pesquisas que envolvam vários outros órgãos. Mas não há nada de específico de planejamento e desenvolvimento regional.

Assim, como já foi dito antes, a verdadeira preocupação com o desenvolvimento regional de Goiás só pode ser percebido no fim da década de 1990, seguindo um padrão nacional de volta à discussão das regiões brasileiras, na segunda metade da década anterior. Assim, a SEPLAN é o organismo do Estado que, por excelência, tem o objetivo de discutir tais assuntos. Numa visão mais administrativa e empresarial do então governador, essa secretaria possui a seguinte missão e visão para a execução de seus programas:

MISSÃO:

Planejar, coordenar e executar políticas de governo, atraindo investimentos e induzindo o desenvolvimento sustentável e institucional de Goiás.

VISÃO:

Ser uma organização de excelência no planejamento, coordenação e suporte das políticas públicas e indutora do desenvolvimento sustentável de Goiás. (AGDR, 2009)

Na estrutura organizacional da secretaria, há uma superintendência que cuida de assuntos ligados ao planejamento e ao desenvolvimento. É nessa pasta que são elaborados os planos de desenvolvimento regional do Estado de Goiás, através de suas gerências. Isso pode ser percebido no organograma da SEPLAN.

Em entrevista realizada com a superintendente, a socióloga Sulamita de Aquino, relata a seguinte situação do planejamento regional em Goiás:

Ela considera a época do Indur (Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional de Goiás) o período que houve maior preocupação com desenvolvimento regional de Goiás, isso no governo de Irapuã Costa Junior. Nessa época o estudo das regiões era definido pelas regiões estabelecidas pelo IBGE. Posteriormente houve um abandono dos estudos regionais, assim como no Brasil a preocupação com a questão regional volta na segunda metade dos anos 1990 com o presidente Fernando Henrique. Nesse sentido o Estado de Goiás também se preocupa em elaborar planos de desenvolvimento regional, sempre em consonância com o governo federal.

A superintendente salienta que no final da década anterior, volta a preocupação com o planejamento regional em Goiás sendo o PPA 2000-2003 o primeiro documento a dar importância para a região, inclusive para a distribuição financeira de recursos. Nesse período foram estabelecidas quatro regiões, chamadas de regiões de planejamento: Norte, Nordeste, Entorno do Distrito Federal e Região Metropolitana de Goiânia.

Essas regiões que no primeiro PPA eram apenas quatro foram alteradas para dez, segundo a socióloga, preferiu-se mapear todo o território goiano, no entanto as regiões prioritárias para investimentos públicos continuaram as mesmas.

Não houve nenhuma mudança de municípios nas regiões de planejamento de acordo com a superintendente. A não ser aquelas mudanças ocorridas por lei na Região Metropolitana de Goiana.

Sobre a volta da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, ela é otimista. “Acreditamos que a Sudeco vai ser um avanço para

Goiás. Por ser um órgão específico cuidando das questões regionais”. No entanto, o papel primordial para a superintendência é a melhora de captação de recursos para o Estado de Goiás, já que não se deve mudar as políticas de desenvolvimento regional do governo goiano e nem alterar as regiões de planejamento já instituídas.

Para finalizar, Sulamita esclarece que questão de desenvolvimento regional não está bem resolvida em Goiás. A alternativa é o fortalecimento de órgãos, como a SEPLAN E A AGDR.,

Outro órgão que está ligado ao desenvolvimento regional em Goiás é a AGDR. Como ressaltado anteriormente, essa Agência está vinculada a Secretária de Planejamento, sendo um braço executor das políticas adotadas pelo governo estadual e dos programas elaborados pela SEPLAN. A definição que esta recebe é:

A AGDR é uma entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com o objetivo central de reduzir as desigualdades intra e inter-regionais do Estado de Goiás. (AGDR, 1999, p. 01)

Tem como competência, de acordo com o seu Regimento Interno,

Art. 2º À Agência Goiana de Desenvolvimento Regional compete:

I – executar as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social no entorno do Distrito Federal;

II - executar as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social nas Regiões Norte e Nordeste do Estado de Goiás;

III - executar as políticas estaduais de desenvolvimento urbano no Estado;

IV – executar programas especiais definidos pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento;

V – prestar serviço de elaboração de projetos de desenvolvimento econômico e social a órgãos e entes da administração pública Estadual, a Municípios e a pessoas físicas e jurídicas de direito privado;

VI – prestar serviço de consultoria e acompanhamento da implantação de projetos a órgãos e entes da administração pública Estadual, a Municípios e a pessoas físicas e jurídicas de direito privado;

VII – Desempenhar outras atividades correlatas;

Parágrafo Único. Os serviços prestados pela AGDR, na forma ligada nesse artigo poderão ser remunerados pelos órgãos, entes e pessoas beneficiadas. (AGDR, 1999, p. 01)

Nota-se que a Agência, desde sua criação, já elege as áreas predominantes de atuação, como exposto no seu regimento interno, citado acima. Quando demonstram suas competências, a execução de políticas no entorno do Distrito Federal e nas Regiões Norte e Nordeste de Goiás, já há uma delimitação com relação às localidades prioritárias para investimento. São aquelas mesmas do PPA 2000-2003. Desconsiderando apenas a Região Metropolitana de Goiânia, que pelos indicadores sociais não se encaixa em uma região prioritária de investimento. É preciso ver mais a fundo as ações desenvolvidas nessas regiões de intervenção prioritárias da Agência.

Duas das Regiões de Planejamento possuem ações iguais para serem desenvolvidas, que são: apoiar a Formação e a Gestão de Consórcios Intermunicipais no Norte e Nordeste Goiano; Elaboração e Execução de Projetos de Desenvolvimento Regional no Nordeste e Norte Goiano e; Implantação de Infra-estrutura no Nordeste e Norte Goiano.

Essas ações foram desenvolvidas de forma semelhante nas duas regiões, mas com programas diferentes, já que a intenção do desenvolvimento regional elaborada por essa Agência é o de fortalecer as potencialidades locais, além de melhorar a infra-estrutura dos municípios pertencentes a essas regiões. O objetivo do programa para o Desenvolvimento da Região Norte tem a seguinte estratégia.

Uma das estratégias que contemplam o Plano Estratégico do Governo de Goiás é propiciar um desenvolvimento espacial e ambiental integrado e sustentado tendo como meta a integração das regiões do Estado e de reduzir suas desigualdades. Uma das regiões do Estado contempladas com esse Programa é a Região Norte de Goiás, devido aos desequilíbrios sócio-econômicos dessa região. Assim a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano, visa alterar seu perfil sócio-econômico de forma integrada e permanente, com indução a novos investimentos, gerando um aumento na renda da região e uma melhor qualidade de vida de sua população utilizando as suas potencialidades regionais em termos de bens, riquezas, produtos e recursos naturais locais, como elementos construtivos desse processo procurando o tratamento e a gestão de seus entraves com a execução de projetos específicos e a projeção de suas potencialidades as quais reunirão perspectivas mais imediatas de desenvolvimento e competitividade, inserindo assim a Região Norte dentro da estratégia governamental de promover o desenvolvimento harmônico e equilibrado. (AGDR, 2009)

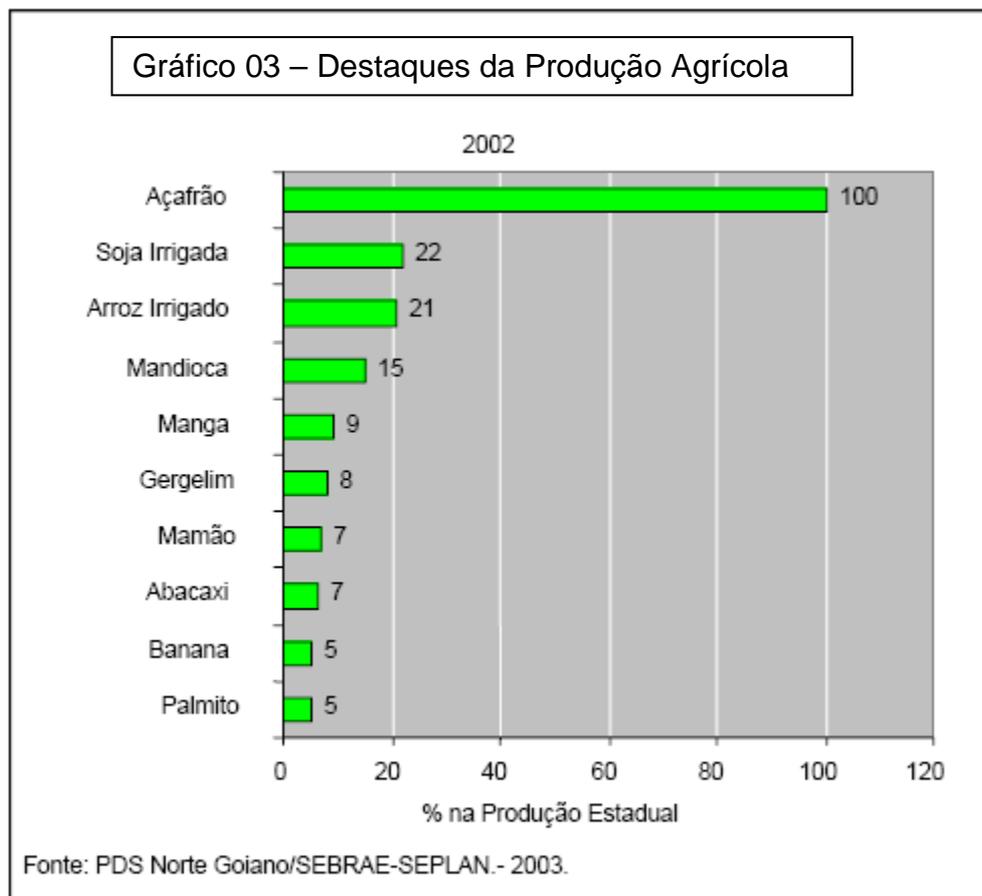
As ações desenvolvidas na região de planejamento Norte dentro da formação de Consórcios Intermunicipais têm a seguinte intenção:

Esta ação tem importância estratégica na execução de projetos de desenvolvimento para o norte de Goiás, pois a sociedade passa a contar com um instrumento com personalidade jurídica para potencializar o desenvolvimento dos municípios da região, cabendo à Agência Goiana de Desenvolvimento Regional - AGDR auxiliar, propor e executar ações que possam impactar positivamente no processo de crescimento sustentável da região. (AGDR, 2009)

Foram, a partir dessa ação, criados dois programas: o apoio à formação do CONÁGUA – Consórcio Intermunicipal de Usuários de Recursos Hídricos para Gestão Ambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins, no município de Colinas do Sul, e o Projeto de Processamento e Comercialização.

Desses dois, aquele em que houve maior inserção e participação da Agência foi o processamento de açafração. Participaram na forma de Consórcio Intermunicipal os municípios de Alto Horizonte, Amaralina, Estrela do Norte e Mara Rosa. Nesse programa, houve um investimento de R\$ 157.000,00 sendo R\$ 87.358,00 em equipamentos e R\$ 70.142,00 em edificações. Os recursos para a implantação do projeto foram destinados em sua maioria pelo PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (aporte de R\$ 150.000,00) e o restante em contrapartida municipal. Foram envolvidos inúmeros parceiros nas diversas esferas públicas: Agência Goiana de Desenvolvimento Regional, Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, Organização de Produtores, Prefeitura Municipal de Mara Rosa, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – GO, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE GO, Universidade Federal de Goiás - Escola de Agronomia.

No gráfico - 03, podemos notar a grande participação do açafração na produção agrícola da região, e por isso é relevante a preocupação com um desenvolvimento partindo desse produto.



A proposta para o desenvolvimento desse produto se pauta na seguinte expectativa:

A proposta da Unidade de Processamento e Comercialização de Açafraão trará um alento para a comunidade do Norte Goiano que, face ao processo de exclusão social, não encontra alternativas de sobrevivência. Para a comunidade em questão, a possibilidade de inserção em uma cadeia produtiva aos moldes da cadeia produtiva do açafraão, ultrapassa a razão financeira. Não só constitui uma oportunidade de sobreviver, como talvez seja o último esteio de uma sociedade para a qual não houve condições de modernizar suas relações sociais de produção.(AGDR, 2009)

Dentro da ação “Elaboração e Execução de Projetos de Desenvolvimento Regional”, foram realizados os seguintes projetos: Planejamento Estratégico da Rede Goiana – Arranjo Produtivo Local do Mel do Norte Goiano; Planejamento Estratégico da Rede Goiana – Arranjo Produtivo

Local do Açafirão de Mara Rosa e Região; Apoio à implantação do Programa Brasil-Sorridente e; Distribuição de kit de medicamento para a Farmácia Básica Popular.

Podemos destacar, nessas ações, o caráter diferente das escalas dos programas. São projetos de intervenção tanto do governo federal quanto do estadual. Dois deles, o Brasil-Sorridente, elaborado pelo Ministério da Saúde, e a Farmácia Básica Popular, formalizado pela IQUEGO (Indústria Química do Estado de Goiás S/A), são exemplos dos diversos programas executados pela AGDR. Mais adiante, essa forma de planejamento e execução de projetos será vista com mais detalhes. Agora, é importante destacar as ações desenvolvidas em outras regiões de planejamento. Para a região de planejamento Nordeste a estratégia é:

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano – Nordeste Novo – é uma estratégia de atuação do Governo de Goiás para promover, em parceria com as prefeituras, o desenvolvimento dos municípios que integram o nordeste do Estado, dotando-os de recursos e apoio técnico para o crescimento harmônico e equilibrado. Baseia-se em 05 eixos estruturantes: Infra-estrutura econômica e urbana: realização de investimentos em transportes e energia e em obras de desenvolvimento urbano;

1. Infra-estrutura fundiária: promoção da regularização fundiária, permitindo aos produtores o acesso a financiamentos;
2. Incremento da produção agropecuária e turismo: implantação de projetos de irrigação e investimentos direcionados para o desenvolvimento do turismo;
3. Infra-estrutura social: promoção da qualidade de vida da população através de investimentos em saúde, educação, saneamento, habitação, promoção social e geração de emprego e renda;
4. Institucional: desenvolvimento do Programa e gerenciamento do FUNDESTE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste Goiano). (AGDR, 2009)

Dentro da ação para o apoio à implantação de Consórcios Intermunicipais, o programa Nordeste Novo estabelece que,

Esta ação tem importância estratégica na execução de projetos de desenvolvimento para o nordeste de Goiás, pois a sociedade passa a contar com um instrumento com personalidade jurídica para potencializar o desenvolvimento dos municípios da região, cabendo à Agência Goiana de Desenvolvimento Regional - AGDR auxiliar, propor e executar ações que possam impactar positivamente no processo de crescimento sustentável da região. (AGDR, 2009)

Ou seja, é a mesma estratégia para a região norte do Estado, o que muda são os consórcios, a serem apoiados para a sua implantação. São os seguintes Consórcios Intermunicipais para a implantação: Formação do CONÁGUA Alto Tocantins, Formação do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD Chapada dos Veadeiros, Formação do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD Vão do Paranã e Formação do Consórcio Intermunicipal KALUNGA. Repete-se aqui, também, o CONÁGUA, já que o Rio Tocantins passa tanto por municípios da Região Norte quanto da Nordeste.

Na “Elaboração e Execução de Projetos de Desenvolvimento Regional”, a Agência tem os seguintes projetos: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, Planejamento Estratégico do Município de Monte Alegre de Goiás, Planejamento Estratégico do Município de São João D’Aliança, Apoio à implantação do Programa Brasil-Sorridente nas seguintes localidades: Alto Paraíso de Goiás, Colinas do Sul, Divinópolis de Goiás, Guarani de Goiás, Monte Alegre de Goiás e Vila Boa, Elaboração de projeto de reforma das *Casas de Passagem Kalunga*.

Aqui, podemos destacar o programa em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, que tem como objetivo, segundo a AGDR, “combater a pobreza das populações rurais da região Nordeste do Estado de Goiás, através de um processo de maior eficiência, eficácia e efetividade das ações nas comunidades, propiciando melhores condições de vida como instrumento de resgate da cidadania e de desenvolvimento socioeconômico” (AGDR, 2009). Envolveu nesse programa uma série de parceiros, todos da esfera estadual da administração pública. Os municípios envolvidos foram: Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D’Aliança, Simolândia, Sítio d’Abadia, Teresina de Goiás. Esse programa teve como objetivos específicos:

- Possibilitar a mobilização social como instrumento de organização coletiva das comunidades rurais para que possam se desenvolver de forma sustentável;
- Aumentar o capital social, favorecendo a sustentabilidade social,

econômica e ambiental;

- Capacitar a comunidade de modo a potencializar e otimizar os recursos humanos, materiais e financeiros. (AGDR, 2009)

Assim, como no Norte, o Nordeste possui também uma estratégia de investimento que salta a escala do governo goiano. Parcerias com institutos internacionais também são realizadas. A ação de infra-estrutura para o Nordeste possui o seguinte objetivo para essa política.

A ação compreende a elaboração e a implantação de políticas públicas voltadas para proporcionar infra-estrutura adequada para a região nordeste do Estado de Goiás. A ação se desenvolve através de projetos de asfaltamento de rodovias estaduais, da construção de balizamentos noturnos e do acompanhamento, fiscalização e providências relativas ao meio ambiente da região.

Destaca-se o programa de asfaltamento da GO-238 e a implantação da Estrada que liga os municípios de Alto Paraíso e Colinas do Sul, a GO – 239. Esse projeto de infra-estrutura teve a parceria de três órgãos do governo estadual – AGDR, AGETOP (Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas) e a SEPLAN.

Esses foram basicamente os programas desenvolvidos pela Agência nas Regiões de Planejamento Norte e Nordeste. As ações e os objetivos são bem parecidos. Outros dois programas, também incluídos no regimento interno da AGDR, tiveram ações próprias. O programa do entorno do Distrito Federal, também chamado de Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do DF, preocupa-se em dar dinamicidade econômica e promover a diminuição dos problemas sociais daquela região. Conforme exposto em seu objetivo.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do DF - *Cidadania no Entorno* - visa desenvolver estudos regionais, que possam contemplar as seguintes características e especificidades: dotar o Governo do Estado de Goiás de instrumentos, que possibilitem o Planejamento e o Desenvolvimento da Região, apoiado em Eixos Estratégicos de Desenvolvimento Regionais que definam as potencialidades, e identifiquem as cadeias produtivas, os obstáculos e as restrições existentes, definindo Ações imediatas e Ações Estruturantes de médio e longo prazos, que possam se inserir nos Macros Eixos de Integração Nacionais; e possibilitar ao Governo do Estado de Goiás, o traçado de uma nova fisionomia para a Região, através de um Programa que possibilite atenuar e corrigir as desigualdades econômico sociais existentes, reduzir as pressões antrópicas, e possibilitar o crescimento harmônico e equilibrado da Região com qualidade de vida para todos. (AGDR, 2009)

Para cumprir esses objetivos, o programa se pauta nas seguintes ações: Apoiar a Formação e a Gestão de Consórcios Intermunicipais no Entorno do DF, Asfaltamento de Vias de Transporte Coletivo, Elaboração e Execução de Projetos de Desenvolvimento Regional no Entorno do DF, Geração de Emprego e Renda Através de Capacitação Profissional, Implantação de Infraestrutura no Entorno do DF.

Dessas ações, podemos destacar a elaboração de projetos de desenvolvimento regional no entorno do DF, três projetos: Telecentro Comunitário, Projeto Confecção e Artesanato, Projeto Cerâmica. Esses projetos, de acordo com a AGDR visam o crescimento sustentável da região do Entorno do Distrito Federal, já que são projetos que geram trabalho e renda para as comunidades residentes naquela localidade.

O Telecentro Comunitário tem por objetivo preparar os cidadãos das comunidades excluídas para as tecnologias da informação e comunicação. Ou seja, é um programa de capacitação profissional. Para realização desses programas, foram necessárias parcerias com órgãos de diversas esferas de governo: nacional através do Banco do Brasil, do Ministério das Comunicações e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; estadual, com a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional e; municipal pelas prefeituras beneficiadas com o programa.

O programa de Confecção e Artesanato tem como concedente o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Esse programa tem por objetivo capacitar profissionais locais para montar oficinas de artesanato e confecção através de cooperativas. O custo total foi de R\$ 492.360,00, sendo que o Ministério custeou R\$ 442.360,00 e o restante ficou por conta dos proponentes.

O projeto Cerâmica, também tem como concedente o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. O objetivo é gerar trabalho e renda através de produtos cerâmicos e também produzir mudas de eucalipto. O valor total de investimento nesse projeto foi de R\$ 746.233,17, sendo assim distribuídos os recursos: União R\$ 510.000,00, Estado R\$ 74.233,75 e Prefeitura R\$ 162.000,00.

Essas ações no Entorno do Distrito Federal propiciou uma nova porta para o trabalho e renda, mesmo que incipiente. Também obteve investimento

de todas as esferas governamentais, o que não é de se espantar, afinal essa região está no entorno da Capital Federal, o que por si só já merecia uma atenção especial.

Outro programa da Agência, também inserido no regimento interno, é o de Desenvolvimento Urbanístico. Nesse programa, não há uma definição de uma área a ser priorizada, mas sim o problema a ser solucionado, o que difere totalmente de um programa de desenvolvimento regional, pois não há uma identificação do espaço a sofrer interferência e sim do fenômeno para ser modificado. Dessa forma, o objetivo desse programa é:

O Programa de Desenvolvimento Local e Urbanístico tem como objetivo implementar a política urbana nos municípios das regiões prioritárias considerando a especificidade de cada região, pólo de desenvolvimento e centros locais; através de ações estratégicas de execução de políticas urbanas baseadas em Planos Diretores, diretrizes e legislação urbanísticas, apoio e acompanhamento de cadastros técnicos municipais e obras de ação urbana. (AGDR, 2009)

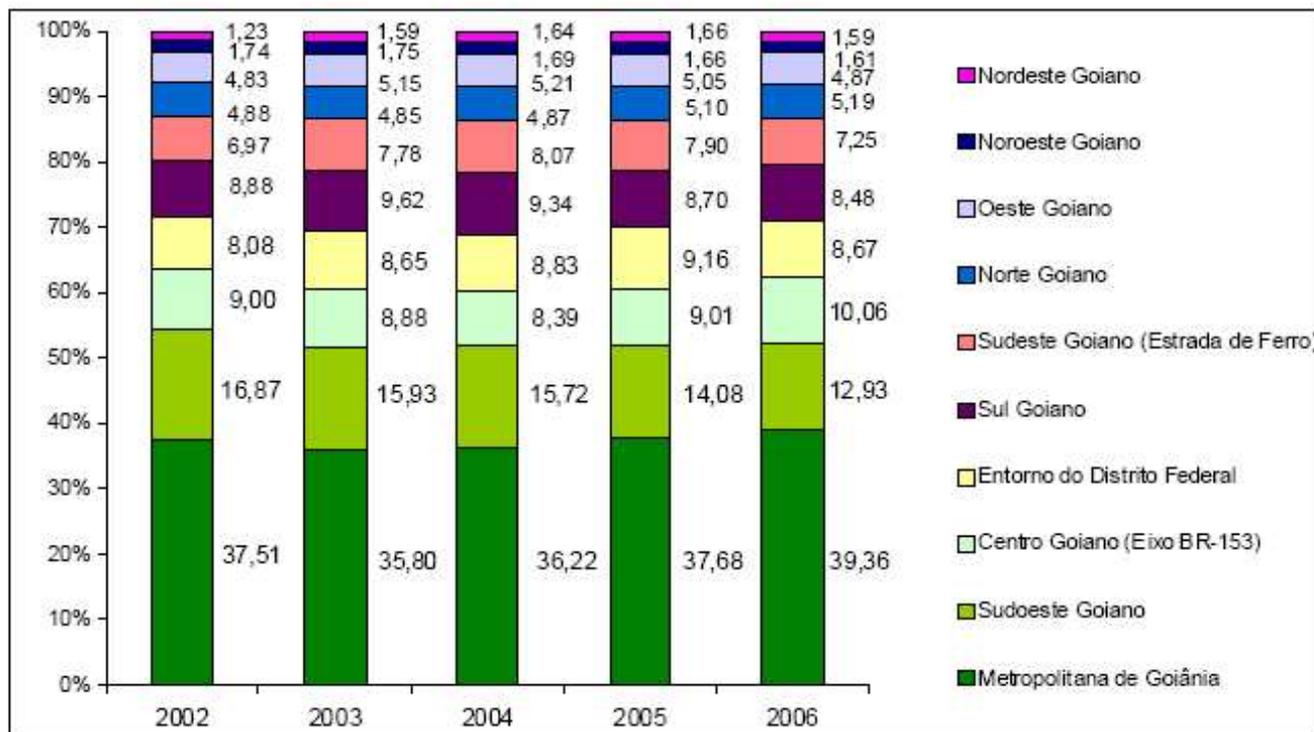
As ações desenvolvidas nesse programas são: Implementação e Sustentabilidade do Programa, Obras de Ação Urbana, Projetos Especiais. Na ação de obras urbanas, o objetivo é a realização de obras para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da população do Estado de Goiás. As obras de ação urbana são imprescindíveis para os municípios das regiões norte, nordeste e entorno do Distrito Federal. Apesar de não definir uma região para a realização dos projetos, essa ação ainda é direcionada para as três regiões de Planejamento definidas. Assim, são definidas as ações de desenvolvimento urbanístico promovidos pela Agência.

Lagos urbanizados, com tratamento paisagístico, pistas de caminhada, recantos, locais de convivência e mostras culturais, que proporcionem a melhoria da qualidade nos esportes, na cultura e no lazer, são exemplos de obras de ação urbana e de meio sadio de promover a cidadania. Centros de atendimento ao turista e ao artesão, praças de vaquejada, centros populares de comercialização, praias e balneários urbanizados, praças e paisagismo urbano, tudo isso, o Estado vem fazendo por meio da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) e da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR). Já são vários municípios atendidos com esses benefícios, entre eles Alto Paraíso, Colinas do Sul, Iaciara, Nova Roma, Alvorada do Norte, Monte Alegre, Simolândia, São Domingos, Guarani de Goiás, Cavalcante, Crixás, Cidade Ocidental, Alexânia, Divinópolis e Cidade de Goiás.

Esses programas visam, de forma geral, como a Agência vem atuando, para diminuir as disparidades regionais. Isso ocorre pelos diversos programas que ela desenvolve ou gerencia nas três regiões prioritárias para investimentos: Norte, Nordeste e Entorno de Brasília. De forma geral são programas de impacto pontual no território.

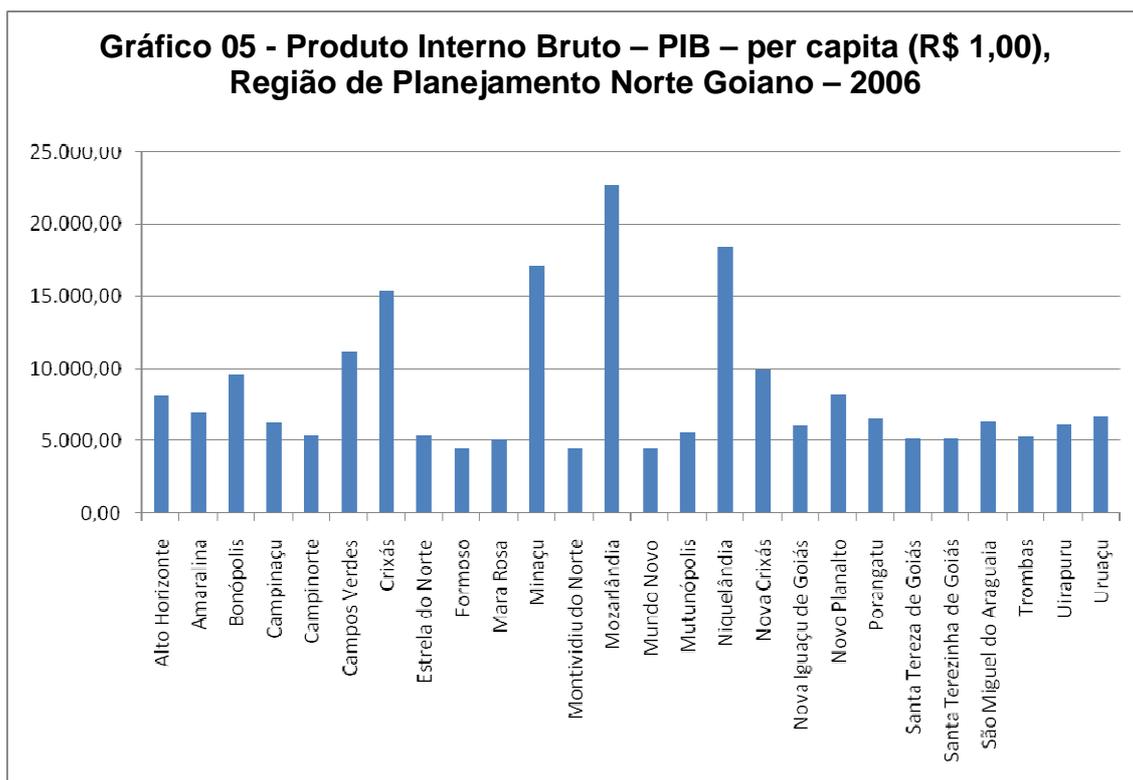
Se observarmos os anexos 01, 02 e 03 percebemos que o PIB *per capita* das cidades pertencentes as regiões de planejamento do Norte, do Nordeste e do Entorno do Distrito Federal tiveram crescimento no período de 1999 a 2006. Entretanto quanto analisarmos o gráfico - 04 verificamos que essas três regiões possuem pouca participação no Produto Interno Bruto de Goiás, cerca de 15%.

Gráfico 04 – Participação das Regiões de Planejamento no PIB – Goiás – 2002 - 2006



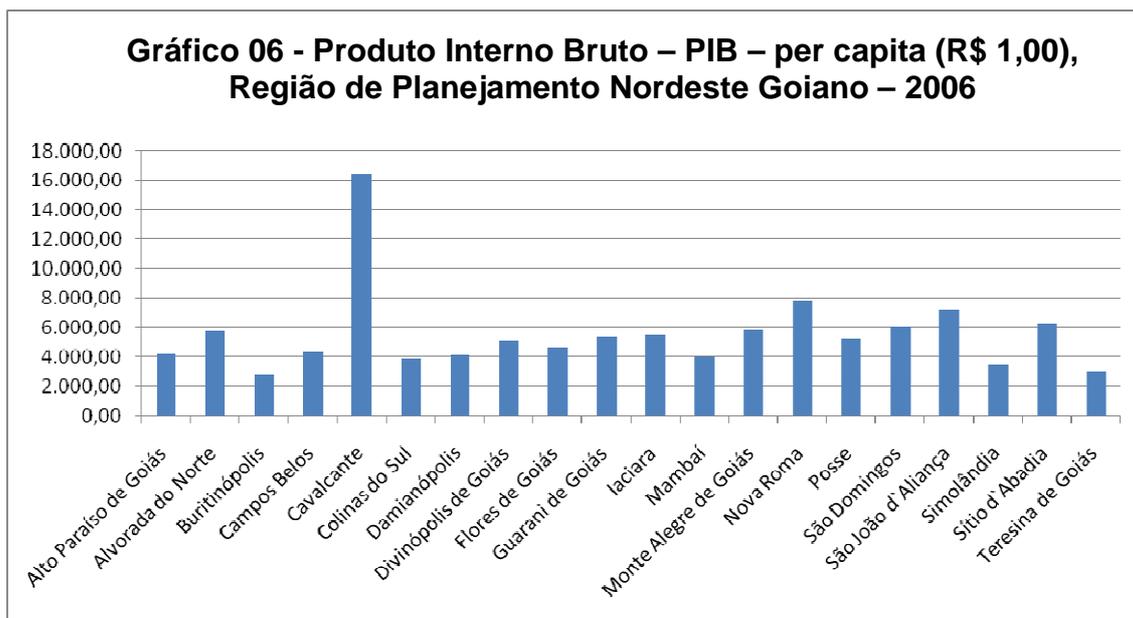
Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

Ao observarmos também os gráficos 05, 06, 07, o anexo 04 e a figura 21- mapa do Produto Interno Bruto *per capita* – entendemos a maior parte das cidades localizadas nas regiões de prioridade da AGDR possuem o Produto Interno Bruto *per capita* baixo.



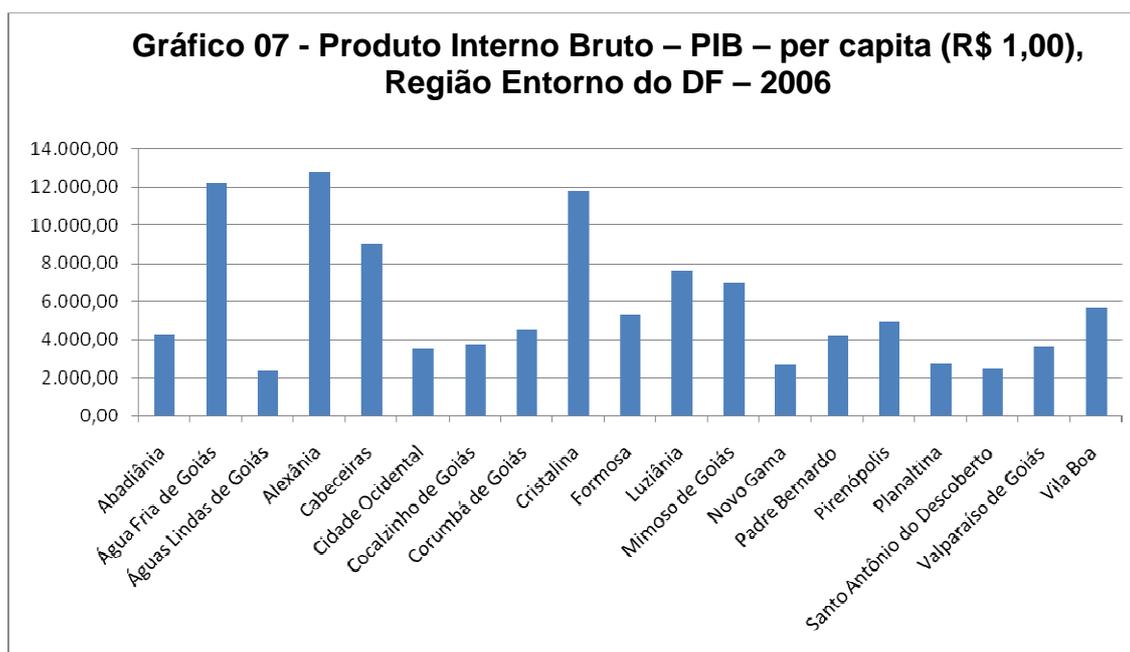
Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

No Norte Goiano, conforme gráfico 05 e anexo 04, quatro municípios se destacam com relação ao PIB: Crixas, Minaçu, Mozarlândia e Niquelândia. No entanto, cidades como Alto Paraiso, Formoso, Mondividiu do Norte e Mundo Novo, possuem um dos piores indicadores de renda de Goiás, ocupando na classificação posição 229º, 219º, 216º e 218º, respectivamente dos 246 municípios de Estado.



Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

Ao analisarmos os dados de renda da Região Nordeste Goiano, constatado no gráfico 06 e no anexo 04, identificamos um município em destaque, Cavalcante. Podemos aqui citar os municípios de Buritinópolis 242º lugar na classificação de renda de Goiás, Campos Belos de Goiás 222º, Colinas do Sul 234º, Damianópolis 230º, Simolândia 237º e Teresina de Goiás 241º. Esses municípios possuem níveis de renda inferior a R\$ 4.500,00 ano, ou seja, nível de renda muito baixo.



Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

Quando observamos os dados de renda da Região do Entorno do Distrito Federal, de acordo com o gráfico 06 e anexo 04, vemos uma disparidade. Enquanto temos municípios com renda significativa, como Alexânia que ocupa posição 31 na classificação de renda de Goiás, também municípios como Águas Lindas de Goiás que ocupada a última posição em renda do território goiano. Também há municípios com indicadores do PIB *per capita* muito baixo, como: Cidade Ocidental 238º, Cocalzinho de Goiás 235º, Novo Gama 244º, Padre Bernardo 228º, Planaltina 243º e Valparaíso 236º.

Produto Interno Bruto *per capita* e número de municípios por classes - 2006

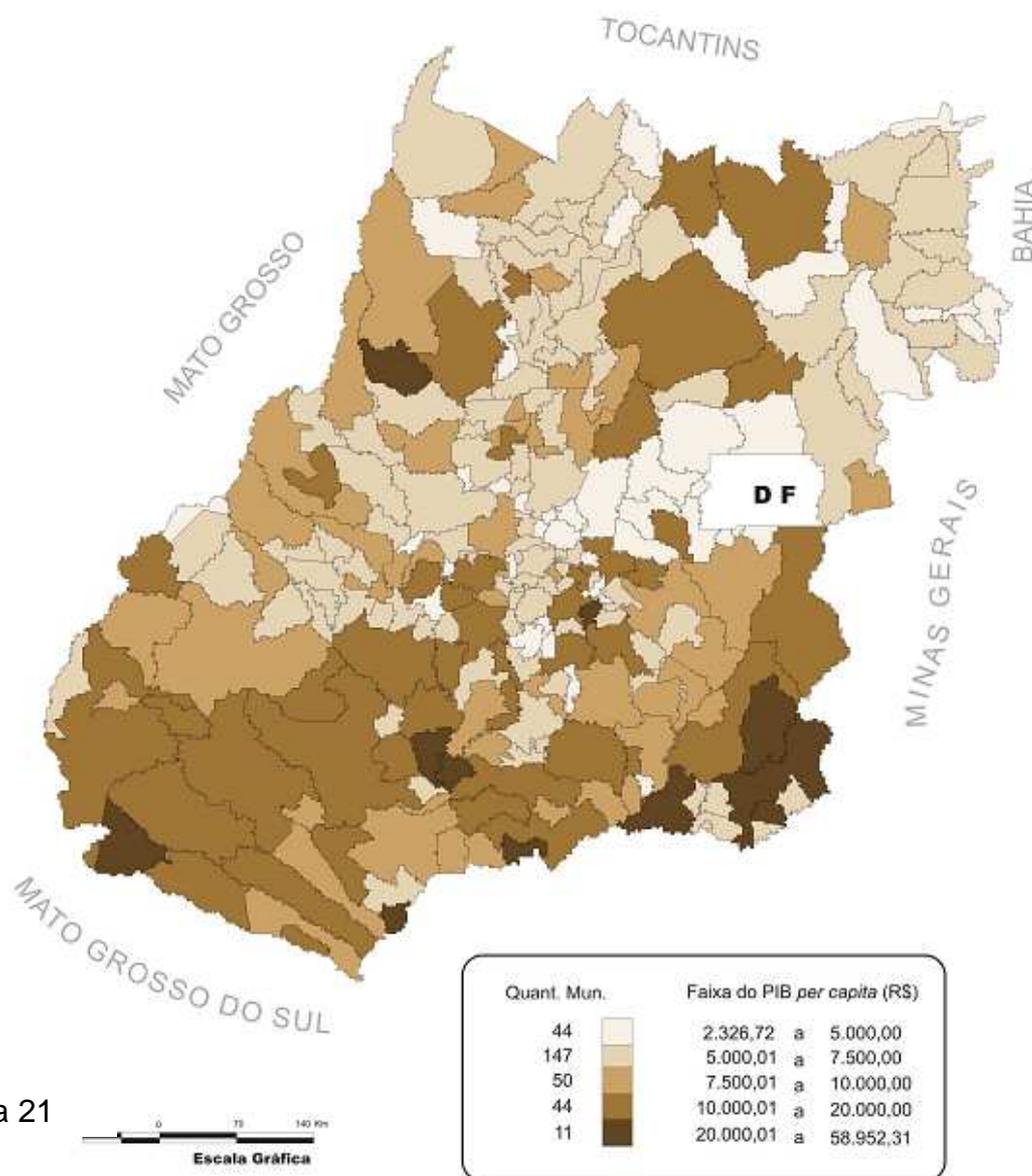


Figura 21

Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

No mapa da figura 21 não há um padrão constante e linear. Mas notamos que muitos municípios do Norte, Nordeste e Entorno do Distrito Federal Possuem renda per capita inferior ao demais, principalmente comparando com os das regiões Sul e Sudoeste e Sudeste.

O relatório da SEPLAN ao analisar esses dados conclui que:

Analisando os dados do PIB por regiões de planejamento no período de 2002 a 2006, constata-se que houve dois momentos distintos. De 2002 para 2003 havia uma tendência de descocentração na geração de riqueza entre as regiões de planejamento, percebido desde 1999 quando foi iniciada a estimativa do PIB dos municípios. Naquele período foram instaladas e ampliadas diversas plantas industriais, além do crescimento contínuo do setor agropecuário, o que fortaleceu a economia de vários municípios pólos. Nos anos de 2004 a 2006, a crise agrícola afetou fortemente o setor agropecuário, provocando redução nas atividades a ela relacionada, em municípios com tradição no setor. Enquanto que o setor de serviços se destacou em municípios como Goiânia e Anápolis. (SEPLAN, 2009)

O que se percebe é um problema para a política de desenvolvimento regional de Goiás, e que se reflete na Agência Goiana de Desenvolvimento Regional, que é a falta da elaboração de um plano maior, em que as ações sejam realmente pensadas em escala regional e não pontuais como foram e estão sendo realizadas. As ações nesse caso devem partir desses dois órgãos e não serem apenas gerentes de ações setoriais que as diversas secretarias e instituições estatais desenvolvem em Goiás.

Concordamos com Arrais (2007) quando encerra o seu artigo e coloca alguns pontos para serem pensados. Fazendo assim a seguinte colocação a respeito da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional.

A necessidade do fortalecimento da AGDR (Agência de Desenvolvimento Regional) como órgão formulador e executor de políticas regionais e a constituição de um Fundo de Desenvolvimento Regional. Um dos objetivos da AGDR seria construir um fórum regional permanente para discutir e avaliar o impacto regional dos investimentos setoriais em saneamento, educação, saúde, transporte, transferência de renda etc. (p. 16)

É necessário sair das políticas setoriais e realmente passar a pensar em uma política regional que articule todos os seguimentos da administração pública. As ações nesse sentido devem conter uma escala regional de

articulação e desenvolvimento. Em primeira e em última instância, o pensar e o agir devem ser voltados para a região.

Em entrevista, o Economista Lúcio Warley Lippi, Gerente de Planejamento e Orçamento da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional, salienta, dentre outras coisas, que é difícil regionalizar as políticas adotadas em Goiás, já que o orçamento não é regionalizado, mas sim setorizado, ou seja, é destinado às Secretarias e não as regiões. Nesse sentido, o papel da AGDR é articular as políticas setoriais do estado para as regiões predominantes de intervenção estatal.

Dessa forma, os projetos das diferentes escalas são gerenciados pela Agência, na forma de política regional. Assim, é o programa desenvolvido no Norte, Nordeste e Entorno de Brasília, como o Açafrão, no município de Mara Rosa, e entorno. Por isso, a quantidade de parceiros para os mais variados projetos, tanto na esfera federal, estadual e municipal, também parceiro internacional, caso da IICA.

Segundo Lippi, ainda não podemos fazer uma grande avaliação de todos esses programas, já que os mesmos possuem pouco tempo de execução. Salienta também que a demonstração de uma evolução das regiões deve ser medida pelo IDH, mesmo com todas as suas críticas, e esse índice não é disponibilizado anualmente, mas periodicamente.

Sobre o critério para regionalizar as regiões de planejamento, o gerente destaca que é o critério legal. Ou seja, são as regiões identificadas e delimitadas no Plano Plurianual. Apesar de a Agência participar dos debates e discussões acerca das delimitações dessas áreas, ele obedece ao que foi estabelecido pela Assembléia Legislativa, quando da aprovação do PPA. A AGDR se configura assim como um órgão executor das políticas adotadas pelo governo.

Sobre a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste, Lúcio é enfático quanto a sua importância. Ressalta que é necessário esperar o desenrolar desse processo de recriação da SUDECO, mas, só de trazer o debate regional para dentro da Região Centro Oeste e para Goiás, isso já é positivo.

O que observamos é que a preocupação dos órgãos de planejamento de Goiás é tentar dinamizar as áreas que se encontram atrasadas, ou em

processo lento de desenvolvimento. Para tanto, as políticas devem ir além do setorial, ou seja, é necessário um pensar regional no território e assim desenvolver os projetos. Para isso, o fortalecimento de um debate amplo acerca das regiões goianas, com intensa participação desses órgãos, se faz necessário.

3.3 Estrutura e perspectiva das Regiões de Planejamento de Goiás

Como relatado pelo gerente da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional, ainda é pouco tempo para fazer uma avaliação mais rigorosa acerca de como estava e como estão as regiões de planejamento de Goiás. No entanto, é possível, através de alguns dados perceber em perspectiva como as regiões estão no contexto estadual e o que se pode esperar para um futuro próximo.

Podemos entender um pouco melhor como estão as regiões de planejamento de Goiás, analisando algumas tabelas.

Tabela 06 - Índice de Desenvolvimento Econômico, por componentes - 2000
Regiões de Planejamento do Estado de Goiás

Regiões de Planejamento	INF	Class.	IQMF	Class.	IRMP	Class.	IDE	Class.
Sudoeste Goiano	5079,7	1	5067,3	2	5129,8	1	5091,4	1
Sul Goiano	5053,5	2	5052,3	3	5037,2	2	5047,0	2
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	5017,4	3	5050,3	4	5019,8	3	5028,9	3
Metropolitana de Goiânia	4969,9	8	5098,6	1	4989,9	5	5018,7	4
Oeste Goiano (Eixo GO-060)	5001,5	4	4983,8	5	5000,1	4	4995,0	5
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	4978,4	6	4972,1	7	4969,8	7	4973,3	6
Norte Goiano	4985,2	5	4954,7	9	4980,4	6	4973,2	7
Centro Goiano (Eixo BR-153)	4977,4	7	4974,7	6	4964,3	8	4971,9	8
Entorno do Distrito Federal	4958,5	9	4961,6	8	4946,0	9	4955,3	9
Nordeste Goiano	4931,7	10	4922,4	10	4925,3	10	4926,3	10

Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

Na tabela 06 pode ser observado que o IDE, em 2000, demonstra uma diferenciação entre as áreas. Das quatro com piores indicadores regionais, três se encontram como prioridades para investimento, sendo elas: a sétima na

classificação, o Norte; o Entorno de Brasília, nona na classificação e; a última na classificação, o Nordeste Goiano.

Tabela 07 - Índice de Desenvolvimento Social, por componentes - 2000
Regiões de Planejamento do Estado de Goiás

Regiões de Planejamento	INS	Class.	INE	Class.	ISB	Class.	IFRMF	Class.	IDS	Class.
Sudoeste Goiano	5000,0	4	5043,4	1	5129,8	5039,6	5044,9	3	5031,2	1
Sul Goiano	4991,7	8	5042,1	2	5037,2	5038,7	5046,4	2	5029,0	2
Região Metropolitana de	4947,8	9	4982,2	7	5019,8	5067,6	5122,5	1	5028,5	3
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	4998,3	5	5039,6	3	4989,9	5018,5	5022,3	4	5019,1	4
Oeste Goiano (Eixo GO-060)	5047,8	1	5003,4	4	5000,1	4989,3	4974,0	7	5003,1	5
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	5019,4	2	5001,6	6	4969,8	4991,6	4973,8	8	4996,0	6
Centro Goiano (Eixo BR- 153)	4996,0	7	5002,2	5	4980,4	4984,8	4974,6	6	4989,0	7
Norte Goiano	5003,4	3	4968,0	9	4964,3	4958,6	4980,8	5	4977,2	8
Entorno do Distrito Federal	4925,4	10	4974,7	8	4946,0	4995,1	4969,6	9	4965,7	9
Nordeste Goiano	4996,4	6	4904,8	10	4925,3	4950,7	4957,1	10	4951,8	10

Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

No IDS, demonstrado na tabela 07 , também as regiões Norte, Entorno de Brasília e Nordeste possuem os piores indicadores, sendo as três últimas na classificação.

Tabela 08 - Índice de Desenvolvimento Econômico, por componentes - 2001
Regiões de Planejamento do Estado de Goiás

Regiões de Planejamento	INF	Class.	IQMF	Class.	IRMP	Class.	IDE	Class.
Sudoeste Goiano	5031,0	3	5061,8	2	5131,3	1	5073,6	1
Sul Goiano	5032,5	2	5052,9	3	5025,7	2	5036,5	2
Metropolitana de Goiânia	5019,8	4	5090,9	1	4983,9	6	5031,0	3
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	5033,1	1	5044,2	4	5007,7	3	5028,0	4
Oeste Goiano (Eixo GO-060)	5001,7	5	4989,8	5	4991,2	4	4994,0	5
Norte Goiano	4987,0	8	4965,7	8	4990,0	5	4980,7	6
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	4989,2	7	4972,6	7	4973,9	7	4978,4	7
Centro Goiano (Eixo BR-153)	4995,1	6	4972,7	6	4964,6	8	4977,2	8
Entorno do Distrito Federal	4962,7	9	4963,5	9	4953,4	9	4959,7	9
Nordeste Goiano	4929,0	10	4912,8	10	4949,4	10	4930,1	10

Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

Em 2001, o IDE teve uma pequena alteração no que tange às regiões de planejamento conforme observado na tabela 08. O Norte Goiano, que em 2000 era o sétimo na classificação do desenvolvimento econômico, passa, em 2001, para a sexta posição, o que pode ser observado na tabela anterior e no mapa subsequente, constatando-se uma pequena melhora em seu índice.

Regiões de Planejamento	INS	Class.	INE	Class.	ISB	Class.	IFRMF	Class.	IDS	Class.
Sul Goiano	5000,1	4	5066,6	1	5036,5	2	5053,0	3	5038,1	1
Sudoeste Goiano	4995,6	5	5049,2	2	5033,3	3	5063,0	2	5034,4	2
Metropolitana de Goiânia	4943,6	10	5014,1	4	5063,6	1	5091,1	1	5027,2	3
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	5006,1	3	5040,9	3	5014,5	4	5043,5	4	5025,5	4
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	5059,5	1	4974,9	8	5007,5	5	4971,7	6	5002,9	5
Oeste Goiano (Eixo GO-060)	5025,7	2	5000,3	5	4994,5	6	4989,5	5	5002,0	6
Centro Goiano (Eixo BR-153)	4986,8	7	4994,9	6	4973,0	8	4971,5	7	4981,1	7
Entorno do Distrito Federal	4977,1	9	4981,4	7	4989,9	7	4963,2	9	4977,4	8
Norte Goiano	4992,8	6	4959,0	9	4971,1	9	4966,4	8	4972,0	9
Nordeste Goiano	4978,9	8	4886,0	10	4951,8	10	4913,1	10	4932,0	10

Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

Na tabela 09, observamos que, ao contrário do que aconteceu com o Índice de Desenvolvimento Econômico, não há nenhuma alteração com relação às três últimas regiões. O que pode ser notado é uma melhora nos indicadores da Região do Entorno de Brasília, melhorando um pouco a sua classificação.

Regiões de Planejamento	INF	Class.	IQMF	Class.	IRMP	Class.	IDE	Class.
Sudoeste Goiano	5052,0	1	5053,5	1	5077,6	1	5061,0	1
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	5031,3	2	5047,9	2	5036,6	2	5038,6	2
Sul Goiano	5024,7	3	5036,6	3	5032,6	3	5031,3	3
Metropolitana de Goiânia	5013,8	4	5030,2	4	4978,6	6	5007,5	4
Norte Goiano	4992,8	6	4994,4	5	4992,2	4	4993,1	5
Oeste Goiano (Eixo GO-060)	4988,0	7	4983,3	7	4990,6	5	4990,3	6
Centro Goiano (Eixo BR-153)	4987,3	8	4992,0	6	4975,0	7	4984,8	7
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	4992,8	5	4960,8	8	4961,1	9	4971,5	8
Entorno do Distrito Federal	4968,3	9	4945,3	9	4952,6	10	4955,4	9

Nordeste Goiano	4930,7	10	4927,7	10	4967,2	8	4935,4	10
-----------------	--------	----	--------	----	--------	---	--------	----

Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

Quando observado o Índice de Desenvolvimento Econômico, na tabela 10, é notado uma ligeira modificação se comparado com ano de 2001. A principal mudança percebida é que a região Norte de Goiânia ganhou uma posição com relação ao período anterior analisado. Era a sexta região com melhor IDE e nesses dados passou para a posição número cinco. No entanto, como nos revela a tabela do Índice de Desenvolvimento Social de 2006 não houve alteração com relação as três regiões com os piores índices.

Tabela 11 - Índice de Desenvolvimento Social, por componentes – 2006
Regiões de Planejamento do Estado de Goiás

Regiões de Planejamento	INS	Clas s.	INE	Class .	ISB	Clas s.	IFRMF	Class .	IDS	Class.
Sul Goiano	5017,8	3	5072,0	1	5038,8	1	5035,2	3	5041	1
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	5060,7	1	4991,7	6	4975,7	8	5047,1	2	5019	2
Sudoeste Goiano	4973,5	6	5020,3	4	5018,3	4	5054,3	1	5017	3
Oeste Goiano (Eixo GO-060)	5035,0	2	5021,2	3	4994,2	7	4983,2	7	5008	4
Metropolitana de Goiania	4966,7	8	4975,9	8	5026,9	2	5029,1	4	5000	5
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	4984,6	5	5033,2	2	5020,8	3	4959,9	8	5000	6
Centro Goiano (Eixo BR-153)	5012,4	4	4989,9	7	4972,0	9	4990,2	6	4991	7
Norte Goiano	4964,1	9	5019,5	5	4962,6	10	4996,7	5	4986	8
Entorno do Distrito Federal	4956,3	10	4931,7	9	4996,6	6	4944,8	9	4957	9
Nordeste Goiano	4971,0	7	4891,6	10	5008,5	5	4926,7	10	4949	10

Fonte: Secretária do Planejamento – Superintendência de Estatísticas Pesquisa e Informação

Ao observar a tabela 11 nota-se que a Região Norte, o Entorno do Distrito Federal e o Nordeste Goiano permanecem com os indicadores sociais mais baixos das regiões de planejamento de Goiás. Elas, apesar de já terem sido beneficiadas com programas regionais melhoraram muito pouco o seu Índice de Desenvolvimento Social e não alterou sua posição na classificação geral do Estado de Goiás

Tabela 12 - Estado de Goiás: Produto Interno Bruto e PIB per capita - 1999, 2003 - 2004.

Regiões de Planejamento	1999			2003			2004		
	PIB (R\$ mil)	%	PIB per capita (R\$)	PIB (R\$ mil)	%	PIB per capita (R\$)	PIB (R\$ mil)	%	PIB per capita (R\$)
Sul Goiano	6.952.659	38,80	4.044	11.430.756	31,03	5.967	12.960.809	31,37	6.598
Sudoeste Goiano	1.785.732	9,97	3.291	3.441.549	9,34	6.092	3.646.033	8,82	6.379
Metropolitana de Goiânia	1.019.569	5,69	3.372	2.102.605	5,71	7.104	2.389.177	5,78	8.110
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	264.394	1,48	1.796	696.364	1,89	4.550	808.923	1,96	5.237
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	1.532.751	8,55	1.965	3.384.624	9,19	3.572	3.832.614	9,28	3.887
Oeste Goiano (Eixo GO-060)	965.994	5,39	4.530	2.749.349	7,46	12.362	3.408.947	8,25	15.133
Centro Goiano (Eixo BR-153)	1.621.690	9,05	4.622	3.660.881	9,94	9.873	4.057.115	9,82	10.774
Entorno do Distrito Federal	2.357.970	13,16	5.540	6.495.082	17,63	14.108	7.017.776	16,99	14.993
Norte Goiano	1.057.846	5,90	3.125	2.156.332	5,85	6.508	2.436.514	5,90	7.337
Nordeste Goiano	361.251	2,02	2.594	717.568	1,95	5.309	758.583	1,84	5.608

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2007.

Quando comparamos o PIB das regiões de planejamento, observamos que os percentuais de duas regiões ficam bem atrás das outras, sendo elas o Norte e o Nordeste de Goiás, apesar de outras regiões também terem indicadores baixos. No entanto, quando comparamos outros índices, verificamos que o Norte e Nordeste são regiões que recebem menor investimento, como pode ser observado na figura

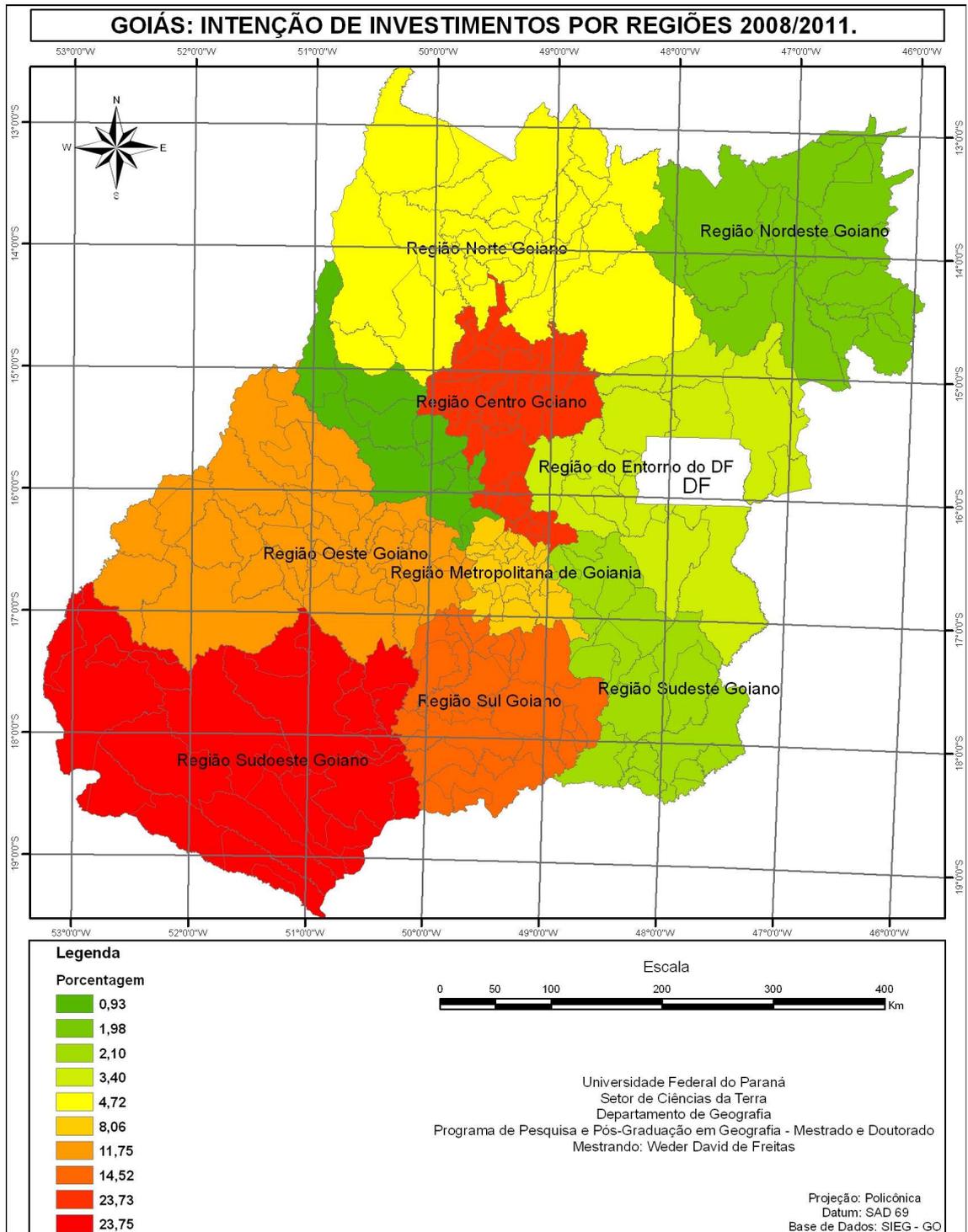
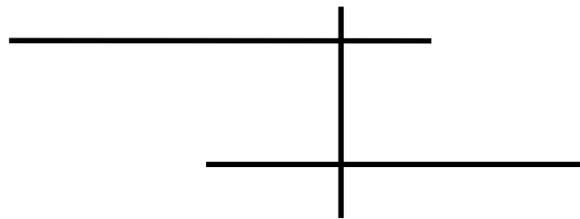


Figura 22

Podemos observar que as regiões indicadas nos planos plurianuais e também com programas especiais pela AGDR possuem os piores indicadores, tanto no IDS quanto no IDE. Isso requer uma maior intervenção por parte do poder público para tentar minimizar as disparidades regionais que se encontram no território.

Entretanto, a capacidade de investimento do governo em comparação com o setor privado é menor que o próprio poder público. Além disso, existe a morosidade e a burocracia do Estado, em contrapartida à iniciativa privada, que possui maior dinâmica de decisão. O que podemos observar no mapa abaixo é a diferença de investimento nas diversas regiões de planejamento de Goiás.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatamos ao longo do trabalho algumas políticas de intervenção do Estado no território. Essas políticas são de certa forma concepções de Estado dos grupos que o governam naquele período. Por isso, podem variar na sua elaboração e na execução.

Ao longo da pesquisa, foi relatado diferentes programas adotados em escala federal e estadual com o propósito de minimizar a diferença econômica e de desenvolvimento das regiões. Em nível nacional, destacamos dois recentes: os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Os Eixos tinham, na concepção de Estado adotada pelo governo FHC, uma postura mais voltada para o mercado internacional. Assim, a pauta da política era competitividade das regiões estabelecidas pela delimitação dos eixos. Nessa concepção, as áreas de planejamento foram alteradas. As tradicionais regiões administrativas adotadas pelo IBGE não foram utilizadas para fim da aplicação dessa política. Uma nova regionalização colocou à tona novamente o debate regional brasileiro, que estava esquecido até então. Do ponto de vista da aplicabilidade dessa política, muito se tem a questionar. Afinal, apesar de todo o estudo realizado, do investimento em diagnóstico feito, não houve nenhuma aplicação no território. Um dos motivos para essa falta de aplicabilidade é que não houve prazo suficiente para uma implantação, já que, como é notório em políticas de planejamento regional, é necessário um longo prazo para que os resultados sejam notados. Isso ocorreu pelo motivo da não continuidade da política dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento pelo governo que sucedeu a Fernando Henrique Cardoso. O governo Lula implantou outra política.

A política adotada pelo governo do presidente Lula nada tem a ver com as concepções anteriores dos Eixos. Na verdade, muda um pouco a concepção do papel do Estado nesse governo. Um exemplo dessa mudança é a não privatização de empresas públicas e uma maior participação do Estado na economia. O que há é uma volta das políticas de desenvolvimento regional iniciada nos anos 1960, ou seja, o retorno das Superintendências de Desenvolvimento Regionais, a SUDAM, a SUDENE e a SUDECO. Essa política ainda está em fase de implantação apesar de estarmos no segundo mandato do presidente Lula. Somente este ano (2009) é que saiu o decreto de criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste. Ou seja, não se pode ainda, estabelecer uma avaliação profunda dessa política. Mas já tem um lado negativo, a morosidade do serviço público.

Goiás foi incluído nessas duas políticas por dois aspectos. Primeiro, tendo seu território todo fazendo parte do Eixo Araguaia-Tocantins. Nesse caso, Goiás tinha um importante papel no cenário nacional, já que tinha um potencial agropecuário muito importante, principalmente com produtos de exportação como soja e carne. Depois fazendo parte do território de atuação da SUDECO.

Em escala estadual temos as políticas regionais de desenvolvimento elaboradas já no PPA 2000 – 2003. Essa política caracteriza Goiás e identifica quatro regiões de planejamento prioritárias: Norte, Nordeste, Entorno de Brasília e Região Metropolitana de Goiânia. Também nesse período foi instituída a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional, órgão específico para cuidar das disparidades regionais de Goiás. Nesse primeiro momento, há um mapeamento apenas das quatro regiões. Os critérios para tal definição são dois: primeiro pelos índices de desenvolvimento e segundo pela legislação. Pelos índices são definidas duas regiões: Norte e Nordeste Goiano, pelo critério legal, têm o Entorno de Brasília e a Região Metropolitana de Goiânia. Já no PPA 2004-2007 há uma reformulação das regiões de planejamento de Goiás, na verdade tem apenas o acréscimo de mais sete regiões. No entanto essas novas regiões não possuem uma demanda específica, por não se enquadrar nos critérios de intervenção realizada pelo governo de Goiás.

Os dois órgãos responsáveis pela elaboração e execução das políticas de desenvolvimento regional em Goiás estão articulados para executar os

programas desenvolvidos pelo governo. Um problema levantando é que as ações são setoriais, cabendo, principalmente a AGDR articular as diversas ações das várias Secretarias de Estado e dar uma cara para a política como sendo regional.

Um resumo dos investimentos a serem implantados no Estado, demonstrado na figura 22 é um exemplo da diferença regional encontrada em Goiás. Enquanto as regiões já dinâmicas economicamente possuem o maior investimento, as regiões com indicadores sociais menos favoráveis estão recebendo recursos aquém do necessário para diminuir as desigualdades regionais do território de Goiás. Isso ocorre porque o capital privado tem mais facilidade e mais segurança para apostar em regiões já desenvolvidas. Enquanto a iniciativa particular é rápida e contínua, as políticas estaduais são morosas e podem ser alteradas periodicamente, dependendo da visão de governo que está no poder. Por isso, alguns índices podem, de uma forma geral, ter ligeira melhora, mas uma diminuição rápida e profunda das desigualdades do espaço goiano não é vislumbrada a curto e médio prazo.

O tema é, por si, desafiador. Tentamos aqui relatar as principais experiências de desenvolvimento regional, tendo como pano de fundo um aporte teórico conceitual conciso e relevante. O caminho fica aberto para novas pesquisas que versam temas semelhantes. Pensamos que o objetivo principal de traçar um panorama das políticas de desenvolvimento regional em diferentes escalas foi alcançado. Agora, esperamos dar continuidade e aprofundar as questões aqui tratadas em trabalhos futuros. Sempre pensado em contribuir para o debate acerca do tema. Pois, o conhecimento é dinâmico e o debate só enriquece tal conhecimento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABLAS, Luiz. O “estudo dos eixos” como instrumento de planejamento regional. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio, GALVÃO, Antônio Carlos (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Unesp/Anpur, 2003.

ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço Mato-grossense: contextos, propósitos e contradições**. Faculdade Filosofia, Ciências Humanas e Letras. (Tese de Doutorado em Geografia Humana) São Paulo: USP, 2001

AGDR, Agência Goiana de Desenvolvimento Regional. **Regimento Interno**. Goiânia, 1999.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de; GALVÃO, Antônio Carlos. Política nacional de Desenvolvimento Regional. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escala**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **A Sudeco e o desenvolvimento regional**. Disponível em:<www.npmueg.ubbi.com.br/possibilidades> acessado em 28/025/2005.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **Apontamentos Metodológicos sobre Desenvolvimento Regional**. Goiânia: no prelo, 2009

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **O território goiano: uma abordagem quase que contemporânea do desenvolvimento regional**. Belém: Anpur, 2007.

ASSIS, Wilson Rocha. **Estudos de História de Goiás**. Goiânia: Editora Vieira, 2005

AVANÇA BRASIL. **Proposta de Governo para Fernando Henrique Presidente**. Brasília, 1998.

BORGES, Júlio Cesar Pereira. **O Estado e as políticas públicas**: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano. Goiânia: UFG, 2007. (dissertação de mestrado).

BORGES, Mauro Borges. **Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiros**: regionalização: análise da experiência brasileira. Belo Horizonte: Ceplar, 2004.

BRASIL – MINISTÉRIO DA INTERGRAÇÃO NACIONAL. Programa Nacional de Desenvolvimento Nacional. Brasília. 2003.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. **Lei complementar federal nº 94, de fevereiro de 1998**. Goiânia, 1999.

BRASIL. **Mensagem ao congresso para o PPA 1996-1999**. Brasília, 1995.

CARNOY, Martin. Estado e questão política. Martins fontes: São Paulo, 1988.

CARVALHO. José Otamar de. **A seca no Nordeste**: Um falso Problema: a política de combate às secas antes e depois da Sudene. Vozes: Petrópolis, 1988.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992

CAVALCANTI, Marcelo Antunes. **O Nordeste e o Planejamento Estatal: a recriação da Sudene**. Goiânia: no prelo (s/d)

CONSÓRCIO BRASILIANA. **Caracterização e Análise do Eixo Araguaia-Tocantins**. Relatório final. Brasília, 1998.

CONSÓRCIO BRASILIANA. **Caracterização e Análise dos Eixos – Relatório final** – visão nacional. Brasília, 1998.

CONSÓRCIO BRASILIANA. **Identificação de oportunidades de investimentos públicos e/ou privados**. Brasília, 1998.

CONSÓRCIO BRASILIANA. **Identificação de oportunidades de investimentos públicos e/ou privados: Proposta técnica**. Brasília, 1998.

CONSÓRCIO BRASILIANA. **Identificação de oportunidades de investimentos públicos e/ou privados: Delimitação geográfica dos eixos**. Brasília, 1998.

CONSÓRCIO BRASILIANA. **Relatório Final de Caracterização e Análise dos Eixos – Memória**. Tomo I – visão nacional. Brasília, 1998.

CONSÓRCIO BRASILIANA. **Sumário Executivo do Relatório final: características e análises dos eixos**. Tomo VII – Eixo Araguaia-Tocantins. Brasília, 1998.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. **A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional**: São Paulo: Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 2000.

_____. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na Geografia econômica: um breve balanço. **Terra Livre**: São Paulo, ano 18, vol. I, n. 18, Jan/Jun 2002, p. 143-160.

_____. **Notas sobre o planejamento regional brasileiro no contexto da globalização econômica e da descentralização do Estado**. Curitiba: no prelo (s/d).

_____. **O novo paradigma de planejamento regional no Brasil dos anos 90**. Curitiba: no prelo (s/d)

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Texto para discussão n. 59. Belo Horizonte: Cedeplar, 2001.

EGLER, Claudio Antônio G. **Crise e questão regional no Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, tese de doutorado, 1993.

ESTEVA, Gustavo. Planejamento. IN: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do Desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Editora do autor, 1998.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento Econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALVÃO, Antônio Carlos F.; BRANDÃO, Carlos Antônio. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos "Eixos" Nacionais de Integração e Desenvolvimento. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO,

Carlos Antônio, GALVÃO, Antônio Carlos (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Unesp/Anpur, 2003.

GOIÁS. **Lei complementar estadual nº 27, de 30 de dezembro de 1999**. Goiânia, 1999.

GOIÁS. **Lei nº 11.655 de 26 de dezembro de 1991**. Goiânia, 1991.

GOIÁS. **Plano Plurianual 2000-2003**. Governo do Estado de Goiás: Goiânia, 1999.

GOIÁS. **Plano Plurianual 2004-2007**. Governo do Estado de Goiás: Goiânia, 1999.

GOMES, Ciro. **Proposta para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2003.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. **Escala e Desenvolvimento**. Disciplina ofertada no mestrado: Curitiba, 2007.

GONZÁLES, Sara. **La Geografía escalar del capitalismo actual**. University of Newcastle: Departamento di Sociologia e Ricerca Sociale, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, ano 1, n.1, p. 15-39.

_____. **Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional**. Presidente Prudente-SP: VI Seminário do Pensamento Geográfico. Unesp, 2001.

HARTSHORNE, Richard. **Questões sobre a natureza da Geografia**. Trad. Fábio M. S. Guimarães. Textos Básicos n. 04: IBGE, 1966.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MARTINS, Paulo Henrique. O nordeste e a questão regional. IN: SILVA, Marcos A. da. **República em Migalhas**. História regional e local. Belo Horizonte: Marco Zero, 1990.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 2002. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros – USP.

MELLO, Neli Aparecida de. O Eixo Araguaia-Tocantins: uma nova possibilidade de ordenamento territorial? In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio, GALVÃO, Antônio Carlos (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Unesp/Anpur, 2003.

MENDES, Armando. O papel da Amazônia no desenvolvimento regional do Brasil. In: **Seminário internacional “Celso Furtado”**: a SUDENE e o futuro do nordeste. Recife, 2000.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A urdidura do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano. Presidente Prudente: UNESP, 2004. (tese de doutorado).

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste planejamento e conflitos de classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OSADA, Neyde Mayumi. PRODECER: **Projetos no cerrado e dívidas agrícolas**. São Paulo: Publicación carta asiática. Disponível em <www.asiayargentina.com/usp-05.htm>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: Fato e Ferramenta. In: HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy; LIMONAD, Ester. **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do Desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN, Secretária de Planejamento de Desenvolvimento. **Relatório sobre as regiões de planejamento**. Goiânia, 2009.

SILVA, Lilian Leandra. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. In: **Caminho de Geografia**. Uberlândia, v. 1 n.2, p. 24-36, dez/2000.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica . IN: ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

TEIXEIRA NETO, Antônio; GOMES, Horieste. **Geografia – Goiás-Tocantins**. 2. Ed. Editora da UFG: Goiânia, 2004.

TROTTA, Wellington. **A reforma do Estado em debate**. Achegas.net, Rio de Janeiro, v. 21, 2005.

ANEXOS

Produto Interno Bruto – PIB – per capita (R\$ 1,00), Região de Planejamento Nordeste Goiano

MUNICÍPIO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alto Paraíso de Goiás	1.892,00	2.289,00	2.592,00	3.146,07	3.596,82	3.605,72	4.180,30	4.207,87
Alvorada do Norte	1.626,00	1.997,00	2.637,00	3.089,50	3.644,47	4.405,38	4.947,47	5.766,47
Buritinópolis	1.138,00	1.314,00	1.496,00	1.810,49	2.131,95	2.377,70	2.561,53	2.830,77
Campos Belos	1.438,00	1.752,00	2.000,00	2.691,61	3.219,86	3.458,39	3.898,94	4.355,20
Cavalcante	3.478,00	11.235,00	6.820,00	4.900,43	16.721,85	17.990,68	17.541,77	16.396,70
Colinas do Sul	1.786,00	1.999,00	2.302,00	2.673,50	2.993,62	3.247,90	3.477,44	3.821,29
Damianópolis	1.327,00	1.649,00	2.036,00	2.330,43	2.646,51	3.257,87	3.407,97	4.140,44
Divinópolis de Goiás	1.613,00	2.041,00	2.667,00	2.800,34	3.667,25	4.259,50	4.712,60	5.109,80
Flores de Goiás	2.262,00	2.672,00	3.655,00	3.545,64	4.929,57	5.149,81	4.582,24	4.644,79
Guarani de Goiás	1.442,00	1.826,00	2.391,00	2.403,56	3.389,15	3.806,79	4.593,27	5.313,86
Iaciara	1.891,00	2.037,00	2.614,00	2.682,39	3.579,25	4.715,37	4.957,46	5.484,49
Mambaí	1.167,00	1.406,00	1.653,00	1.857,35	2.186,90	2.886,30	3.092,02	4.006,59
Monte Alegre de Goiás	1.918,00	2.379,00	2.726,00	3.046,69	3.757,59	4.062,26	5.319,67	5.865,29
Nova Roma	1.861,00	2.357,00	3.188,00	3.474,84	4.514,34	5.586,20	6.988,68	7.826,75
Posse	1.510,00	1.863,00	2.103,00	2.816,18	3.439,25	4.297,94	4.654,33	5.255,75
São Domingos	1.735,00	2.110,00	2.956,00	3.387,64	4.153,47	4.924,35	5.336,86	6.058,25
São João d'Aliança	2.782,00	3.264,00	3.907,00	4.789,51	6.310,70	7.342,55	7.130,58	7.192,36
Simolândia	1.308,00	1.504,00	1.629,00	2.355,71	2.514,23	3.043,70	3.235,97	3.497,70
Sítio d'Abadia	1.865,00	2.239,00	2.839,00	3.178,71	5.049,53	6.345,82	5.945,43	6.289,10
Teresina de Goiás	1.438,00	1.549,00	2.196,00	2.007,30	2.348,81	2.496,66	2.679,31	3.089,41

Anexo 01

Produto Interno Bruto – PIB – per capita (R\$ 1,00), Região de Planejamento Norte Goiano

MUNICÍPIO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alto Horizonte	2.867,00	3.345,00	3.423,00	3.960,44	4.485,12	4.844,19	5.863,79	8.143,98
Amaralina	2.617,00	3.234,00	3.465,00	3.778,81	4.756,68	5.415,17	6.104,27	7.000,76
Bonópolis	3.912,00	5.239,00	6.481,00	6.674,63	8.344,68	9.323,09	9.428,23	9.574,74
Campinaçu	2.348,00	2.855,00	3.435,00	3.566,12	4.479,00	4.921,76	5.576,84	6.286,59
Campinorte	2.210,00	2.165,00	2.331,00	3.154,73	3.941,09	5.164,81	5.260,78	5.375,92
Campos Verdes	1.401,00	1.642,00	2.006,00	2.857,35	3.748,77	4.969,20	7.194,01	11.086,07
Crixás	3.950,00	4.747,00	5.509,00	6.880,22	6.953,49	10.352,67	12.325,49	15.357,54
Estrela do Norte	1.842,00	2.193,00	2.973,00	3.597,70	4.113,11	4.392,29	5.007,58	5.387,70
Formoso	1.902,00	2.237,00	2.474,00	2.931,79	3.460,95	3.774,26	3.999,59	4.461,73
Mara Rosa	2.225,00	2.655,00	2.823,00	3.858,57	4.422,28	4.680,69	4.795,99	5.112,12
Minaçu	8.131,00	9.773,00	16.435,00	13.340,36	12.724,78	14.457,13	15.064,51	17.098,61
Montividiu do Norte	2.124,00	2.938,00	3.289,00	3.311,06	3.905,72	4.153,22	4.339,03	4.517,38
Mozarlândia	3.427,00	6.906,00	8.408,00	9.217,37	12.160,39	14.074,55	16.931,59	22.613,72
Mundo Novo	2.406,00	2.876,00	3.278,00	3.453,33	4.035,48	4.426,24	4.390,73	4.497,41
Mutunópolis	2.455,00	2.925,00	3.397,00	3.788,69	4.723,05	4.838,62	5.286,54	5.575,71
Niquelândia	4.079,00	5.504,00	6.820,00	8.482,00	10.733,15	12.697,97	14.655,59	18.351,99
Nova Crixás	4.428,00	5.355,00	6.637,00	6.546,20	8.040,29	8.992,27	9.310,78	9.929,14
Nova Iguaçu de Goiás	2.291,00	2.787,00	2.992,00	3.766,90	4.610,17	5.048,20	5.610,01	6.010,59
Novo Planalto	2.956,00	3.530,00	4.557,00	5.231,36	6.522,54	6.763,92	7.334,29	8.193,04
Porangatu	2.362,00	2.828,00	3.341,00	4.682,74	5.374,12	5.370,64	5.812,05	6.525,11
Santa Tereza de Goiás	2.090,00	2.449,00	3.033,00	3.393,94	4.214,62	4.576,65	4.805,54	5.149,23
Santa Terezinha de Goiás	1.749,00	2.072,00	2.238,00	3.234,01	3.732,75	4.121,74	4.674,41	5.184,87
São Miguel do Araguaia	3.509,00	4.028,00	4.264,00	5.704,32	6.296,90	6.222,70	6.528,43	6.372,55
Trombas	2.079,00	2.496,00	3.182,00	3.692,25	4.477,89	4.829,56	4.996,81	5.341,46
Uirapuru	2.522,00	2.993,00	4.397,00	4.319,59	5.342,43	5.332,87	5.578,15	6.181,44
Uruaçu	1.784,00	2.236,00	2.386,00	3.732,46	4.662,20	5.165,08	6.134,87	6.663,81

Produto Interno Bruto – PIB – per capita (R\$ 1,00), Região de Planejamento Norte Goiano

MUNICÍPIO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Abadiânia	1.838,00	2.128,00	2.493,00	3.090,42	3.857,84	4.247,89	4.107,62	4.239,36
Água Fria de Goiás	3.625,00	4.469,00	6.118,00	7.512,56	11.409,63	14.000,20	11.994,31	12.190,31
Águas Lindas de Goiás	1.222,00	1.402,00	1.415,00	1.606,96	1.831,63	1.978,58	2.103,01	2.326,72
Alexânia	1.949,00	2.511,00	2.285,00	3.244,55	6.313,18	8.922,20	10.984,41	12.763,91
Cabeceiras	3.407,00	4.147,00	4.028,00	7.445,66	11.460,55	12.478,43	10.023,49	8.989,94
Cidade Ocidental	1.631,00	1.564,00	1.645,00	2.279,16	2.701,28	2.942,95	3.295,31	3.492,47
Cocalzinho de Goiás	1.868,00	2.173,00	2.532,00	3.005,40	3.648,98	3.801,88	3.724,05	3.743,23
Corumbá de Goiás	2.066,00	2.457,00	2.719,00	3.121,55	3.900,53	4.130,11	4.250,32	4.541,88
Cristalina	4.377,00	5.416,00	6.042,00	12.701,46	14.499,29	14.049,62	14.469,89	11.745,76
Formosa	2.020,00	2.289,00	2.424,00	3.519,14	4.248,24	4.501,58	4.780,63	5.312,73
Luziânia	3.014,00	3.397,00	3.652,00	5.197,31	6.158,19	7.100,62	7.544,22	7.561,03
Mimoso de Goiás	2.782,00	3.380,00	4.507,00	4.643,60	5.648,09	8.418,81	7.395,45	6.974,81
Novo Gama	1.282,00	1.524,00	1.487,00	1.817,94	1.969,87	2.238,40	2.455,35	2.724,41
Padre Bernardo	1.768,00	1.910,00	2.130,00	2.844,92	3.389,88	4.218,47	4.088,47	4.215,15
Pirenópolis	1.791,00	2.374,00	2.603,00	4.224,67	4.271,70	4.201,50	4.450,58	4.923,29
Planaltina	1.309,00	1.546,00	1.640,00	1.884,10	2.127,54	2.371,85	2.506,24	2.747,49
Santo Antônio do Descoberto	1.331,00	1.489,00	1.559,00	1.736,93	1.871,37	2.097,01	2.211,42	2.438,05
Valparaíso de Goiás	1.389,00	1.652,00	1.757,00	2.450,41	2.681,60	2.932,15	3.161,47	3.627,94
Vila Boa	2.560,00	2.903,00	3.342,00	4.012,15	4.646,91	4.813,10	5.152,45	5.653,45

Anexo 03

Produto Interno Bruto per capita e classificação, segundo municípios - Goiás 2002-2006

Municípios	PIB Per capita									
	2002		2003		2004		2005		2006	
	R\$	Class.	R\$	Class.	R\$	Class.	R\$	Class.	R\$	Class.
Estado de Goiás	7.078	-	7.937	-	8.718	-	8.992	-	9.962	-
Abadia de Goiás	3.134	215	3.462	224	3.658	228	3.854	226	4.233	226
Abadiânia	3.090	219	3.858	207	4.248	207	4.108	220	4.239	225
Acreúna	11.792	24	12.996	28	12.819	38	10.525	49	10.003	55
Adelândia	3.501	196	3.828	208	4.079	215	4.526	206	4.985	204
Água Fria de Goiás	7.513	53	11.410	39	14.000	31	11.994	33	12.190	36
Água Limpa	5.654	89	7.557	75	7.367	91	7.652	92	7.599	102
Águas Lindas de Goiás	1.607	246	1.832	246	1.979	246	2.103	246	2.327	246
Alexânia	3.245	210	6.313	99	8.922	69	10.984	42	12.764	31
Aloândia	4.351	138	4.519	173	4.721	181	5.310	166	5.739	171
Alto Horizonte	3.960	162	4.485	177	4.844	171	5.864	145	8.144	88
Alto Paraíso de Goiás	3.146	214	3.597	218	3.606	230	4.180	219	4.208	229
Alvorada do Norte	3.090	220	3.644	216	4.405	198	4.947	185	5.766	168
Amaralina	3.779	173	4.757	158	5.415	151	6.104	137	7.001	119
Americano do Brasil	3.520	194	4.533	171	4.407	197	4.599	199	6.906	126
Amorinópolis	3.655	183	4.800	157	5.489	145	5.907	143	6.450	138
Anápolis	7.240	60	7.884	72	8.272	75	9.009	63	11.833	38
Anhanguera	4.181	148	4.800	156	5.472	146	5.971	140	6.510	136
Anicuns	5.934	82	6.101	106	6.935	103	7.672	91	10.237	53
Aparecida de Goiânia	3.734	176	4.102	198	4.527	191	5.122	173	5.869	164
Aparecida do Rio Doce	6.418	78	8.959	56	9.853	55	9.291	60	9.050	69
Aporé	9.959	32	13.087	27	15.175	25	12.433	30	12.535	33
Araçu	3.391	203	4.227	190	4.280	205	4.093	221	4.590	213
Aragarças	2.193	239	2.428	239	2.815	240	3.020	239	3.348	240
Aragoiânia	3.338	208	3.535	222	3.765	225	3.642	231	4.222	227
Araguapaz	3.941	163	4.660	163	5.308	156	5.334	162	5.970	162

Arenópolis	5.212	102	6.037	109	6.573	112	8.088	82	8.547	79
Aruanã	6.426	77	7.337	81	8.105	81	8.728	68	9.420	66
Aurilândia	5.630	90	4.686	161	5.034	165	5.005	180	5.297	191
Avelinópolis	5.335	97	6.339	96	6.868	105	6.693	119	7.385	108
Baliza	6.805	68	9.912	47	13.274	35	15.430	19	18.142	16
Barro Alto	5.039	113	5.783	119	6.634	110	8.240	80	9.509	62
Bela Vista de Goiás	6.454	75	9.114	54	10.197	53	11.564	37	12.288	34
Bom Jardim de Goiás	4.178	149	5.171	142	5.751	136	6.130	135	6.332	144
Bom Jesus de Goiás	9.064	40	12.238	32	13.100	37	11.651	36	11.672	40
Bonfinópolis	3.760	175	3.358	230	3.989	217	3.843	228	4.416	221
Bonópolis	6.675	70	8.345	64	9.323	61	9.428	58	9.575	61
Brazabrantes	4.812	122	6.166	104	6.940	102	6.529	122	8.040	91
Britânia	4.775	127	5.356	137	5.885	132	6.061	139	6.514	135
Buriti Alegre	5.188	105	5.968	113	6.735	107	6.784	115	7.630	101
Buriti de Goiás	3.430	200	3.631	217	3.842	220	4.067	223	4.512	217
Buritinópolis	1.810	244	2.132	242	2.378	242	2.562	242	2.831	242
Cabeceiras	7.446	54	11.461	36	12.478	41	10.023	55	8.990	70
Cachoeira Alta	15.303	13	17.362	14	19.667	13	10.274	51	12.270	35
Cachoeira de Goiás	4.326	139	5.243	140	5.285	157	5.899	144	6.365	143
Cachoeira Dourada	25.824	7	28.315	5	33.015	3	33.806	4	37.648	3
Caçu	5.889	83	7.211	83	7.496	90	7.683	90	7.898	94
Caiapônia	9.042	41	11.441	37	15.231	24	11.862	35	9.463	65
Caldas Novas	6.518	73	6.621	91	7.829	84	7.791	87	8.748	75
Caldazinha	5.627	91	6.277	102	6.385	116	5.632	150	6.125	155
Campestre de Goiás	4.224	147	4.875	153	5.221	158	4.928	186	5.383	184
Campinaçu	3.566	189	4.479	178	4.922	169	5.577	153	6.287	146
Campinorte	3.155	213	3.941	203	5.165	161	5.261	169	5.376	185
Campo Alegre de Goiás	26.355	6	25.530	8	30.795	6	23.799	7	24.451	9
Campo Limpo de Goiás	3.849	167	4.634	166	4.629	185	4.249	216	4.421	220
Campos Belos	2.692	230	3.220	231	3.458	231	3.899	225	4.355	222
Campos Verdes	2.857	225	3.749	211	4.969	166	7.194	104	11.086	45
Carmo do Rio Verde	4.927	118	8.096	68	9.067	65	11.101	41	13.046	28
Castelândia	10.499	30	7.416	79	7.866	83	8.536	73	7.778	99
Catalão	18.916	10	26.705	6	32.314	5	33.769	5	34.720	4

Caturai	3.781	172	4.629	167	4.738	178	4.796	191	5.101	199
Cavalcante	4.900	119	16.722	15	17.991	15	17.542	16	16.397	21
Ceres	5.175	107	5.781	120	6.225	123	6.716	117	8.031	92
Cezarina	15.212	14	12.654	30	15.377	23	16.992	17	17.431	18
Chapadão do Céu	48.489	2	51.145	2	59.221	2	39.888	2	24.847	8
Cidade Ocidental	2.279	238	2.701	235	2.943	236	3.295	235	3.492	238
Cocalzinho de Goiás	3.005	222	3.649	215	3.802	223	3.724	229	3.743	235
Colinas do Sul	2.674	232	2.994	233	3.248	234	3.477	233	3.821	234
Córrego do Ouro	5.180	106	6.333	97	6.470	115	6.695	118	7.559	104
Corumbá de Goiás	3.122	216	3.901	206	4.130	211	4.250	215	4.542	214
Corumbaíba	14.953	16	17.842	12	18.781	14	21.940	9	23.703	10
Cristalina	12.701	19	14.499	22	14.050	30	14.470	25	11.746	39
Cristianópolis	5.089	111	5.680	122	5.550	143	5.546	155	5.759	169
Crixás	6.880	66	6.953	87	10.353	50	12.325	31	15.358	24
Cromínia	5.438	95	6.181	103	6.647	109	6.180	133	6.402	141
Cumari	5.022	115	5.908	115	6.018	128	6.271	131	6.724	130
Damianópolis	2.330	237	2.647	237	3.258	233	3.408	234	4.140	230
Damolândia	4.365	137	4.936	149	5.450	150	5.486	157	6.178	152
Davinópolis	4.258	144	5.508	131	6.235	122	7.187	105	7.349	109
Diorama	5.454	94	6.441	94	7.012	99	7.034	109	7.205	114
Doverlândia	6.084	80	8.471	61	12.546	40	10.038	54	9.508	63
Edealina	9.356	37	10.038	45	11.951	43	10.841	44	10.313	51
Edéia	9.616	36	12.559	31	13.750	32	9.510	57	8.406	81
Estrela do Norte	3.598	187	4.113	197	4.392	199	5.008	179	5.388	183
Faina	3.898	164	4.851	154	9.204	64	7.745	88	7.854	96
Fazenda Nova	4.801	123	5.543	129	5.979	129	7.898	84	8.574	78
Firminópolis	3.533	192	3.979	201	4.092	213	4.560	202	4.905	206
Flores de Goiás	3.546	190	4.930	150	5.150	162	4.582	201	4.645	212
Formosa	3.519	195	4.248	188	4.502	192	4.781	193	5.313	190
Formoso	2.932	224	3.461	225	3.774	224	4.000	224	4.462	219
Gameleira de Goiás	17.738	12	15.080	21	17.251	16	13.983	26	12.947	30
Divinópolis de Goiás	2.800	229	3.667	214	4.260	206	4.713	194	5.110	198
Goianápolis	2.557	233	2.742	234	2.900	238	3.006	240	3.387	239
Goiandira	4.784	126	5.657	123	6.032	127	6.567	121	6.868	128

Goianésia	5.152	108	5.551	128	5.837	134	8.559	71	9.506	64
Goiânia	8.864	43	9.258	50	10.469	49	11.258	40	13.006	29
Goianira	4.849	121	6.391	95	5.828	135	5.723	147	6.426	139
Goiás	4.992	116	5.774	121	5.608	140	6.402	128	7.141	117
Goiatuba	11.281	27	15.365	20	17.228	17	18.070	13	19.080	13
Gouvelândia	11.811	23	11.885	34	11.176	44	10.566	47	9.858	59
Guapó	2.829	227	3.109	232	3.458	232	3.509	232	3.960	233
Guaraíta	3.529	193	3.807	209	3.709	226	3.843	227	4.109	231
Guarani de Goiás	2.404	235	3.389	228	3.807	222	4.593	200	5.314	189
Guarinos	3.091	218	3.537	221	3.863	219	4.206	217	4.667	211
Heitorai	2.949	223	3.542	220	3.612	229	3.656	230	4.263	224
Hidrolândia	9.041	42	8.966	55	9.340	60	8.873	66	10.148	54
Hidrolina	3.375	206	3.925	204	4.421	196	5.048	177	5.527	178
Iaciara	2.682	231	3.579	219	4.715	182	4.957	184	5.484	180
Inaciolândia	7.762	50	9.200	51	10.309	52	8.570	70	7.906	93
Indiara	5.345	96	6.519	93	8.091	82	7.063	108	6.701	131
Inhumas	4.606	133	5.413	135	6.254	121	6.093	138	7.283	111
Ipameri	9.697	35	11.143	40	13.270	36	11.372	38	10.736	46
Ipiranga de Goiás	4.155	153	6.000	111	6.528	113	8.274	79	8.096	90
Iporá	3.651	184	4.178	194	4.671	184	4.967	183	5.438	182
Israelândia	5.235	99	5.870	117	6.897	104	6.455	125	6.909	125
Itaberaí	6.459	74	7.677	74	8.184	78	8.334	76	8.972	71
Itaguari	3.403	201	4.178	195	4.367	202	4.448	210	4.876	208
Itaguaru	4.609	132	4.922	151	4.837	173	5.196	170	6.016	159
Itajá	6.009	81	6.890	90	7.314	93	7.599	93	7.876	95
Itapaci	3.699	179	5.630	125	5.920	131	6.585	120	7.422	107
Itapirapuã	4.170	150	4.706	160	4.852	170	5.030	178	5.321	188
Itapuranga	3.988	161	4.228	189	4.385	200	4.539	205	5.056	201
Itarumã	9.151	39	11.554	35	12.222	42	11.920	34	12.093	37
Itauçu	4.303	142	4.566	169	5.126	163	5.558	154	6.233	148
Itumbiara	11.527	26	15.547	17	15.741	21	15.277	21	17.476	17
Ivolândia	5.810	86	6.987	86	7.587	88	6.921	112	6.889	127
Jandaia	7.851	47	14.362	23	13.311	34	22.497	8	18.191	15
Jaraguá	4.064	156	4.378	183	4.731	179	5.117	174	5.689	172

Jataí	12.058	21	14.065	24	15.594	22	13.952	27	13.568	27
Jaupaci	3.788	171	4.939	148	5.453	149	5.314	165	5.563	177
Jesópolis	3.107	217	3.675	213	3.963	218	4.188	218	4.298	223
Joviânia	7.092	63	8.676	59	10.194	54	7.890	85	6.992	120
Jussara	5.737	87	7.194	84	7.151	95	7.383	99	7.850	97
Lagoa Santa	6.626	71	10.079	44	10.790	45	10.782	45	10.509	49
Leopoldo de Bulhões	5.533	93	5.580	127	7.070	97	5.641	149	6.836	129
Luziânia	5.197	104	6.158	105	7.101	96	7.544	95	7.561	103
Mairipotaba	7.298	59	8.559	60	8.714	70	8.355	75	8.760	73
Mambaí	1.857	242	2.187	241	2.886	239	3.092	238	4.007	232
Mara Rosa	3.859	165	4.422	182	4.681	183	4.796	192	5.112	197
Marzagão	4.071	155	4.510	175	4.578	188	4.866	187	4.999	203
Matrinchã	5.086	112	6.071	107	6.977	100	6.419	126	6.165	153
Maurilândia	7.090	64	6.900	89	6.320	118	7.267	101	7.333	110
Mimoso de Goiás	4.644	130	5.648	124	8.419	72	7.395	97	6.975	121
Minaçu	13.340	17	12.725	29	14.457	27	15.065	23	17.099	20
Mineiros	9.928	33	11.126	41	13.389	33	11.282	39	10.250	52
Moiporá	4.774	128	5.894	116	6.309	119	6.821	114	7.505	105
Monte Alegre de Goiás	3.047	221	3.758	210	4.062	216	5.320	164	5.865	165
Montes Claros de Goiás	6.808	67	8.257	67	10.510	48	10.185	52	9.950	56
Montividiu	34.165	4	26.202	7	25.367	8	19.161	12	14.014	26
Montividiu do Norte	3.311	209	3.906	205	4.153	210	4.339	212	4.517	216
Morrinhos	7.660	51	8.309	65	8.377	73	8.421	74	10.600	48
Morro Agudo de Goiás	3.583	188	4.226	191	4.428	194	4.616	198	5.019	202
Mossâmedes	4.250	145	4.838	155	5.368	153	5.330	163	5.902	163
Mozarlândia	9.217	38	12.160	33	14.075	29	16.932	18	22.614	11
Mundo Novo	3.453	198	4.035	199	4.426	195	4.391	211	4.497	218
Mutunópolis	3.789	170	4.723	159	4.839	172	5.287	167	5.576	176
Nazário	6.426	76	7.379	80	8.928	68	8.920	65	9.768	60
Nerópolis	7.413	57	8.280	66	9.270	63	9.676	56	11.454	41
Niquelândia	8.482	46	10.733	42	12.698	39	14.656	24	18.352	14
Nova América	3.818	168	4.294	186	4.613	186	5.077	176	5.235	194
Nova Aurora	4.167	151	5.147	144	5.466	147	6.129	136	6.485	137
Nova Crixás	6.546	72	8.040	69	8.992	67	9.311	59	9.929	58

Nova Glória	7.210	61	7.432	78	5.498	144	5.001	181	6.044	157
Nova Iguaçu de Goiás	3.767	174	4.610	168	5.048	164	5.610	151	6.011	160
Nova Roma	3.475	197	4.514	174	5.586	141	6.989	110	7.827	98
Nova Veneza	4.026	158	5.170	143	5.875	133	5.922	142	6.403	140
Novo Brasil	4.502	134	5.208	141	5.462	148	5.689	148	6.196	149
Novo Gama	1.818	243	1.970	244	2.238	244	2.455	244	2.724	244
Novo Planalto	5.231	100	6.523	92	6.764	106	7.334	100	8.193	85
Orizona	7.839	48	8.749	58	9.307	62	8.802	67	8.177	86
Ouro Verde de Goiás	5.024	114	5.535	130	5.636	139	5.282	168	5.657	174
Ouvidor	19.807	8	23.037	9	21.967	9	26.501	6	30.992	5
Padre Bernardo	2.845	226	3.390	227	4.218	208	4.088	222	4.215	228
Palestina de Goiás	4.930	117	5.949	114	8.207	77	7.845	86	7.184	116
Palmeiras de Goiás	5.231	101	6.907	88	8.656	71	10.907	43	15.477	22
Palmelo	3.386	205	3.510	223	3.835	221	4.836	188	5.506	179
Palminópolis	5.133	110	6.065	108	6.290	120	7.157	106	7.229	112
Panamá	7.417	55	9.872	48	10.625	47	8.316	78	8.817	72
Paranaiguara	4.164	152	4.919	152	5.167	159	5.398	160	5.801	166
Paraúna	12.464	20	17.649	13	21.372	12	13.568	28	11.451	42
Perolândia	29.336	5	29.733	4	29.607	7	15.210	22	10.623	47
Petrolina de Goiás	3.699	180	4.321	185	4.381	201	4.560	202	4.844	209
Pilar de Goiás	4.315	141	5.336	139	5.648	138	6.463	124	6.931	124
Piracanjuba	6.998	65	8.860	57	9.710	56	9.258	61	9.217	68
Piranhas	4.627	131	5.431	134	6.038	126	6.366	129	6.951	122
Pirenópolis	4.225	146	4.272	187	4.202	209	4.451	209	4.923	205
Pires do Rio	6.733	69	8.405	62	8.250	76	8.548	72	9.345	67
Planaltina	1.884	241	2.128	243	2.372	243	2.506	243	2.747	243
Pontalina	5.885	84	7.091	85	6.656	108	6.403	127	6.183	150
Porangatu	4.683	129	5.374	136	5.371	152	5.812	146	6.525	133
Porteirão	18.187	11	21.151	11	21.647	10	21.452	10	26.038	6
Portelândia	12.767	18	13.503	26	14.633	26	12.091	32	9.948	57
Posse	2.816	228	3.439	226	4.298	204	4.654	197	5.256	192
Professor Jamil	3.711	178	4.204	193	4.320	203	4.510	207	4.530	215
Quirinópolis	7.350	58	7.532	76	7.593	87	7.572	94	8.346	84
Rialma	5.202	103	6.017	110	5.667	137	7.204	103	8.176	87

Rianópolis	7.413	56	8.392	63	7.161	94	7.244	102	8.757	74
Rio Quente	8.809	44	9.975	46	10.712	46	13.172	29	12.538	32
Rio Verde	14.991	15	15.615	16	16.904	18	17.667	14	19.818	12
Rubiataba	3.855	166	4.500	176	4.762	177	5.432	159	6.041	158
Sanclerlândia	4.800	124	5.596	126	5.954	130	6.292	130	8.365	82
Santa Bárbara de Goiás	4.101	154	4.466	181	5.563	142	5.437	158	6.242	147
Santa Cruz de Goiás	7.526	52	9.157	52	9.033	66	10.335	50	8.620	77
Santa Fé de Goiás	11.918	22	15.500	18	16.181	20	17.550	15	17.314	19
Santa Helena de Goiás	10.617	29	11.423	38	10.314	51	10.551	48	11.336	44
Santa Isabel	5.147	109	5.853	118	6.102	125	6.764	116	6.944	123
Santa Rita do Araguaia	4.407	136	5.087	145	6.505	114	6.261	132	6.163	154
Santa Rita do Novo Destino	4.875	120	6.319	98	6.600	111	6.986	111	7.033	118
Santa Rosa de Goiás	3.542	191	4.637	165	4.605	187	4.465	208	4.753	210
Santa Tereza de Goiás	3.394	202	4.215	192	4.577	189	4.806	190	5.149	196
Santa Terezinha de Goiás	3.234	211	3.733	212	4.122	212	4.674	196	5.185	195
Santo Antônio da Barra	6.378	79	7.243	82	8.273	74	6.833	113	5.798	167
Santo Antônio de Goiás	3.626	186	4.358	184	4.722	180	4.821	189	5.661	173
Santo Antônio do Descoberto	1.737	245	1.871	245	2.097	245	2.211	245	2.438	245
São Domingos	3.388	204	4.153	196	4.924	168	5.337	161	6.058	156
São Francisco de Goiás	3.676	182	4.475	180	4.835	174	5.093	175	4.882	207
São João d'Aliança	4.790	125	6.311	100	7.343	92	7.131	107	7.192	115
São João da Paraúna	5.842	85	7.455	77	8.130	80	7.441	96	7.222	113
São Luís de Montes Belos	7.109	62	7.905	71	7.570	89	8.326	77	10.401	50
São Luíz do Norte	4.441	135	5.461	132	9.697	57	7.718	89	8.347	83
São Miguel do Araguaia	5.704	88	6.297	101	6.223	124	6.528	123	6.373	142
São Miguel do Passa Quatro	9.707	34	9.739	49	7.800	85	8.039	83	6.523	134
São Patrício	5.549	92	7.828	73	8.170	79	8.924	64	8.103	89
São Simão	55.515	1	55.924	1	66.001	1	57.699	1	58.952	1
Senador Canedo	19.467	9	21.891	10	21.480	11	21.359	11	24.866	7
Serranópolis	11.735	25	15.374	19	16.719	19	15.342	20	14.026	25
Silvânia	8.495	45	9.129	53	9.693	58	9.053	62	8.684	76
Simolândia	2.356	236	2.514	238	3.044	235	3.236	236	3.498	237
Sítio d'Abadia	3.179	212	5.050	146	6.346	117	5.945	141	6.289	145
Taquaral de Goiás	3.367	207	3.995	200	4.429	193	4.687	195	5.254	193

Teresina de Goiás	2.007	240	2.349	240	2.497	241	2.679	241	3.089	241
Terezópolis de Goiás	3.433	199	3.375	229	3.670	227	4.267	214	5.359	186
Três Ranchos	3.989	160	4.553	170	4.953	167	5.156	171	5.484	181
Trindade	3.628	185	3.970	202	4.090	214	4.325	213	5.094	200
Trombas	3.692	181	4.478	179	4.830	175	4.997	182	5.341	187
Turvânia	4.295	143	5.015	147	7.061	98	8.715	69	11.360	43
Turvelândia	34.635	3	32.148	3	32.425	4	39.211	3	39.856	2
Uirapuru	4.320	140	5.342	138	5.333	155	5.578	152	6.181	151
Uruaçu	3.732	177	4.662	162	5.165	160	6.135	134	6.664	132
Uruana	3.814	169	4.531	172	4.573	190	4.542	204	5.978	161
Urutaí	5.247	98	5.991	112	6.951	101	7.384	98	7.722	100
Valparaíso de Goiás	2.450	234	2.682	236	2.932	237	3.161	237	3.628	236
Varjão	4.042	157	5.457	133	5.357	154	5.537	156	5.757	170
Vianópolis	7.805	49	7.982	70	7.731	86	8.196	81	7.498	106
Vicentinópolis	11.257	28	14.045	25	14.175	28	10.632	46	8.475	80
Vila Boa	4.012	159	4.647	164	4.813	176	5.152	172	5.653	175
Vila Propício	9.983	31	10.146	43	9.437	59	10.165	53	15.451	23

Elaboração: Seplan/Sepin – Gerência de Contas Regionais
Anexo 04